



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"**

Campus de Marília

Faculdade de Filosofia e Ciências

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

**ALEX SILVA RODRIGUES**

**DIRETRIZES DE FUNCIONAMENTO PARA REPOSITÓRIOS:  
CAMINHOS PARA OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

MARÍLIA-SP

2018



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

Campus de Marília

Faculdade de Filosofia e Ciências

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

**ALEX SILVA RODRIGUES**

**DIRETRIZES DE FUNCIONAMENTO PARA REPOSITÓRIOS:  
CAMINHOS PARA OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Campus de Marília, para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

**Área de Concentração:** Informação, Tecnologia e Conhecimento.

**Linha de Pesquisa:** Gestão, Mediação e Uso da Informação.

**Orientador:** Prof. Dr. Cláudio Marcondes de Castro Filho.

MARÍLIA-SP

2018

Rodrigues, Alex Silva.  
R696d Diretrizes de funcionamento para repositórios:  
caminhos para os institutos federais de educação, ciência  
e tecnologia / Alex Silva Rodrigues. – Marília, 2018.  
216 f. ; 30 cm.

Orientador: Cláudio Marcondes de Castro Filho.  
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) –  
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de  
Filosofia e Ciências, 2018.  
Bibliografia: f. 173-186

1. Repositórios institucionais. 2. Tecnologia da  
informação - Administração. 3. Escolas técnicas. 4.  
Publicações de livre acesso. I. Título.

CDD 005.73

Ficha catalográfica elaborada por  
André Sávio Craveiro Bueno  
CRB 8/8211  
Unesp – Faculdade de Filosofia e Ciências

ALEX SILVA RODRIGUES

**DIRETRIZES DE FUNCIONAMENTO PARA REPOSITÓRIOS:**

Caminhos para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação defendida pelo autor citado para a obtenção do título de MESTRE EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO pela Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Cláudio Marcondes de Castro Filho. – Orientador  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) –  
Marília/SP

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Cristina de C. Pazin Vitoriano  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) –  
Marília/SP

---

Prof. Dr. Fernando César Lima Leite  
Universidade Federal de Brasília (UNB) –  
Brasília/DF

Marília, 21 de maio de 2018.

## AGRADECIMENTOS

Lao Tsé, afirma que:

Agradecimento é a memória do coração.

Assim, agradeço,

À Deus e aos Mestres espirituais em que tive sempre a certeza da presença nessa jornada.

Aos meus pais, Luíz Carlos e Maria de Fátima, pela compreensão nos momentos de ausência.

À minha esposa Lúcia Helena, pelo amor, carinho e apoio incondicional ao longo desse difícil percurso.

Ao Prof. Dr. Cláudio Marcondes de Castro Filho (UNESP) pela orientação e condução dos trabalhos.

Aos professores da banca examinadora: Dr. Fernando César Lima Leite; Dr<sup>a</sup>. Márcia Cristina de C. Pazin Vitoriano; e suplentes: Dr<sup>a</sup>. Ieda Pelógia Martins Damian e Dr<sup>a</sup>. Deise Maria Antonio Sabbag, pela disposição e disponibilidade para participar da defesa desta dissertação e, com certeza contribuir para melhorar o trabalho em sua versão final.

Aos docentes do programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), pela dedicação e competência nos ensinamentos.

Ao Instituto Federal de São Paulo (IFSP) pelo incentivo à minha qualificação profissional.

Aos colegas de trabalho do IFSP, em especial “à turma da biblioteca”, pelo apoio e compreensão com relação as minhas ausências durante o mestrado.

Aos gestores de repositórios das universidades federais pela inestimável contribuição nas respostas do questionário e entrevista de pesquisa.

À Dr<sup>a</sup>. Ligia Eliana Setenareski da UFPR e a Dr<sup>a</sup>. Caterina Groposo Pavão da UFRGS pelas preciosas contribuições ao trabalho.

À todos os colegas e amigos que, de alguma forma, contribuíram para a construção deste trabalho.

Muito Obrigado!!!

*[...] existe um processo sistêmico e complexo entre o eu, o outro e a organização onde se trabalha. Somos corresponsáveis por tudo o que acontece a nossa volta. Nossos sentimentos, pensamentos e ações interferem no meio em que vivemos, e o inverso é igualmente significativo; afinal, a vida pulsa em sentido circular ascendente.*

*(Carol e Marouva, 2015).*

## RESUMO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia possuem valiosas riquezas centradas no capital intelectual de sua comunidade acadêmica, que são explicitadas por meio de suas produções intelectuais. Estas produções, por sua vez, precisam estar disponíveis à sociedade; para tanto, uma alternativa são os repositórios institucionais. Logo, o problema deste estudo refere-se à busca de respostas para a seguinte pergunta: quais diretrizes de funcionamento podem orientar o desenvolvimento de um repositório institucional (RI) no IFSP? Para tanto, objetiva também identificar quais diretrizes de funcionamento podem ser adotadas na criação de um RI para o IFSP. E, ainda, especificamente: a) apresentar como ocorreu o processo de implementação das diretrizes de funcionamento dos RIs nas universidades; b) relacionar diretrizes e práticas (observadas a partir das diretrizes de funcionamento dos RIs pesquisados) com o modo de produção da literatura científica no IFSP; c) apresentar as percepções dos gestores de RI sobre a necessidade de participação do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) na fase de planejamento para a criação de RI; d) identificar e apresentar as percepções dos gestores de RIs nas universidades federais em relação ao papel do SIBI. A metodologia adotada, do ponto de vista de sua natureza, é descritiva, por ter como propósito descrever os fenômenos relacionados com o objeto de estudo que trata das diretrizes de funcionamento dos RIs das universidades federais brasileiras, tendo cunho quantitativo e qualitativo. A pesquisa tem como universo as universidades públicas federais brasileiras, cujo intuito é verificar as diretrizes de funcionamento de seus RIs, quando elas o possuem. Para o desenvolvimento deste estudo, as coletas de dados foram realizadas por meio de pesquisa bibliográfica sobre os principais temas que envolvem o seu objeto de estudo, bem como de temas que se relacionam diretamente com ela. O documental buscou as diretrizes de funcionamento publicadas em RIs das seguintes universidades: Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Após a pesquisa bibliográfica e documental, foram utilizadas outras duas técnicas de interrogação. A primeira foi o questionário, construído em meio eletrônico e enviado a 38 universidades federais. A segunda foi a técnica de entrevistas, as quais se configuram como recurso central no que se refere à dimensão de campo deste trabalho. Dentre os resultados a que se chegou, pode-se destacar que, para a implantação de um repositório institucional, é necessário a constituição de Sistemas Integrados de Bibliotecas nas Instituições que ainda não os possui; que as diretrizes de funcionamento já existentes das universidades federais podem ser utilizadas como modelos para os Institutos Federais, mesmo que ambas possuam formas de comunicação e produção da ciência díspares. De forma geral, a pesquisa aponta os processos pelos quais as universidades participantes da pesquisa trilharam até a implantação de seus repositórios, perpassando por indicações de custos, composição de equipes de trabalho, formas de depósito, dentre outros.

**Palavras-chave:** Repositório institucional. Diretrizes de Funcionamento. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Acesso Aberto.

## ABSTRACT

The Federal Institutes of Education, Science, and Technology have valuable wealth centered on the intellectual capital of their academic community, which are made explicit through their intellectual productions. These productions, in turn, need to be available to society; for that, an alternative is the institutional repositories. Therefore, the problem of this study refers to the search for answers to the following question: what operating guidelines can guide the development of an institutional repository (IR) in the IFSP? In order to do so, it also aims to identify which operating guidelines can be adopted in the creation of an IR for the IFSP. Also, specifically: a) present how the process of implementing the guidelines for the operation of IRs in universities occurred; b) to relate guidelines and practices (observed from the operating guidelines of the IRs surveyed) to the way the scientific literature is produced in the IFSP; c) present the perceptions of IR managers about the need for participation of the Integrated Library System (SIBI) in the planning phase for the creation of IR; d) identify and present the perceptions of IR managers in federal universities regarding the role of SIBI. The methodology adopted, from the point of view of its nature, is descriptive, since its purpose is to describe the phenomena related to the object of study that deals with the guidelines for the operation of IRs of Brazilian federal universities, having a quantitative and qualitative character. The research has as a universe the Brazilian federal public universities, whose purpose is to verify the operating guidelines of its IRs, when they have it. For the development of this study, data collection was carried out through a bibliographical research about the main themes that involve its object of study, as well as of themes that are directly related to it. The documentary sought the operating guidelines published in IRs of the following universities: Federal University of Paraná (UFPR); Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) and Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ). After the bibliographic and documentary research, two other interrogation techniques were used. The first was the questionnaire, built in electronic form and sent to 38 federal universities. The second one was the technique of interviews, which are configured as a central resource with regard to the field dimension of this work. Among the results, it can be highlighted that, for the implementation of an institutional repository, it is necessary to create Integrated Library Systems in Institutions that do not yet have them; that the existing guidelines of functioning of federal universities can be used as models for the Federal Institutes, even though both may have disparate forms of communication and production of science. In general, the research points out the processes through which the universities participating in the research have gone through the implementation of their repositories, through cost indications, composition of work teams, forms of deposit, among others.

**Key words:** Institutional repository. Operating Guidelines. Federal Institutes of Education, Science and Technology. Open Access.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização dos câmpus do IFSP .....	28
Figura 2 - Tradução do modelo tradicional de comunicação científica de Garvey e Griffith.....	32
Figura 3 - Como se produz, comunica e utiliza conhecimento na sociedade .....	32
Figura 4 - Modelo de Brody e Harnad: acesso e impacto da pesquisa limitado ..	65
Figura 5 - Modelo de Brody e Harnad: acesso e impacto da pesquisa maximizados por meio do autoarquivamento. ....	65
Figura 6 - Localização de repositórios institucionais no Brasil .....	72
Figura 7 - Universidades Federais com repositórios .....	85

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sistema Integrado de Bibliotecas da RFEPCT.....	26
Quadro 2 - Diferenças entre os elementos formais e os elementos informais da comunicação da informação .....	37
Quadro 3 - Comparação entre os textos das declarações de Budapeste, Bethesda e Berlim que regem o Acesso Livre ao conhecimento .....	50
Quadro 4 - Organização Mundial do movimento do modelo de Acesso Aberto ...	50
Quadro 5 - Principais Iniciativas Brasileiras em favor do Acesso Aberto à Informação Científica .....	58
Quadro 6 - Repositórios Institucionais X Bibliotecas Digitais .....	70
Quadro 7 - Metodologia de pesquisa .....	89
Quadro 8 - Identificação das Universidades que possuem Diretrizes de funcionamento e disponibilidade nos sites de seus RIs .....	92
Quadro 9 - Eixo temático do questionário .....	99
Quadro 10 - Quantidade de profissionais envolvidos na criação do RI .....	102
Quadro 11 - Quantidade de profissionais na gestão do RI das universidades, considerando por seus gestores ser suficientes ou não .....	103
Quadro 12 - Cálculo dos custos iniciais .....	107
Quadro 13 - Cálculo dos custos para a continuidade do RI .....	109
Quadro 14 - Categorias e questões para análise de elementos de diretrizes de funcionamento .....	111
Quadro 15 - Categorias e subcategorias de análise das diretrizes de funcionamento dos RIs .....	160
Quadro 16 - Categorias de análise dos Aspectos Institucionais e ocorrências das Subcategorias .....	161
Quadro 17 - Categorias de análise dos Aspectos Gerenciais e ocorrências das subcategorias.....	162
Quadro 18 - Categorias de análise Acesso Aberto e ocorrências das Subcategorias .....	165
Quadro 19 - Relação das diretrizes identificadas com os instrumentos de coleta .....	167

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crescimento Mundial de números de repositórios digitais.....	68
Gráfico 2 - Proporção de repositórios por país em todo o mundo .....	73
Gráfico 3 - Crescimento de repositórios institucionais no Brasil .....	73
Gráfico 4 - Status operacional dos repositórios institucionais brasileiros .....	76
Gráfico 5 - Criação dos repositórios .....	101
Gráfico 6 - Políticas de arquivamento com abordagem rígida .....	105
Gráfico 7 - Políticas de arquivamento com abordagem flexível .....	105
Gráfico 8 - Planejamento financeiro na criação do RI .....	106
Gráfico 9 - Planejamento financeiro para continuidade do RI .....	108

## LISTA DE SIGLAS

AA - Acesso Aberto  
ANPEPP - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia  
AO – Acesso Aberto / Open Access  
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações  
BOAI - Budapest Open Access Initiative  
C&T - Ciência e Tecnologia  
C,T&I - Ciência, Tecnologia e Inovação  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CBBI - Comissão Brasileira Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica  
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica  
CEFETSP - Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo  
CPD - Centro de Processamento de Dados  
EAF - Escolas Agrotécnicas Federais  
EITs - Escolas Industriais e Técnicas  
EPT – Educação Profissional e Tecnológica  
ETDs - Electronic Theses and Dissertation  
ETF – Escola Técnica Federal  
FAQ - Perguntas Frequentes  
FIC - Formação Inicial e Continuada  
HD - Hard Disk / Disco Rígido  
IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia  
ICSU - International Council for Science  
IES – Instituição de Ensino Superior  
IF - Instituto Federal  
IFSP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MEC - Ministério da Educação  
NITs - Núcleos de Inovação Tecnológica  
OAI - Open Archives Initiative / Iniciativa dos Arquivos Abertos  
OAI-PMH - Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting  
OASIS - Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto

OCS - Open Conference Center  
OpenDOAR - Directory of Open Access Repositories  
OSI - Open Society Institute  
PDF - Portable Document Format (Formato Portátil de Documento)  
PEA – Práticas Educacionais Abertas  
PL – Projeto de Lei  
PLS - Projeto de Lei do Senado  
PROEJA - Programa de Educação de Jovens e Adultos  
PROEJA FIC - Programa de Educação de Jovens e Adultos de Formação Inicial e Continuada  
RD – Repositório Digital  
RDI - Repositório Institucional Digital  
REA - Recursos Educacionais Abertos  
RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica  
RI - Repositório Institucional  
ROAR - Registry of Open Access Repositories  
RoMEO - Projeto Rights Metadata for Open Archiving  
RT - Repositório Temático  
SciELO - Scientific Electronic Library Online  
SETEC/MEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação  
SIBI - Sistema Integrado de Bibliotecas  
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso  
TEDE - Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações  
TI - Tecnologia da Informação e Comunicação  
TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação  
UFG - Universidade Federal de Goiás  
UFPR - Universidade Federal do Paraná  
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina  
UNED - Unidades de Ensino Descentralizadas  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
WWW - world wide web

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	14
2 INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: CONTEXTO INSTITUCIONAL .....	20
3 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E O ACESSO ABERTO À INFORMAÇÃO .....	30
3.1 Comunicação Científica. ....	30
3.1.1 Acesso Aberto à Informação. ....	40
3.1.2 Acesso Aberto à Informação - Reflexos Brasil .....	50
3.1.3 Estratégias do movimento de Acesso Aberto.....	58
4 REPOSITÓRIOS DE ACESSO ABERTO.....	64
4.1 Repositórios Institucionais.....	68
4.2 Diretrizes de Funcionamento para Repositório Institucional .....	77
5 METODOLOGIA.....	82
5.1 Caracterização da pesquisa .....	82
5.2 Instrumentos de coleta de dados .....	90
5.3 Análise de Conteúdo .....	96
6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS .....	99
6.1 Considerações sobre o Questionário na pesquisa .....	99
6.2 Considerações sobre as Entrevistas na pesquisa.....	110
6.2.1 Emprego da Análise de Conteúdo da Categoria 1 – Criação e Aprovação das diretrizes de funcionamento.....	113
6.2.2 Emprego da Análise de Conteúdo da Categoria 1 – Equipe de trabalho e competências .....	125

6.2.3 Emprego da Análise de Conteúdo da Categoria 1 – Submissão da produção científica .....	132
6.2.4 Emprego da Análise de Conteúdo da Categoria 1 – Custos de implementação e manutenção .....	142
6.2.5 Emprego da Análise de Conteúdo da Categoria 2 – Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI).....	152
6.3 Considerações acerca da Pesquisa Documental .....	157
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	168
REFERÊNCIAS .....	173
APÊNDICES .....	187
Apêndice A - Questionário .....	188
Apêndice B - Termo de consentimento livre e esclarecido.....	192
Apêndice C - Roteiro de entrevista .....	194
ANEXOS .....	199
ANEXO A - Diretrizes de Funcionamento do repositório da UFRJ.....	200
ANEXO B - Diretrizes de Funcionamento do repositório da UFRGS .....	203
ANEXO C - Diretrizes de Funcionamento do repositório da UFPRJ .....	207

## 1 INTRODUÇÃO

As produções científicas e tecnológicas que são resultantes de pesquisa têm em seu bojo uma função social; fazem parte do processo de comunicação científica, que é dinâmica quanto à troca de informações entre pesquisadores sobre os resultados de seus estudos e vêm sofrendo modificações no que tange ao registro e acesso às informações; o tradicional registro impresso de comunicação da ciência, na sociedade contemporânea divide espaço com os novos modelos eletrônicos/digitais.

Segundo Santos (2010), devido ao desenvolvimento da internet e outras tecnologias, possibilita-se uma reestruturação do fluxo de informação e, com isso, uma transformação social dentro da comunidade científica, facilitando o trabalho em redes de colaboração.

Essa reestruturação no fluxo de informação tem uma forte ligação com uma necessidade social sentida por atores da comunidade científica (pesquisadores, bibliotecários, dentre outros), insatisfeitos com os altos custos das assinaturas dos periódicos científicos praticados pelas editoras. Guedón (2004) explica que, nesse contexto, surgiu o movimento de acesso aberto, que é fruto de uma reação aos preços crescentes de artigos e revistas científicas, o que preocupava os bibliotecários, devido às suas limitações econômicas, o que acabava por restringir o acesso às revistas científicas.

Segundo Ferreira (2007), há uma expressiva mudança na comunicação científica decorrente de um ambiente de acesso aberto ao conhecimento, o que tem refletido diretamente no perfil, nas características e na conceituação das fontes de informação necessárias à consolidação da produção técnico-científica internacional. O autor diz ainda que, dentre os novos modelos de informação dos movimentos de acesso aberto, há dois eixos que são fundamentais: a via dourada, que é a publicação de artigos em periódicos científicos de acesso aberto, e a via verde, que é a disponibilidade de cópias de artigos de revistas científicas em repositórios institucionais (RIs). Este último é o foco desta pesquisa, principalmente quanto às diretrizes de funcionamento estabelecidas no planejamento, fase que antecede a sua implementação.



Para dar suporte ao movimento de acesso aberto, declarações e iniciativas internacionais em favor desse movimento foram e estão sendo publicadas, tais como a Declaração de Santo Domingo (1999), a Declaração sobre a ciência e o uso do Conhecimento Científico e a Agenda para Ciência (1999), e as três declarações internacionais mais importantes: a Declaração de Budapeste (2001), a Declaração de Bethesda (2003) e a Declaração de Berlim (2003). No Brasil, as declarações que se destacam e permeiam as diretrizes de funcionamento dos RIs, são: Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação, de 2005; a Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto: a Perspectiva dos Países em Desenvolvimento, de 2005; a Carta de São Paulo, de 2005; a Declaração de Florianópolis, em 2006; a Portaria nº13 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 2006; e o Manifesto de Acesso Aberto a Dados de Pesquisa Brasileira para Ciência Cidadã, em 2016.

Quanto aos repositórios, estes demonstram serem ferramentas capazes de armazenar e disseminar o conhecimento registrado de forma permanente e acessível. Ferreira (2007) pontua que

[...] repositórios contribuem para o aumento da visibilidade, estatuto, imagem e “valor” público da instituição, servindo como indicador tangível de sua qualidade e demonstrando as relevâncias científicas, econômicas e sociais das suas atividades de pesquisa e ensino (FERREIRA, 2007, p.159).

O RI é uma ferramenta complexa, visto que sua implantação pressupõe a definição de estratégias relacionadas com documentos que irão compor seu acervo, custos, equipe de competências, processos de organização destas informações, preservação dos direitos autorais, dentre outros. Nesse sentido, Kuramoto (2009, p. 9) alerta que, “para se desenvolver e manter um RI, não basta ter a disponibilidade de tecnologias e um parque computacional, mas principalmente desenvolver [...] mecanismos de gestão do repositório”.

Nesse contexto, estão as diretrizes de funcionamento dos repositórios, que são fundamentais para as instituições que pretendem criar seus RIs e as instituições, como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, conhecido por muitos profissionais e gestores dessa modalidade da educação,

apenas como Institutos Federais (IFs). Segundo Brasil (2017), os IFs objetivam qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizar pesquisas e desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo brasileiro.

Dessa forma, estudar as diretrizes de funcionamento de RIs de universidades federais, buscando compreender o que pensam seus gestores, além de captar o que não está registrado na literatura, mas que foi desenvolvido/trabalhado na fase de planejamento, permitirá identificar requisitos que possam fazer parte das diretrizes de funcionamento de um RI no Instituto Federal de São Paulo (IFSP). Ao mesmo tempo, contribui para o preenchimento de lacunas sobre o assunto.

É importante frisar que os IFs possuem um estatuto jurídico de instituição de educação superior, cujo modelo padrão é a universidade. No entanto, possuem características que as distinguem, inclusive, em sua forma de produzir conhecimento. Nesse sentido, esta pesquisa buscou estudar as diretrizes de funcionamento adotadas nos RIs de instituições de ensino superior (IES) federais brasileiras e, a partir delas, identificar diretrizes para uso do IFSP, quando da criação de seu RI.

Esta pesquisa pretende responder ao seguinte questionamento: quais diretrizes de funcionamento podem orientar o desenvolvimento de um RI no IFSP?

A partir desse questionamento, a presente pesquisa definiu como objetivo geral identificar, com base na realidade dos RI das universidades federais brasileiras, quais diretrizes de funcionamento podem ser adotadas na criação de um RI para o IFSP. Para tanto, estabeleceram-se como objetivos específicos:

- Descrever como ocorreu o processo de implementação das diretrizes de funcionamento dos RIs nas universidades federais brasileiras;
- Relacionar diretrizes e práticas (observadas a partir das diretrizes de funcionamento dos RIs pesquisados) com o modo de produção do conhecimento no IFSP;

- Caracterizar as percepções dos gestores de RIs quanto à necessidade de participação do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) na fase de planejamento para a criação de RI;
- Identificar a relação do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) com o funcionamento dos RIs, sob a perspectiva dos gestores de RIs das universidades federais brasileiras.

A realização desta pesquisa se justifica pelo fato de o pesquisador trabalhar como bibliotecário no IFSP, razão pela qual pode acompanhar e contribuir com apontamentos para a elaboração do planejamento que auxiliem na criação das políticas para o repositório, principalmente quanto às diretrizes de funcionamento. E, também, pelo motivo do IFSP possuir valiosa riqueza centrada no capital intelectual de sua comunidade acadêmica, o que é explicitado por meio de suas produções intelectuais, registradas nos mais diversos formatos e tipologias documentárias. O IFSP não conta com um RI, que é uma ferramenta de gestão e que, quando acompanhada de diretrizes de funcionamento concisas, melhora a visibilidade dessa literatura produzida e, conseqüentemente, o aumento do uso e impacto das pesquisas desenvolvidas na instituição. Segundo Baptista *et. al.* (2007, p. 2), os RIs permitem “[...] maior visibilidade nas pesquisas e sua utilização pelo maior número possível de interessados, o que promove, em última instância, o desenvolvimento da ciência.”

Posto isso, entende-se a importância de identificar diretrizes de funcionamento de RIs, considerando as especificidades do IFSP e que ainda poderá servir de modelo para outros IFs com perfis semelhantes, a partir da expertise das universidades federais. Leite (2009) aponta que é necessário conhecer as implicações contextuais, teóricas e práticas que envolvem as fases de planejamento, implementação e funcionamento, sendo as diretrizes de funcionamento parte do planejamento.

O trabalho poderá, inclusive, contribuir para o preenchimento de ausências da informação registrada sobre o assunto, visto que as características das universidades federais são diferentes dos Institutos Federais que abarcam diversos níveis de ensino, tais como o nível médio-

técnico, licenciaturas, bacharelados e mestrados, ou seja, complementar essa literatura beneficiará à comunidade científica e ao IFSP, que poderá se apropriar das diretrizes propostas para iniciar o desenvolvimento de seu RI com credibilidade e confiança, permitindo que a sociedade, em geral, tenha seu anseio atendido quanto à maior transparência e acesso ao que se é produzido dentro da instituição.

Nesse sentido, a escolha desta pesquisa justifica-se por aspectos práticos e teóricos.

A proposta de investigação está estruturada em seis (06) seções, sendo a primeira é de caráter introdutório, onde se faz a conexão de ideias para expor o problema a ser investigado e se identificam os objetivos gerais, objetivos específicos e a justificativa.

Na segunda seção, são abordados os Institutos Federais por meio de um breve histórico, seus objetivos enquanto instituição de ensino, suas modalidades de ensino, canais de comunicação científica que utilizam para divulgar sua produção, tipos de pesquisa e como se organizam suas bibliotecas, permitindo, dessa forma, entender a necessidade de implantação de um RI, dada sua importância histórica e social para a sociedade, bem como seu papel na educação brasileira.

Na terceira seção, faz-se uma contextualização sobre a Comunicação Científica e o Movimento de Acesso Aberto, abordando as questões sobre: a disseminação da produção científica, suas novas formas de disseminação com o advento das Tecnologias de Informação e Comunicação e a evolução do movimento de acesso aberto, a fim de diminuir as barreiras para o compartilhamento da informação, o que, dessa forma, permite compreender a seção seguinte que versa sobre os repositórios.

Na quarta seção, discorre-se sobre os repositórios digitais, apresentando conceitos e mostrando possíveis divisões desses repositórios digitais e, a partir de então, apresentar os RIs existentes nas instituições de ensino superior brasileiras, bem como as características das diretrizes de funcionamento na literatura.

Na quinta seção, é apresentada a metodologia, desvendando a natureza da pesquisa, exibindo o campo onde será desenvolvido o trabalho, os sujeitos envolvidos, os instrumentos utilizados para a coleta de dados e o método.

Na sexta seção, são apresentadas a análise e discussão dos resultados encontrados a partir de entrevistas, questionários e diretrizes de funcionamento.

Nas conclusões, são apresentadas as considerações finais deste estudo, além de sugestões para novas pesquisas. Por fim, apresentam-se as referências utilizadas para subsidiar a elaboração do texto da dissertação, os apêndices e anexos.

## **2 INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: CONTEXTO INSTITUCIONAL**

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, estão inseridos na Rede<sup>1</sup> Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), vinculados ao Ministério da Educação (MEC), sendo mais conhecidos como Institutos Federais (IFs). É uma rede composta pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), pelos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's) e pelas Escolas Técnicas vinculadas às Universidades. Possuem a proposta de articular a formação de profissionais no país e colaborar com a transformação da sociedade. Essas instituições são centenárias e têm seu início com o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado por Nilo Peçanha, criando, nas capitais dos Estados, as Escolas de Aprendizes Artífices.

Em 1937, com a Constituição promulgada por Getúlio Vargas, as Escolas de Aprendizes Artífices se transformaram em Liceus Industriais, que, novamente, mudaram sua nomenclatura, em 1942, e passam a ser chamados de Escolas Industriais e Técnicas (EITs). Este modelo se manteve até 1959, quando as Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em Escolas Técnicas Federais (ETFs) e ganharam autonomia administrativa e pedagógica. Pouco depois, o ensino técnico ganhou um novo status, a fixação por Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1961, equiparou o ensino profissional ao ensino acadêmico (BRASIL, 2011).

No final da década de 1970, surgia mais uma transformação na Rede Federal Profissional. Algumas ETFs se tornam CEFET, por meio da lei nº 6.545, sancionada pelo general Ernesto Geisel, em 30 de junho de 1978 (BRASIL, 2011). Segundo Campello (2007), é pertinente ressaltar que os

---

<sup>1</sup> Na acepção da lei, trata-se de uma rede, pois congrega um conjunto de instituições com objetivos similares, que devem interagir de forma colaborativa, construindo a trama de suas ações, tendo como fios as demandas de desenvolvimento socioeconômico e inclusão social. Federal por estar presente em todo o território nacional, além de ser mantida e controlada por órgãos da esfera federal. De educação por sua centralidade nos processos formativos. A palavra educação está adjetivada por profissional, científica e tecnológica pela assunção de seu foco em uma profissionalização, que se dá, ao mesmo tempo, pelas dimensões da ciência e da tecnologia, pela indissociabilidade da prática com a teoria (SILVA, 2009. p.16).

CEFETs foram criados como instituições predominantemente de ensino superior, tanto em termos administrativos quanto em relação aos seus objetivos educacionais.

Na década de 1990, muitas escolas técnicas e agrotécnicas<sup>2</sup> passam a ser CEFETs, e formaram a base do sistema nacional de educação tecnológica, que foi instituída em 1994. No ano seguinte, 1999, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, por força de um decreto sem número, de 18 de janeiro, transformava a Escola Técnica Federal de São Paulo em Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (CEFETSP).

Em 2008, boa parte das instituições inseridas na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, passaram por mudanças em sua caracterização, transformando-se em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei Federal nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008).

De acordo com dados da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – SETEC/MEC –, quando iniciou o processo de criação dos IFs, a RFEPT contava com 36 Escolas Agrotécnicas, 33 CEFETs com suas 58 Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs), 32 Escolas Vinculadas, uma Universidade Tecnológica Federal e uma Escola Técnica Federal (BRASIL, 2008).

Observadas as principais transformações da instituição, podemos afirmar que, a partir da sua constituição em IF, inicia-se uma fase em que a educação profissional passou a atuar em todos os níveis de ensino e modalidades, conforme preconiza o Art.7º da Lei nº11.892/2008 (BRASIL, 2008), com o objetivo de estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo, as atividades de extensão, bem como promover tecnologias sociais voltadas para a preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008). Suas modalidades de ensino são: cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; técnico subsequente; graduações (licenciaturas e bacharelados) e programas de pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*), ou seja, disponibiliza à população uma ampla oferta de

---

<sup>2</sup> As escolas agrotécnicas federais (EAF) foram autarquias federais que atuavam prioritariamente na área agropecuária, ofereciam habilitações de nível técnico, cursos de nível básico e do ensino médio. Fonte: MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

cursos que abrangem desde a Formação Inicial e Continuada (FIC), até os cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*.

Nesse contexto, os IFs promovem atividades de pesquisa com o intuito de direcionar seus esforços para a produção da Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T & I). No entanto, como Schwede e Lima Filho (2015, p. 2) destacam, as instituições que precederam muitos dos IFs já realizavam pesquisas e que, a partir da década de 1990, estas instituições, em especial os CEFETs, são chamadas a produzirem C&T, visando o atendimento das demandas de mercado. Nota-se que o incremento da Inovação<sup>3</sup> é particular ao IF em detrimento aos CEFETs e anteriores.

Importante frisar que é exigência às instituições de ensino superior públicas que seus professores desenvolvam pesquisas para serem disseminadas na sociedade, mostrando os resultados, a pertinência e a relevância de suas ações através da produção científica, de produtos, processos e serviços tecnológicos. Ressaltando, ainda, que o ensino dos IFs foi equiparado ao ensino das universidades pela LDB.

Logo, é oportuno conhecer esse contexto em que os IFs estão inseridos e apresentar o modo de produção científica e tecnológica dessas instituições, para compreender o que aproxima e o que distancia o pesquisador da rede, do pesquisador acadêmico nas práticas de pesquisa.

Perucchi e Garcia (2011) apresentam indicadores de autoria de produção científica e tecnológica de grupos de pesquisa do IF da Paraíba. Nesse recorte, o estudo identifica que os tipos de canais de comunicação utilizados para publicações dos professores/pesquisadores são: artigos de periódicos, artigos em *sites da Internet*, textos em jornais de notícias/revistas, livros, capítulos de livro, resenhas e prefácios, publicações em anais de eventos, *softwares*, produtos tecnológicos e “demais tipos de produções” (não especificados pelas autoras). Dentro desse contexto, identificaram que

os recursos humanos relativos à produção tecnológica trabalharam mais individualmente e menos em grupo. Isso é demonstração clara das culturas das áreas, que diferem na

---

<sup>3</sup> Inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços (BRASIL, 2004). Ela “é o mecanismo de agregação de valor econômico, na medida em que transforma uma descoberta em um produto ou processo capaz de disputar o mercado” (MUCCIOLI *et.al.*, 2007).



pesquisa. Na ciência, a lógica regente é a do livre pensar e do livre agir, enquanto na tecnologia, a lógica é comercial, do sigilo exigido até a conclusão da pesquisa e à solicitação da patente; de linguagem mais rígida; da incerteza de se conseguir um produto ou um processo comercializável (PERUCCHI; GARCIA, 2011, p. 251).

Estudos de tecnologia que geram patentes<sup>4</sup> devem ser observados nos IFs, tanto na educação básica, superior, e profissional, visto que, na lei de criação dos institutos (Lei 11.892), é explicitada a vocação dos IFs, que é a educação voltada para a ciência e tecnologia (BRASIL, 2008), especialmente para a solução de problemas práticos da sociedade.

Ressalta-se que, por ofertar diversas modalidades de ensino, onde os estudos estão aliados à prática das soluções de problemas, os IFs poderão ter menores de idade, principalmente no ensino médio-técnico, criando patentes.

Perucchi e Mueller (2014), em seus estudos, verificam se a mudança de CEFET para IF ocasionou alterações na forma de produzir conhecimento, mais especificamente se houve aumento das patentes depositadas nos IFs após a publicação da Lei 11.892 que cria os institutos. Os resultados mostraram que de 2008 até 2012 (período pesquisado) houve, sim, um aumento de registros de patentes. Para as autoras, esta é uma demonstração de que as patentes também são produtos dos IFs, mas, pontuam que ainda é cedo para afirmar que a relação do aumento no número dos depósitos de patentes se deu em virtude da promulgação da Lei.

Segundo a Lei 11.892 (BRASIL, 2008), os IFs devem desenvolver pesquisa aplicada em articulação com os diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, implementando, assim, as relações com o governo e as empresas. Essa relação, segundo Querido (2011, p. 35-36), deve ser realizada pelos Núcleos

---

<sup>4</sup> No Brasil, existem duas leis em vigor, que tratam da patente e assuntos correlatos: Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (Lei de Propriedade Industrial), que é definida conforme seu Art.1º que diz, regular “direitos e obrigações relativos à propriedade industrial” e o Art. 2º que complementa o segundo com a seguinte disposição preliminar: “A proteção dos direitos relativos à propriedade industrial, considerado o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País [...]” (BRASIL, 1996) e a Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004 (Lei de Inovação Tecnológica) que, segundo seu Art.1º, “estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do País” (BRASIL, 2004).

de Inovação Tecnológica (NITs) que, segundo a Lei 10.973 (BRASIL, 2004), “estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do País”.

A criação dos IFs possui um apelo a estudos de tecnologia e inovação, cujo produto final deve ser as patentes, mas, não foi o que Perucchi e Mueller (2017) constataram na prática, pois demonstraram que, na produção dos professores/pesquisadores dos IFs, “os artigos científicos predominam, e não as patentes, registro de patentes ou inovação”.

Quanto aos tipos de pesquisa que os profissionais dos IFs produzem, são pesquisas básicas e aplicadas, desenvolvidas de forma integrada (PERUCCHI; MUELLER, 2016) e, para divulgação de suas pesquisas, utilizam canais de comunicação formais e informais, sendo que a comunicação informal predomina, cuja preferência são as apresentações e publicação de trabalhos em anais de eventos; sob o ponto de vista da comunicação de suas produções, os professores dos IFs apresentam um perfil diferente daqueles das universidades (PERUCCHI; MUELLER, 2017), ou seja, profissionais dos IFs preferem a comunicação informal e profissionais das universidades concentram suas produções na comunicação formal.

No que tange às Bibliotecas da rede, o CEFET possuía como público alvo, em sua maioria, alunos de cursos técnicos de nível médio. Então, as bibliotecas se caracterizavam com bibliotecas escolares. Quando os CEFETs se transformam em IFs, foi ampliada a oferta de cursos passando a oferecer as graduações e pós-graduações (lato sensu e stricto sensu). Logo essas bibliotecas que se caracterizavam como escolares também passaram a atender como bibliotecas universitárias, exigindo, assim, nesse novo contexto, mudanças em suas políticas, na forma e concepção de sua gestão.

Como relatam Becker e Faqueti (2015, p.16),

Observem o que esta mudança organizacional, movida de cima para baixo, por meio de um decreto de lei, provocou na vida das pessoas que trabalhavam nas instituições. No nosso caso, consideramos que a mudança foi altamente positiva, pois exigiu um reposicionamento profissional, de assunção de uma conduta muito mais proativa e criativa para conseguir gerenciar a biblioteca nesse cenário de turbulência.

Nesse sentido, as bibliotecas da rede que ainda estão construindo sua identidade suscita discussões quanto à sua tipologia (qual o tipo: escolar, universitária, mista, tecnológica, etc), quanto à sua reorganização a partir da construção de uma identidade, quanto à interação colaborativa entre as bibliotecas de cada IF, e entre cada IF da federação. A RFEPCT possui uma Comissão Brasileira Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CBBI) que foi instituída em 2011, composta por 2 bibliotecários de cada região mais um presidente com os seguintes objetivos:

- a) representar as Bibliotecas das RFEPCT junto aos diversos segmentos organizados da sociedade, tais como: órgãos governamentais; entidades ligadas à educação, pesquisa e extensão; sociedade civil; dentre outros;
- b) atuar como veículo de articulação, discussão, deliberação, encaminhamento, acompanhamento e execução das políticas e ações necessárias ao desenvolvimento das Bibliotecas ligadas a RFEPCT; e
- c) desenvolver atividades de capacitação, estudos, pesquisas e propostas vinculadas às atividades das Bibliotecas da Rede (BECKER; FAQUETI, 2015, p. 46).

Dentro dessa reorganização, que apontamos como necessária às bibliotecas, estão a estrutura organizacional e o modelo de gestão que permite a integração entre as bibliotecas por meio de um trabalho colaborativo que se faz necessário para alcançar objetivos e finalidades a que são impostas, principalmente em estruturas *multicampi*<sup>5</sup>, como é o caso da RFEPCT. Becker e Faqueti (2015, p. 71) explicam que “cada *campus* possui a sua estrutura organizacional composta por várias unidades e, dentre elas, a biblioteca”.

Dessa forma, faz-se necessário apontar o atual panorama da rede quanto a possuir um Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) que segundo Olivieri (2003, p. 1) é “uma alternativa prática de organização, possibilitando processos capazes de responder às demandas de flexibilidade, conectividade e descentralização das esferas contemporâneas de atuação e articulação social”.

---

<sup>5</sup> A estrutura organizacional dos IFs é *multicampi* (reitoria e campi), tendo como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior. O órgão executivo é a reitoria (administração central) composta por um Reitor e cinco Pró-Reitores. Os *Campi* são dirigidos por Diretores Gerais (BRASIL, 2008).

Quanto às instituições que possuem SIBIs na RFEPCT, aponta-se o seguinte:

**Quadro 1 – Sistema Integrado de Bibliotecas da RFEPCT**

Existência do SIBI	Aprovação em:	Subordinado
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	2011	Pró-reitoria de Ensino
Instituto Federal do Sergipe	2014	Reitor
Instituto Federal Catarinense	2014	Pró-reitoria de Ensino
Instituto Federal do Pernambuco	2013	Pró-reitoria de Ensino
Instituto Federal de Goiás	2013	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
Instituto Federal Goiano	2014	Pró-reitoria de Ensino
Instituto Federal de Brasília	2014	Pró-reitoria de Ensino
Instituto Federal de Santa Catarina	2011	Pró-reitoria de Ensino
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	2013	Pró-reitoria de Ensino
Instituto Federal do Paraná	2015	Pró-reitoria de Ensino
Baiano	Não informado	Pró-reitoria de Ensino
Farroupilha	2014	Pró-reitoria de Ensino

Fonte: Santos (2017, p. 70).

Para a confecção do quadro 1, a pesquisadora informou que seu universo foi constituído pelas bibliotecas dos 38 IFs do país. Comparando o quadro 01 que possui 12 IFs com SIBIs com o número total de IFs pesquisados, que foram 38, constata-se que apenas 32% conseguiram constituir seus SIBIs.

Para que se formalize essa integração das bibliotecas, é necessário que a instituição crie uma unidade organizacional sistêmica que congregue todas as bibliotecas de *campus*, comumente denominada de “Sistema de Bibliotecas” [...]. Nessa estrutura, ocorre o compartilhamento de saberes e competências pelos profissionais bibliotecários participantes do sistema e há liderança de um profissional bibliotecário para dinamizar a gestão integrada das bibliotecas (BECKER; FAQUETI, 2015, p. 71).

A Estruturação em Sistema Integrado de Biblioteca (SIBI) é uma necessidade de integrar bibliotecas para agrupar suas ações e produtos, haja vista que, embora localizadas em campi diferentes, são parte de uma mesma instituição.

- **Instituto Federal de São Paulo**

O mundo moderno tem demandado uma população com maior escolaridade e profissionalização. Nesse aspecto, os IFs têm uma forte

influência na educação profissional brasileira, por meio de seus 38 IFs espalhados pelo país e, dentre eles, está o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) – que faz parte da RFEPCT, vinculados ao MEC. Possuem a proposta de articular a formação de profissionais no país e colaborar com a transformação da sociedade.

O IFSP, atualmente, desempenha um relevante papel na formação de técnicos, tecnólogos, engenheiros, professores, especialistas e mestres, além da correção de escolaridade regular por meio do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e Programa de Educação de Jovens e Adultos de Formação Inicial e Continuada (PROEJA FIC<sup>6</sup>). São algumas de suas funções: a pesquisa, a iniciação na ciência, nas tecnologias, na inovação, nas artes, a profissionalização, extensão e ensino.

Importante destacar que, em suas unidades, os cursos são propostos conforme as características produtivas das regiões. Têm em suas pesquisas aplicadas o objetivo de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico, com a melhoria do potencial das atividades produtivas locais e o compartilhamento da informação com essa comunidade, mesmo sem contar com um Repositório Institucional.

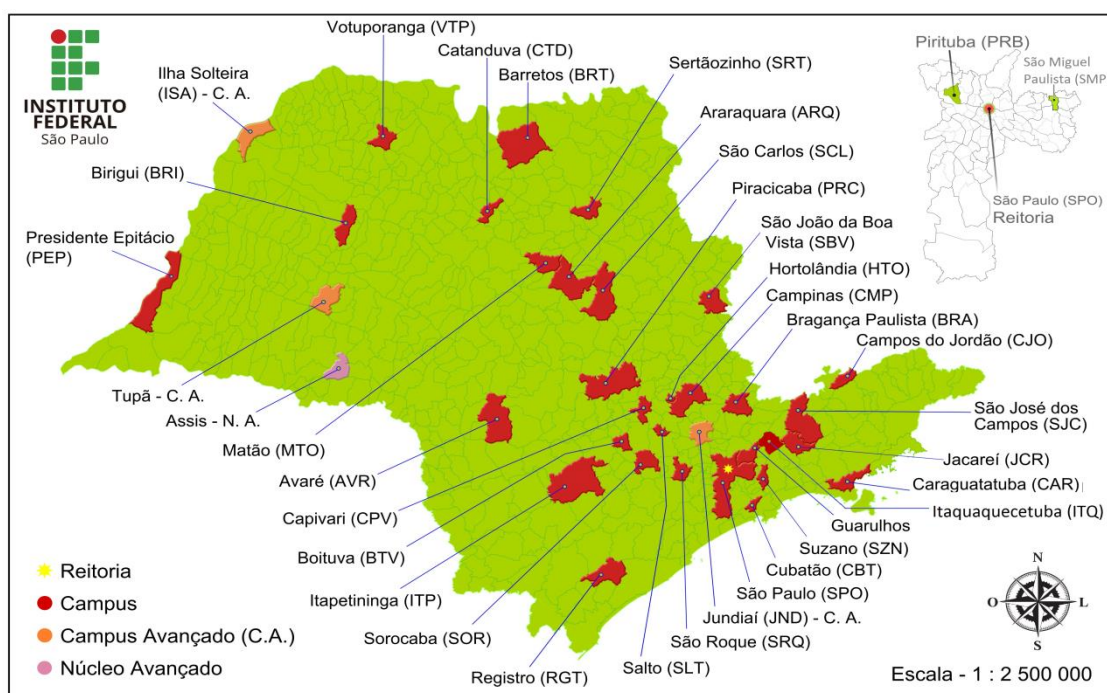
Atualmente, o IFSP conta com 36 unidades em atividade, o que representa 36 respectivas bibliotecas, que possuem características coletivas e singulares concomitantemente, à medida que fazem parte de uma macroestrutura institucional, embora possuam peculiaridades locais e regionais. No quadro de servidores, possui 60 bibliotecários e atende em suas bibliotecas um universo de aproximadamente 30 mil usuários por mês, entre servidores, discentes e comunidade.

A figura 1 apresenta o mapa com a localização de todas essas unidades de ensino no estado de São Paulo:

---

<sup>6</sup> No dia 08 de abril de 2009, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC do Ministério da Educação - MEC lançou o Ofício Circular nº 40 GAB/SETEC/MEC convidando às Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para que, em parceria com os municípios brasileiros, elaborassem propostas para implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, Formação Inicial e Continuada com o Ensino Fundamental (PROEJA FIC). Fonte: MEC, Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/proeja/>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

**Figura 1** - Mapa de localização dos câmpus do IFSP



Fonte: IFSP, adaptado pelo autor, 2018.<sup>7</sup>

No que diz respeito às suas bibliotecas, atuam de forma semidescentralizada, ou seja, não possuem um SIBI institucionalizado, mas, desenvolvem atividades por meio de grupos de trabalho, que são compostos por bibliotecários de variadas bibliotecas do IFSP.

Em 2013, foi criada a coordenadoria de bibliotecas junto à reitoria. Essa coordenadoria contribui para que sejam desenvolvidas atividades que, de alguma forma, tenham diretrizes e políticas comuns e, desde então, os bibliotecários articulam a criação de um SIBI para o IFSP; atualmente, essa coordenação conta com apenas um servidor, que é bibliotecário.

Até meados de 2015, o IFSP não possuía um software de automação de bibliotecas que disponibilizasse os catálogos de todas as suas bibliotecas *on-line* e que, de forma integrada, possibilitasse a unificação de suas bases de dados catalográficas. No entanto, esse cenário vem se modificando com a aquisição de um software específico e único para todas as bibliotecas do IFSP.

<sup>7</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Mapa dos câmpus. 2016. Elaboração cartográfica de Leandro Henrique da Silva, arte final de Vitor Hugo de Rosa. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/mapa-dos-campi.html>>. Acesso em: 06 de jan. 2017. Mapa adaptado pelo autor, em virtude de o original não contar com o câmpus Itaquaquetuba e São Miguel Paulista.

Ressalta-se que o IFSP não dispõe de uma ferramenta para gerenciamento, armazenamento e disseminação da sua produção científica, que pode ser feita por meio de um repositório institucional. No entanto, conforme apresentado no quadro 01, a instituição não possui um SIBI, o que pode ser um impeditivo para a criação e/ou sustentabilidade dessa ferramenta.

Conforme apontado anteriormente, neste estudo, buscaram-se respostas, tais como saber quais diretrizes de funcionamento podem orientar o desenvolvimento de um repositório institucional no IFSP, tendo em vista que as pesquisas científicas, tecnológica e de inovação desenvolvidas por essa instituição, visam à contínua melhoria de produtos e serviços para o público interno, sejam eles professores, pesquisadores, servidores, alunos e, público externo, neste caso, a sociedade em geral.

As diretrizes de funcionamento na criação de um repositório devem ser desenvolvidas como meio estratégico para o bom funcionamento da organização e disseminação da informação. Os repositórios refletem diretamente na melhoria e visibilidade dos produtos, serviços e imagem da instituição, e sua constituição implica em respeitar o direito da sociedade em ter acesso à produção científica e acadêmica, financiadas por dinheiro público.

Após verificar o contexto Institucional do IFSP, apresenta-se o referencial teórico, que se iniciará na próxima seção, com a Comunicação e o Acesso Aberto à Informação.

### 3 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E O ACESSO ABERTO À INFORMAÇÃO

A fundamentação desta seção tem na “comunicação científica” e no “movimento de acesso aberto à informação” parte da base teórica indicativa para o entendimento do tema central desta pesquisa. Trata-se da disseminação da produção científica, que na sociedade contemporânea é motivo de atenção, visto que tem se transformado em virtude de “fatores sociais, econômicos, legais e, em grande parte tecnológicos” (COSTA; LEITE, 2017, p. 35) permitindo a criação de novas formas de disseminação e consequente mudança no fluxo de informação. A comunicação científica e o movimento de acesso aberto à informação são cruciais para uma melhor compreensão do papel dos repositórios institucionais, uma vez que este é um dos pilares desta dissertação.

#### 3.1 Comunicação Científica

A ciência é, em si, parte do conhecimento e da vida humana; objetiva gerar explicações para certas categorias de fenômenos que poderão ser de ordem natural ou social, como explica Meadows (1999, p.40), ao dizer que a Ciência pode ser entendida como “um corpo coerente e sistemático de conhecimentos sobre qualquer tema, formal ou empírico, natural ou cultural, alcançado por qualquer método [...]”. Kuhn (1978) afirma que a ciência é a reunião de fatos, teorias e métodos contidos nos manuais de divulgação de cada ciência. E Meadows (1999, p.vii) complementa dizendo que a “comunicação situa-se no próprio coração da ciência”.

A comunicação é um processo social que colabora para a troca de informações. Conforme Alves (2014), o termo “comunicação” origina-se do latim *communicatio*, que expressa reunião com o prefixo “co”, que, acrescido do radical “munis”, significa “encarregado de”, e traz o conceito de atividade realizada em conjunto. Também é possível considerar a grafia original, do latim, *comunicare*: tornar comum, troca de mensagens e processo no qual as informações são transmitidas.

Quanto ao conceito de comunicação científica, este foi definido, pela primeira vez, pelo físico e historiador John Bernal (1901-1971), como “um



amplo processo de geração e transferência de informação científica” segundo Christóvão e Braga (1997, p. 40). Esse conceito é também explicado por Silveira e Oddone (2005, p.2), ao dizerem que a comunicação científica surge de uma dupla necessidade; por um lado, a de quem deseja informar-se sobre os avanços da ciência e, por outro, a de quem quer transmitir à comunidade os resultados de pesquisas e/ou estudos dos variados temas da ciência. Garvey (1979, p.IX) definiu a comunicação científica como:

o espectro total de atividades associadas com a produção, a disseminação e o uso da informação, a partir do momento em que o cientista tem a ideia para sua pesquisa, até que a informação sobre os resultados desta pesquisa seja aceita como constituinte do conhecimento científico.

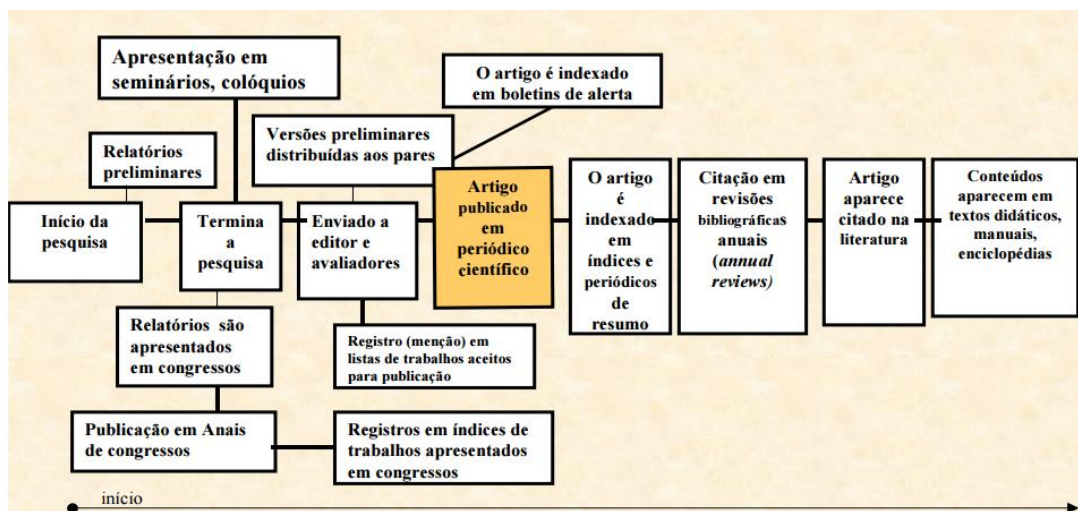
Ou seja, é o conjunto de processos de troca de informações entre os cientistas sobre os resultados de suas pesquisas; esses processos estão presentes em todas as etapas de investigação científica, que vão desde a identificação do problema de pesquisa até a publicação dos resultados.

Para ilustrar esses processos, dentre os vários exemplos existentes, é apresentado o modelo tradicional de comunicação científica<sup>8</sup> de Garvey e Griffith adaptado por Mueller (2004).

---

<sup>8</sup> O modelo de comunicação científica de Garvey e Griffith expressa os processos que esta atividade engloba em relação ao tempo. Foi concebido a partir dos resultados de um estudo sobre a dinâmica dos meios de informação envolvidos nos processos de comunicação e a incorporação dos novos conhecimentos científicos no campo da Psicologia. Apesar do modelo apresentado ser no campo da Psicologia ele pode representar boa parte de outras áreas, quanto às características e processos referentes à produção, disseminação e uso da informação.

**Figura 2** – Tradução do modelo tradicional de comunicação científica de Garvey e Griffith.



Fonte: Moreno e Márdero Arellano (2005, p. 81)

A “comunicação científica pode ser entendida como consequência de uma prática de pesquisa, ao mesmo tempo em que é matéria-prima para novos processos de geração de conhecimento” Costa; Leite (2017, p.21).

**Figura 3:** Como se produz, comunica e utiliza conhecimento na sociedade.



Fonte: Leite; Costa (20??)

Quanto à atividade científica, Targino (2000, p.10) a considera indispensável, visto que:

[...] permite somar os esforços individuais dos membros das comunidades científicas<sup>9</sup>. Eles trocam continuamente informações com seus pares, emitindo-as para seus sucessores e/ou adquirindo-as de seus predecessores.

Não se pode afirmar quando as pesquisas científicas começaram a ser produzidas e tão pouco quando ocorreu a primeira comunicação científica; no entanto, é certo que as atividades mais remotas que tiveram impacto na comunicação científica moderna descendem dos gregos antigos. Os gregos antigos utilizavam a palavra escrita, mas esse não era o único meio de comunicação; também utilizavam os debates e reuniões que eram realizados na periferia de Atenas, para discutir questões filosóficas. No entanto, foi na forma escrita que os gregos mais contribuíram, tendo à frente Aristóteles com suas obras precariamente conservadas em manuscritos copiados repetidas vezes e que influenciaram a cultura árabe e europeia ocidental, reacendendo o saber entre os séculos XIV e XVI, época nomeada como Renascimento (MEADOWS, 1999).

As universidades na Idade Média e a constituição das sociedades científicas<sup>10</sup> impulsionaram a disseminação da pesquisa e proporcionaram o aparecimento dos primeiros periódicos científicos e dos “colégios invisíveis”<sup>11</sup>, que se caracterizavam pela promoção de reuniões (MEADOWS, 1999) e por trocar correspondência entre si, servindo como meio para a comunicação dos resultados da pesquisa. (FIGUEIREDO 1979, p.119). Schauder (1994) explica que as cartas trocadas entre os pesquisadores eram compiladas e se transformavam em periódicos científicos que continham os resultados das observações feitas no decurso das experiências realizadas, com os respectivos

---

<sup>9</sup> Comunidade científica é uma associação de cientistas que visam a comunicação da informação (KNELLER, 1980). Para Kuhn (1978) são pessoas que partilham o mesmo paradigma, e por fim para Bourdieu (2003, p.112, 2004, p.74) é um campo de luta concorrencial na busca do monopólio da autoridade e da competência científica para falar e agir legitimamente em nome do campo.

<sup>10</sup> As sociedades científicas eram grupos de pessoas envolvidas na comunicação científica formal e informal. Os membros da sociedade se reuniam para demonstrar ou expor os resultados de suas pesquisas, discuti-las com outros membros e difundir seus trabalhos por meio de publicações. (MEADOWS, 1999, p. 9)

<sup>11</sup> O termo “colégio invisível” foi cunhado no século XVII pela predecessora informal da Royal Society e revivido por Derek J. de Solla Price em *Science Since Babylon*. New Haven. Yale University Press. 1961, p.99 (KNELLER, 1980, p.183).

registros de propriedade da descoberta científica. Meadows (1999) confirma quando diz que a partir dos colégios invisíveis surge a comunicação científica formal, mais especificamente os periódicos científicos; no entanto, o autor acrescenta que o surgimento dos periódicos científicos se dá em virtude do aumento de cartas trocadas e das expectativas dos editores de terem lucros, entre outras razões.

Adentrando a questão, os colégios invisíveis, segundo Kneller (1980), são formados por grupos de cerca de dez a centenas de cientistas trabalhando em uma pesquisa com contato permanente, usualmente informal, e evitando os canais mais lentos de comunicação formal; quanto à formação dos colégios invisíveis, muitas vezes é inspirada e coordenada por um cientista eminente que formula os pressupostos básicos da pesquisa, faz declarações públicas sobre as atividades e avalia o trabalho realizado por seus membros.

No entanto, Meadows (1999, p. 7) diz que, “o motivo principal, contudo, encontra-se nessa necessidade de comunicação, do modo mais eficiente possível, com uma clientela crescente interessada em novas realizações”. Neste ponto, Bourdieu (2004, p. 23) sugere que o campo científico é constituído por relações objetivas entre os cientistas compostas de relações de forças e dominação. Nessas condições, os pontos de vistas, intervenções científicas, os lugares de publicação, os temas escolhidos e os objetos de pesquisa são as estruturas das relações objetivas, que determinam o que pode e não pode fazer. Explica que:

essa estrutura é, grosso modo, determinada pela distribuição do capital científico<sup>12</sup> num dado momento. Em outras palavras, os agentes (indivíduos ou instituições) caracterizados pelo volume de seu capital determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço. Mas, contrariamente, cada agente age sob pressão da estrutura do espaço que se impõe a ele tanto mais brutalmente quanto seu peso relativo seja mais frágil. Essa pressão estrutural não assume, necessariamente, a forma de uma imposição direta que se exerceria na interação (ordem, “influência” etc.). (BOURDIEU, 2004, p. 24)

---

<sup>12</sup> Para Bourdieu (2004), capital científico “é uma espécie particular do capital simbólico [...] que consiste no reconhecimento (ou crédito) atribuído pelo conjunto de pares concorrentes no interior do campo científico [...]”

Como visto, a constituição dos colégios invisíveis foram uma alternativa encontrada pelos pesquisadores para compensar as demoras nas publicações formais e manterem-se atualizados com toda a literatura. Frente a isso, as revistas especializadas passaram a priorizar o estabelecimento da descoberta para o trabalho científico e principalmente para a obtenção de conhecimentos básicos (KNELLER, 1980). Esta afirmação é corroborada por Muller (2000), ao declarar que os colégios invisíveis significaram agilidade na comunicação dos resultados de pesquisa, formalizando o processo de comunicação no modelo de registro da propriedade intelectual e no modelo de preservação do conhecimento.

É importante frisar que, além dos periódicos, outras iniciativas das sociedades científicas foram feitas no sentido de divulgar o seu conhecimento. Exemplo é dado por Barreto (2007 p.17), ao salientar a elaboração da “*Encyclopédie*” ou “*Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*”, que foi confeccionada entre 1750 a 1772, por Jean le Rond d’Alembert e Denis Diderot, com a pretensão de ser uma classificação de todo conhecimento humano produzido até então, para reuni-lo e distribuí-lo. Além da enciclopédia, destaca-se a atuação de Paul Otlet e Henry La Fontaine e suas iniciativas no intuito de tornar acessível à informação ao maior número possível de pessoas. Barreto (2007, p. 19) afirma que Paul Otlet com Henry la Fontaine deram

ao mundo, no período antes da primeira guerra, diversas organizações para disseminação do conhecimento: o Instituto Internacional de Bibliografia (1895), uma biblioteca internacional e sociedades e associações para montar uma rede de conhecimento mundial.

A comunicação científica é indispensável a quem faz ciência, em razão da troca de informações entre os Cientistas. Conforme Meadows (1999, p.vii) a comunicação é tão importante quanto a própria pesquisa, ela só se torna legítima quando analisada e aceita pelos seus pares. Essa validação é um processo que o cientista submete a sua solução (de um problema) ao julgamento de seus colegas. Portanto, o cientista deve mostrar que os seus argumentos e técnicas respeitam os padrões do campo de estudo ao relacionar a solução com o conhecimento estabelecido.

A revisão por pares (*peer review*) é um mecanismo antigo, que ainda está em vigor há mais de 350 anos, tem origem na segunda metade do século XVII, e sua função é contribuir para o avanço social da ciência, preservar e tornar conhecido o autor dos avanços científicos, e tem como missão fundamental garantir a confiabilidade dos textos publicados (ABADAL, 2012).

A revisão por pares envolve a análise dos textos originais por especialistas da área, e relatórios sobre os aspectos que têm de ser melhorados a fim de proceder à publicação. Quando este sistema é totalmente anônimo (autor desconhecido que analisou e o revisor não tem informações sobre quem é o autor) é chamado de “duplo-cego” (*blind review*) (ABADAL, 2012, tradução nossa), ou **avaliação cega por pares** (grifo nosso).

É importante frisarmos que após a pesquisa científica ser comunicada, analisada e validada pelos outros cientistas, ou seja, ao ganhar legitimidade, torna-se necessário disponibilizar à sociedade o conhecimento gerado. Segundo Targino (2007, p.29), “[...] a comunicação precisa ir além dos muros das comunidades científicas, a partir do entendimento da ciência como instituição social”. Para compreender o que isso envolve, é preciso efetuar a distinção entre comunicação formal e informal.

Ferreira, Modesto e Weitzel (2003, p.194) dizem que<sup>13</sup>:

a comunicação formal se consolida pela comunicação escrita, ou seja, pelas publicações com divulgação mais ampla, como periódicos, livros, relatórios, resumo, índices, revisões, etc. A comunicação informal inclui normalmente a transferência da informação por canais de caráter mais pessoal ou destituídos de formalismos. Abrangem relatos de pesquisa ainda não concluída e/ou em andamento, apresentados em reuniões científicas e participação em associações profissionais e colégios invisíveis.

De forma complementar, Mueller (1994, p. 312) destaca: “uma das características que distinguem os canais formais dos informais é a avaliação: a informação deve ser avaliada por outros cientistas antes da sua divulgação”.

---

<sup>13</sup> Os autores apresentam a comunicação formal e informal sem adentrar no debate sobre questões de natureza contemporâneas que discutem se as tecnologias de informação e comunicação (TIC), são formais ou informais, ou se este modelo vem sendo substituído por estruturas mais complexas, visto que o propósito é apresentar ao leitor apenas uma síntese para a compreensão da comunicação científica formal e informal.

Como apontado acima, verificamos que a pesquisa científica pode ser comunicada por canais formais ou informais, sendo as principais a forma oral e escrita. A comunicação oral é por natureza “informal”, em geral é efêmera e posta à disposição de um grupo limitado de pessoas (MEADOWS 1999, p.7). Os canais informais não são oficiais e tão pouco controlados. Incluem nessa categoria: correspondências, cartas, conversas telefônicas, contatos pessoais, participação em congressos e conferências, troca de e-mails, blogs, chats, redes sociais, etc. Os contatos informais são importantes para troca de informações, discussões e feedbacks com os pares.

A comunicação científica escrita é formal, comumente obedece a critérios estabelecidos pela própria comunidade científica e fica à disposição de um público mais amplo e por mais tempo. Seus principais canais são os livros e periódicos científicos (MEADOWS, 1999). É um canal importante porque permite comunicar resultados de pesquisa, estabelece prioridade às descobertas científicas e outorga reconhecimento aos pares.

Para melhor compreensão dos canais formais e informais, apresentamos a Tabela 1, que demonstra algumas diferenças entre essas duas formas de comunicação científica.

**Quadro 2** - Diferenças entre os elementos formais e os elementos informais da comunicação da informação

<b>ELEMENTO FORMAL</b>	<b>ELEMENTO INFORMAL</b>
Pública (audiência potencial importante)	Privada (audiência restrita)
Informação Armazenada de forma permanente, recuperável	Informação em geral não armazenada, irre recuperável
Informação relativamente antiga	Informação recente
Informação comprovada	Informação não comprovada
Disseminação uniforme	Direção do fluxo escolhida pelo produtor
Redundância moderada	Redundância às vezes muito importante
Ausência de interação direta <i>na comunicação</i>	Interação direta <i>na comunicação</i>

Fonte: Le Coadic (1996, p. 36, grifo nosso)

Percebe-se que a comunicação científica, independentemente de ser formal ou informal, é debatida, analisada, avaliada e validada por outros pesquisadores do mesmo campo científico. Meadows (1999, p.161) diz que “a realização de pesquisas e a comunicação de seus resultados são atividades inseparáveis” e complementa que a maior parte dos projetos de pesquisas se inicia na comunicação informal e, conforme seu desenvolvimento, a pesquisa científica vai se tornando mais formal; com a conclusão do projeto, normalmente o caminho é submeter a avaliação aos pares e à consequente publicação dos resultados.

Considerando essa transição da comunicação informal para a formal, Kneller (1980) descreve as possíveis fases e afirma que em princípio se apresenta um relatório preliminar aos seus colegas especialistas e defende-os das críticas. Logo após, escreve um ensaio formal e remete-o a uma revista especializada. A solução é então checada por outros cientistas, quanto à solidez dos argumentos e raciocínio, exatidão dos cálculos, significado do próprio problema e adequação das provas à conclusão. Se a solução for aprovada aos repetidos testes que é submetida, é aceita como idônea e utilizada na investigação de outros problemas.

No entanto, as fases apresentadas por Kneller pertencem a um modelo utilizado na comunicação científica tradicional que está sendo afetado pelas inovações da tecnologia. Até então, os periódicos científicos impressos ficavam no centro dessa discussão; podemos dizer que hoje dividem espaço também com revistas eletrônicas de divulgação e informação, ampliando o acesso à informação para todos os públicos, sejam eles acadêmicos ou não acadêmicos.

Segundo Santos (2010), o desenvolvimento de novas tecnologias, principalmente a internet, acarretou uma reestruturação do fluxo, pois há uma transformação social dentro da comunidade científica, onde a informação pode ser produzida e armazenada em diferentes espaços e acessada por usuários distantes geograficamente, facilitando o desenvolvimento de pesquisas e a preparação de trabalhos em redes de colaboração. É importante dizer que alguns autores consideram que a comunicação científica se destina apenas aos pesquisadores e especialistas da área, como Bueno (2010, p,2), ao dizer que a comunicação científica [...] “diz respeito à transferência de informações



científicas, tecnológicas ou associadas a inovações e que se destinam aos especialistas em determinadas áreas do conhecimento”, ou Albagli (1996, p.397), que afirma ser “a comunicação científica: comunicação tecnológica, códigos especializados, para um público seletivo formado de especialistas”.

Na contramão de Bueno e Albagli, o movimento de acesso aberto (que será explicado à frente) apresenta manifestações e documentos produzidos pela comunidade científica como: a Declaração de Santo Domingo, 1999, que possui um tópico inteiro nomeado de “ciência para todos” e ainda estabelece metas de democratização da ciência; a Declaração sobre a Ciência e o uso do Conhecimento Científico e a Agenda para a Ciência, que estabelece metas de compartilhamento da informação científica e o conhecimento com o público; a Declaração de Berlim, que promove a internet como agente emergente de difusão do conhecimento humano em benefícios da ciência e sociedade, entre outros.

Com o surgimento da internet, a partir da década de 1980, e do *world wide web* (www), em 1994, autores como Meadows (1999) e Burckle (1992) iniciam pesquisas que abordam os novos elementos da comunicação científica, como as redes eletrônicas. Segundo Pinheiros e Gomes (2012), “as mudanças mais óbvias ocorreram na comunicação informal entre cientistas, refletindo a rápida expansão das redes eletrônicas nos recentes anos” e, entre as conclusões específicas, está o aumento do uso do e-mail, pela vantagem também “óbvia” de alcançar maior rapidez na comunicação entre os pesquisadores, embora considerem que o e-mail ainda não seja inteiramente amigável para os usuários.

Quanto à internet, Santos (2010, p.35) analisa seu papel dentro da comunicação científica:

nas últimas décadas do século XX, a internet alterou não apenas a dinâmica do fluxo da comunicação científica, mas também o modo de fazer ciência, já que ocorre uma integração da comunidade científica que, com outros setores da sociedade, atua em redes transdisciplinares e heterogêneas de colaboração entre instituições de natureza variada. O processo de produção do conhecimento científico passou a ser não linear, com participação de todos os interessados, desde o momento da concepção das pesquisas até a aplicação de seus resultados, trazendo consequências tanto para as etapas de redação como para as de validação. Esta última, antes restrita

à comunidade científica, passa também a ser realizada pela comunidade em geral que pode verificar a confiabilidade dos resultados e as implicações sociais dos avanços de pesquisas.

A comunicação científica nesse ambiente digital sofreu mudanças como relatado acima; e novos elementos foram introduzidos, como “a interconexão geral, a desintermediação e a comunicação de todos com todos” (LEVY, 2010, p. 369). Esses novos elementos propiciados pelos avanços das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) permitiram à comunidade científica ter novas possibilidades quanto aos fluxos informacionais e formas de acesso aos periódicos científicos, livros, relatórios técnicos, entre outros, modificando a comunicação científica. O fato marcante que colabora em demasia com alterações nos paradigmas da comunicação científica teve como fator determinante o alto custo das assinaturas dos periódicos científicos adquiridos por pesquisadores e bibliotecas. Segundo Kuramoto (2006, p.92)

As revistas [...] mais conceituadas são as mais procuradas e adquiridas pelas instituições de ensino e pesquisa, em especial pelas suas bibliotecas, assim como pelos próprios pesquisadores. Os editores ou publishers dessas revistas, ao perceberem a valorização/reconhecimento de suas publicações, promoveram exagerada alta no preço das assinaturas de suas revistas. Em consequência, as bibliotecas de todo o mundo, assim como os próprios pesquisadores, vêm encontrando dificuldades na manutenção de suas coleções de periódicos científicos, e os pesquisadores, conseqüentemente, têm menos acesso a esse insumo para o desenvolvimento de suas pesquisas (KURAMOTO, 2006).

A comunidade científica então se mobiliza na tentativa de combater esses “abusos” com o uso das TIC. Neste contexto surge o movimento de Acesso Aberto, que tenciona disponibilizar na internet a literatura acadêmica e científica sem custo para o usuário, contribuindo para o avanço da ciência e sociedade.

### **3.1.1 Acesso Aberto à Informação**

As mudanças da comunicação científica relacionadas ao acesso aberto são decorrentes de um contexto socioeconômico mundial e do contexto tecnológico. As bibliotecas e os pesquisadores enfrentavam dificuldades em

manter as assinaturas de periódicos científicos em virtude dos altos valores; concomitante a este fato, a internet já se apresentava como um meio de comunicação acadêmica; dessa forma surge a ideia do acesso aberto (*open access*) às produções científicas.

Em meados de 1980, ocorre a chamada crise dos periódicos, que se anunciava desde a década de 1970. Com a crescente demanda dos usuários pelos periódicos científicos, somando-se à inviabilidade das bibliotecas universitárias americanas em manter suas coleções em virtude da falta de financiamento (dado o valor cobrado pelas editoras, que a cada ano se apresentava mais alto que a inflação) e outros índices que medem a economia assim se compôs o gatilho da crise (MUELLER, 2006, p. 31).

Para demonstrar os altos valores dos custos das assinaturas, Dewatripont, et. al. (2006, p.8) utiliza “*O Study on the economic and technical evolution of scientific publications market in Europe*”<sup>14</sup> para apontar que ao longo dos últimos 30 anos o valor dos periódicos científicos teve um aumento regular nos preços das assinaturas, e que entre 1975 e 1995 os aumentos foram de 200 a 300%, maiores que a inflação. O autor afirma que esse fato foi acompanhado da queda das assinaturas por parte dos pesquisadores individuais e bibliotecas, pois o crescimento dos preços dos periódicos ultrapassou em muito a evolução dos orçamentos das bibliotecas.

Um ponto que deve ser levado em consideração, quando se aborda a crise dos periódicos que inicialmente ocorre em virtude dos altos valores cobrados pelas editoras, é o paradoxo apontado por Kuramoto (2006, p.92) ao colocar que “o Estado, para promover o acesso àquilo que produz, é obrigado a arcar com os custos de manutenção das coleções das revistas em que são publicados os resultados de sua produção científica”. E ainda complementa afirmando que, do “ponto de vista ético, os resultados dessas pesquisas deveriam ser de livre acesso”.

O movimento de “Acesso Aberto” é uma tradução do inglês *Open Access* (OA). Seu objetivo, segundo Alves (2008), é “criar uma alternativa para a comunicação científica, consolidando-se como um movimento que visa proporcionar acesso aberto e à informação científica no mundo inteiro, e pelos

---

<sup>14</sup> [https://ec.europa.eu/research/openscience/pdf/openaccess/librarians\\_2006\\_scientific\\_pub\\_study.pdf](https://ec.europa.eu/research/openscience/pdf/openaccess/librarians_2006_scientific_pub_study.pdf)

grandes editores”, ou seja, é um movimento fundamentado na premissa de que a pesquisa científica foi financiada com recursos públicos, portanto os resultados devem estar disponíveis e acessíveis sem nenhum custo para os usuários. Corroborando com o ponto exposto por Kuramoto anteriormente, é possível afirmar que o movimento preconiza o acesso gratuito à informação científica por meio da internet. O acesso aberto trata-se de algo “acessível em linha, acessível livre de custos, acessível imediatamente e acessível livre da maior parte das restrições relativas a direitos autorais e licenciamento”. (KURAMOTO, 2009)

Ao publicarem os resultados de seus estudos em periódicos científicos, os pesquisadores não recebem dividendos das editoras; no entanto, buscam visibilidade e reconhecimento pelo seu trabalho. Harnard (2001) relata que os autores de artigos de periódicos escrevem somente pelo “impacto da pesquisa”, e necessitam que os resultados estejam acessíveis aos seus usuários potenciais. O acesso pago aos seus resultados, pela ótica dos autores, é contraproducente, pois nunca se beneficiaram do fato de que as pessoas, para acessarem seus documentos, precisavam efetuar pagamentos. Pelo contrário, as carreiras dos pesquisadores dependem em grande parte da visibilidade e da aceitação de suas pesquisas, e estes obstáculos ao livre acesso representam barreiras.

O movimento de acesso aberto surge como possibilidade para que os pesquisadores tenham maior visibilidade, como explica Suber (2010, p.1) ao afirmar que o acesso aberto promove uma audiência mundial, “maior que a de qualquer revista baseada em assinatura, não importando quão prestigiada ou popular ela seja, e aumenta comprovadamente a visibilidade e o impacto de seu trabalho”.

Como já explicitado, o movimento de Acesso Aberto busca atenuar problemas como o custo das assinaturas e manutenção das coleções, bem como a disseminação e acesso da produção científica, e busca suporte nas Tecnologias de Informação e de Comunicação. Com o surgimento da Internet, Marcondes e Sayão (2009, p.14) afirmam que é “[...] possível publicar na Internet, a um custo mínimo, com um alcance mundial e com uma rapidez entre a submissão do artigo e sua publicação consideravelmente maior”.

Para dar suporte ao movimento de acesso aberto, diversas declarações e iniciativas em favor desse movimento foram e estão sendo publicadas.

A primeira declaração para o Acesso Livre registrada foi a “Declaração de Santo Domingo”, documento construído na 1ª Reunião Regional de Consulta da América Latina e do Caribe com relação à “Conferência Mundial sobre a Ciência”, tendo como tema A Ciência para o Século XXI: uma visão nova e uma base de ação” ocorrida em março de 1999, em Santo Domingo, capital da República Dominicana. Alguns trechos da declaração se destacam, como o tópico “ciência para todos” que diz: “Ter uma sociedade de conhecimento implica aumentar a capacidade tecnológica, combinando formas tradicionais e modernas que estimulem a criação científica e que viabilizem o desenvolvimento humano sustentável” e complementa ao descrever algumas metas de democratização da ciência como ter uma “maior abertura no acesso à ciência, entendida como um componente central da cultura” e quanto ao

[...] o controle social da ciência e da tecnologia, e da sua orientação, a partir o exercício de opções morais e políticas coletivas e explícitas. Isso enfatiza a importância da educação e da popularização da ciência e da tecnologia para o conjunto da sociedade. (Declaração de Santo Domingo, 1999, p.1).

Após a Declaração de Santo Domingo, ocorreu a Conferência Mundial sobre a Ciência para o Século XXI: um Novo Compromisso, em julho de 1999, em Budapeste, com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do International Council for Science (ICSU). Dessa reunião originou-se a Declaração sobre a Ciência e o uso do Conhecimento Científico e a Agenda para a Ciência - uma Base de Ação, servindo como diretriz e instrumento de ação para atingir metas como a necessidade de compartilhar a informação científica e o conhecimento. O documento destaca como a revolução da informação e da comunicação apresenta meios mais eficientes de intercâmbio do conhecimento científico, assim como menciona a importância do amplo acesso à informação financiada com dinheiro público para a pesquisa científica e a educação, e que deve haver um compromisso de todos os cientistas com vistas a manter altos padrões

éticos, integridade científica, controle de qualidade e o compartilhamento dos conhecimentos com o público (SARMENTO et.al, 2005).

É possível destacar nessas duas declarações como ponto convergente a necessidade de se ter uma ciência verdadeiramente democratizada por meio de iniciativas efetivas de cooperação científica internacional. No entanto, essas declarações não são as mais influentes sobre o movimento de acesso livre. Dentre todas as declarações e iniciativas, três se destacam, em virtude de definirem as bases do movimento de Acesso Livre. São elas: as declarações de Budapeste, de Bethesda e de Berlim.

No entanto, antes de detalhar suas contribuições, descreve-se o surgimento do *Open Archives Initiative* ou Iniciativa dos Arquivos Abertos (OAI), que contribuiu inicialmente para dar estrutura ao movimento de acesso livre para se expandir mundialmente.

O OAI, foi uma das ações que impulsionaram o movimento com o serviço de e-print do ArXiv<sup>15</sup>, criada por Paul Ginsparg, físico da Universidade de Cornell, nos Estados Unidos, que segundo Weitzel (2006, p.18) foi

[...] um movimento instituído por um grupo de pesquisadores pioneiros na reflexão sobre a revisão do processo de comunicação científica a partir da integração de soluções tecnológicas próprias baseadas em softwares livres. Essa iniciativa teve o mérito de estabelecer uma infra-estrutura tecnológica para sustentar publicações científicas on-line, repositórios digitais e provedores de serviços a fim de promover o acesso livre à produção científica no mundo.

Weitzel (2006, p.125) explica que a origem do nome Open Archives Initiative reflete as origens do OAI na própria comunidade. A palavra “arquivo” é comumente aceita como sinônimo para um repositório de *papers* acadêmicos, local onde são armazenadas informações. Seu termo foi adotado sob um farto espectro, e a palavra “aberto” é utilizada sob a perspectiva da arquitetura do sistema, a partir da variedade de provedores que definem e promovem interfaces que facilitam a disponibilidade de conteúdo.

---

<sup>15</sup> ArXiv é um arquivo para pre-prints de artigos científicos em meio eletrônico nos campos da física, matemática, informática, biologia quantitativa, finanças quantitativas e estatísticas. É financiado pela biblioteca da Universidade Cornell, a Fundação Simons e pelas instituições membros. Fonte: <https://arxiv.org/>

Para Baptista et al. (2007), a meta principal do OAI é contribuir para a transformação da comunicação científica. Fundamentados em Lagoze e Van de Soppel (2000) e Baptista et al. (2007), relatam que, em julho de 1999, Paul Ginsparg, Rick Luce e Herbert Van de Soppel realizaram uma reunião exploratória com responsáveis por repositórios de *e-prints* acadêmicos: essa reunião ficou conhecida como a Convenção de Santa Fé. Para essa transformação, foi proposta uma linha de ação com a definição de aspectos técnicos e suporte organizacional de uma estrutura de publicação científica aberta, onde ambas, a camada livre e a comercial, pudessem se estabelecer. Para se instituir um mínimo, mas alto nível potencial de interoperabilidade<sup>16</sup> funcional entre esses repositórios, a convenção definiu as especificações técnicas e os princípios administrativos, que são: a) mecanismo de submissão; b) sistema de armazenamento a longo prazo; c) uma política de gestão para a submissão e preservação de documentos; d) uma interface aberta que permita terceiros coletar os metadados dos respectivos arquivos

O OAI se apoia no auto-arquivamento (*self-archiving*), em padrões de metadados para a descrição de dados, e no protocolo OAI<sup>17</sup> que possibilita a interoperabilidade entre diferentes arquivos e permite a recuperação e o compartilhamento das informações (WEITZEL, 2006). Segundo a autora, houve uma fase pré OAI com dois momentos marcantes: o primeiro foi a implantação do repositório ArXiv.org e o segundo refere-se à militância da proposta “subversiva”<sup>18</sup> de Stevan Harnad, que buscava alterar a cadeia de produção

---

<sup>16</sup> Interoperabilidade: é uma característica que objetiva configurar todos os arquivos, padronizando-os globalmente, para que o acesso a eles seja ilimitado, sem restrições de plataformas (Oliveira; Carvalho, 2009).

<sup>17</sup> O OAI, tem sua essência no uso do protocolo Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH), é um protocolo de comunicação que permite aos sistemas compartilhar metadados (dados que descrevem os recursos de informação) sem processos intermediários. Para tanto os sistemas são caracterizados como provedores de dados (sistemas que dispõem os metadados) e provedores de serviços (Costa, 2014)

<sup>18</sup> Em 1994, Harnad publicou uma mensagem para uma lista de discussão em revistas eletrônicas hospedadas pelo Virginia Polytechnic Institute. A mensagem de Harnad, intitulada "Uma proposta subversiva", sugeriu que os pesquisadores deveriam disponibilizar seus documentos gratuitamente. A mensagem provocou uma discussão significativa e Harnad agora é creditado com o início do conceito de auto-arquivamento. Em 1995, a mensagem original de Harnad e a discussão por e-mail provocada foram coletadas em um livro: Revistas científicas na encruzilhada: uma proposta subversiva para publicação eletrônica. (MEINDERTSMA, 2014)

da literatura científica na web, destacando a publicação fora do eixo comercial e a criação de espaços alternativos para publicar sem cobrar pelo acesso.

Para Weitzel (2006), o OAI constituiu as bases necessárias para um novo modelo de acesso à publicação científica desenvolvendo modelos de negócios próprios e autossustentáveis, tais como os repositórios institucionais ou temáticos, bibliotecas digitais, publicação de periódicos científicos entre outros.

Quanto à legitimidade do OAI na comunidade científica, considerando as especificações técnicas e os princípios administrativos citados por Baptista et al. neste trabalho, Weitzel (2006) explica que o envolvimento de entidades e sociedades científicas internacionais concede legitimidade às ações da OAI, proporcionando movimentos maiores na direção do acesso livre à literatura científica. Como exemplo, o Movimento de Acesso Livre que surge dos debates sobre: os preços abusivos das assinaturas de periódicos científicos praticados por editores comerciais; as funções desempenhadas pelo editor, autor e bibliotecário no sistema de comunicação científica de todas as áreas do conhecimento; e, principalmente, a necessidade dessas áreas do conhecimento implementar repositórios digitais.

Kuramoto (2006), corroborando com Weitzel, diz que o estabelecimento da OAI, que permite o desenvolvimento de diversas ferramentas de software para a construção de repositórios digitais e publicações periódicas eletrônicas, faz o Movimento de Acesso Livre ganhar consistência.

Como base do Movimento de Acesso Livre, que intensificou as implantações de publicações periódicas eletrônicas, repositórios institucionais e temáticos de acesso livre, apresentam-se as Declarações de Budapeste, Bethesda e Berlim.

- **Declaração de Budapeste**

No final de 2001, ocorreu uma reunião em Budapeste, Hungria, promovida pelo *Open Society Institute (OSI)*, da *Soros Foundation*, que resultou na *Budapest Open Access Initiative (BOAI)* em fevereiro de 2002. O objetivo da reunião foi discutir a questão do acesso livre da literatura científica, de forma a fazer um chamamento a todos os interessados no assunto para contribuírem à



iniciativa de Open Access e quebrar as barreiras de acesso, de modo que a sociedade se torne mais igualitária no quesito conhecimento científico.

O documento visa alcançar o Acesso Livre à literatura científica, então, recomenda duas estratégias complementares:

I. Auto-arquivamento. Em primeiro lugar, acadêmicos precisam de instrumentos e de assistência para depositar seus artigos em repositórios eletrônicos abertos, uma prática comumente chamada “auto-arquivamento”. Quando estes repositórios se conformam aos padrões criados pela Iniciativa de Acesso Livre, os buscadores e outras ferramentas podem tratar repositórios separados como um só. O usuário não precisa saber quais repositórios existem ou sua localização para encontrá-los e utilizar seu conteúdo.

II. Periódicos de acesso aberto. Em segundo lugar, acadêmicos precisam dos meios para lançar uma nova geração de periódicos comprometidos com o acesso aberto e para ajudar periódicos existentes que decidirem fazer a transição ao acesso aberto. Posto que um artigo acadêmico deve ser difundido o mais amplamente possível, estes novos periódicos não irão mais invocar o copyright para restringir o acesso e para utilizar o material que publicam. Ao contrário, irão usar os direitos de autor e outras ferramentas para assegurar o acesso aberto permanente a todos os artigos que publicarem. Posto que o preço representa uma barreira ao acesso, estes novos jornais não irão cobrar assinatura ou taxas de acesso, e irão utilizar outros métodos para cobrir suas despesas. (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2002, p.1)

- **Declaração de Bethesda**

Em abril de 2003, reuniram em Bethesda, Maryland, EUA na sede do *Howard Hughes Medical Institute*, da qual origina a *Bethesda Statement on Open Access Publishing* possuía, assim como a declaração de Budapeste, o objetivo de discutir a melhor maneira de adesão ao acesso aberto, nesse caso, mais especificamente, com a comunidade de pesquisadores da área biomédica, com o intuito de elaborar um conjunto de princípios para obter apoio formal das agências de financiamento e de todos os atores do fluxo da comunicação científica para a publicação de resultados da pesquisa científica.

O documento define que publicações de acesso aberto<sup>19</sup> devem atender às seguintes condições:

O (s) autor (es) e titular (es) de direitos autorais concedem a todos os usuários um direito de acesso livre, irrevogável, mundial e perpétuo e uma licença para copiar, usar, distribuir, transmitir e exibir o trabalho publicamente e fazer e distribuir obras derivadas, em qualquer meio digital para qualquer propósito responsável, sujeito à adequada atribuição da autoria, bem como o direito de fazer um pequeno número de cópias impressas para seu uso pessoal.

Uma versão completa do trabalho e todos os materiais suplementares, incluindo uma cópia da permissão, conforme indicado acima, em um formato eletrônico padrão adequado é depositado imediatamente após a publicação inicial em pelo menos um repositório on-line, que é apoiado por uma instituição acadêmica, sociedade acadêmica, agência governamental ou outra organização bem estabelecida que visa permitir o acesso aberto, distribuição irrestrita, interoperabilidade e arquivamento de longo prazo (para as ciências biomédicas, o repositório central é o PubMed). (BETHESDA STATEMENT ON OPEN ACCESS PUBLISHING, 2003, tradução nossa).

- **Declaração de Berlim**

Em outubro de 2003, em Berlim, na Alemanha, ocorreu uma reunião cujo resultado é a *Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities*, conhecida como Declaração de Berlim. É um documento que foi confeccionado com a participação de várias instituições europeias, endossa as declarações anteriores e destaca a importância da formalização de políticas de informação para acesso aberto, bem como depósito das publicações científicas em repositórios institucionais.

A declaração em seu prefácio promove a internet “como meio funcional e emergente de difusão do conhecimento”, ou seja, uma oportunidade para se constituir uma “representação global e interativa do conhecimento humano”. Deixa claro que especifica medidas que devem ser consideradas pelas instituições de pesquisa, pelos responsáveis por formular políticas, pelas agências de fomento, bibliotecas, arquivos e museus.

---

<sup>19</sup> Segundo a Declaração de Bethesda, o acesso aberto é uma propriedade de obras individuais, não necessariamente revistas ou editores.

Segundo a declaração as contribuições em acesso livre devem satisfazer duas condições:

1. O(s) autor(es) e o(s) detentor(es) dos direitos de tais contribuições concede(m) a todos os utilizadores o direito gratuito, irrevogável e mundial de lhes aceder, e uma licença para copiar, usar, distribuir, transmitir e exibir o trabalho publicamente e realizar e distribuir obras derivadas, em qualquer suporte digital para qualquer propósito responsável, sujeito à correcta atribuição da autoria (as regras da comunidade, continuarão a fornecer mecanismos para impor a atribuição e uso responsável dos trabalhos publicados, como acontece no presente), bem como o direito de fazer um pequeno número de cópias impressas para seu uso pessoal.

2. Uma versão completa da obra e todos os materiais suplementares, incluindo uma cópia da licença como acima definida, é depositada (e portanto publicada) num formato electrónico normalizado e apropriado em pelo menos um repositório que utilize normas técnicas adequadas (como as definições Open Archive) que seja mantido por uma instituição académica, sociedade científica, organismo governamental ou outra organização estabelecida que pretenda promover o acesso livre, a distribuição irrestrita, a interoperabilidade e o arquivo a longo prazo. (DECLARAÇÃO DE BERLIM SOBRE ACESSO AO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS E HUMANIDADES, 2003)

Sarmiento et al. (2005) aponta que, em fevereiro de 2005, após o *Berlin 3 Meeting*, o grupo fez recomendações quanto à implementação da Declaração de Berlim, indicando que as instituições devem implementar uma política que exija de seus pesquisadores que todos os seus artigos científicos publicados tenham uma cópia depositada em um repositório de acesso livre; e devem incentivar seus pesquisadores a publicarem seus trabalhos em periódicos de acesso livre, contanto que seja um periódico apropriado e que promova suporte para que isso ocorra.

Para melhor visualização da representatividade e da diferença entre as declarações de Budapeste, Bethesda e Berlim, apresentam-se dois quadros:

O Quadro 3 foi produzido por Sarmiento et al. (2005), que demonstra as contribuições das três declarações, por meio de categorias como “Qualidade”, “*Copyright*”, “Finalidade de Utilização”, “Obras derivadas” e “Acesso”.

**Quadro 3** - Comparação entre os textos das declarações de Budapeste, Bethesda e Berlim que regem o Acesso Livre ao conhecimento.

	<b>Declaração de Budapeste</b> Área: Genérica	<b>Declaração de Bethesda</b> Área: Biomédica	<b>Declaração de Berlim</b> Área: Ciências e Humanidades
<b>Qualidade</b> (peer review)	- artigos de periódicos revisados - pre-prints sem revisão	- artigos revisados	- aprovação pela comunidade científica (revisado)
<b>Copyright</b>	- controle sobre a integridade do trabalho - direito de propriedade intelectual - direito a citação (atribuição da autoria)	- atribuição da autoria	- atribuição da autoria
<b>Finalidade da utilização</b>	- várias, incluindo qualquer outro propósito legal	- várias, incluindo qualquer propósito responsável	- várias, incluindo qualquer propósito responsável
<b>Obras derivadas</b>	- não menciona	- permite	- permite
<b>Acesso</b>	- gratuito - público (mundial)	- gratuito - mundial - irrevogável  - perpétuo (necessidade de preservação)	- gratuito - mundial - irrevogável

Fonte: Sarmiento et al. (2005)

O Quadro 4 foi produzido por Weitzel (2006), que demonstra os objetivos de cada uma das três declarações, com suas respectivas datas. Pela tabela, é possível visualizar como se deu a organização mundial do movimento do modelo de Acesso Aberto, bem como identificar como as declarações se complementam.

**Quadro 4** - Organização Mundial do movimento do modelo de Acesso Aberto

Data	Iniciativa	Objetivos
14/02/2002	BOAI 1– Declaração do Movimento de Acesso Livre de Budapest	Convocação da comunidade e instituições para liberar o acesso à produção científica e abolir todas as barreiras que impedem o acesso, especialmente os preços.
11/04/2003	Declaração de Bethesda	Definição de ações para a publicação voltada para o acesso livre.
22/10/2003	BOAI 2 – Declaração de Berlim	Tem como objetivo promover o novo paradigma para obter maiores benefícios da ciência e da sociedade.

Fonte: Weitzel (2006)

### 3.1.2 Acesso Aberto à Informação – Reflexos no Brasil

No Brasil também houve manifestações de adesão aos movimentos sobre acesso à informação científica e técnica, dentre as quais destaca-se o

**“Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica”**, lançado em setembro de 2005 pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). O manifesto aponta que é necessário estabelecer uma política nacional de acesso livre à informação científica, mediante o apoio das instituições acadêmicas, agências de fomento, dos pesquisadores, editoras comerciais e não comerciais. Segundo Kuramoto (2006, p. 93), esse documento “inicia o desenho de uma política nacional de acesso livre à informação científica”, servindo “como guia orientador para a definição dessa política”.

Alguns trechos do manifesto se destacam, como o tópico às “Recomendações à Comunidade Científica” que:

Exige das **instituições acadêmicas** o comprometimento em “criar repositórios institucionais e temáticos, observando o paradigma do acesso aberto”; bem como “reconhecer a publicação em ambiente de acesso livre para efeito de avaliação e progressão acadêmica”, entre outros (MANIFESTO BRASILEIRO DE APOIO AO ACESSO LIVRE À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA, 2005). Essas ações, além facilitar o registro e a disseminação da produção científica brasileira, integrar a produção científica brasileira com a internacional, proporcionarão maior visibilidade às pesquisas brasileiras.

É indispensável que **os pesquisadores** depositem “obrigatoriamente, em um repositório de acesso aberto publicações que envolvam resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos”, etc (MANIFESTO BRASILEIRO DE APOIO AO ACESSO LIVRE À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA, 2005). Não bastam, no entanto, essas iniciativas sem a participação efetiva dos pesquisadores, os grandes responsáveis pela produção científica.

Mandatário que as **agências de fomento**; “reconheçam a publicação científica em repositórios de acesso aberto para efeito de avaliação da produção científica dos pesquisadores e de concessão de auxílios e financiamentos para pesquisa” (MANIFESTO BRASILEIRO DE APOIO AO ACESSO LIVRE À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA, 2005). A mudança sugerida no momento da avaliação dos projetos de pesquisa e dos pesquisadores para a concessão de auxílios e financiamentos certamente é um encorajamento para a adoção das práticas do acesso aberto para os pesquisadores.

Solicita das **editoras comerciais**: quanto às publicações científicas que “tenham disponível uma versão eletrônica, em ambiente de acesso aberto, das publicações ingressadas por elas editadas cuja autoria seja de pesquisadores que obtiveram recursos públicos para suas pesquisas” (MANIFESTO BRASILEIRO DE APOIO AO ACESSO LIVRE À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA, 2005); aqui se tenta fazer valer a “coisa” (que não é) “pública” em virtude dos direitos autorais, mas que houve investimentos públicos. E, por fim;

Recomenda as **editoras não comerciais**: que “tenham disponíveis uma versão eletrônica, em conformidade como o paradigma do acesso aberto à informação, das publicações impressas por elas editadas” (MANIFESTO BRASILEIRO DE APOIO AO ACESSO LIVRE À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA, 2005); se atendidas, as recomendações se tornarão mais visíveis para os pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

No mesmo ano da publicação do referido manifesto ocorreu a **Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto**: a Perspectiva dos Países em Desenvolvimento, fruto do *International Seminar on Open Access* - evento paralelo do 9º Congresso Mundial de Informação em Saúde e Bibliotecas e 7º Congresso Regional de Informação em Ciências da Saúde.

Segundo a Declaração, o acesso aberto estava recebendo apoio crescente em âmbito mundial e, quanto aos países em desenvolvimento, era recebido com entusiasmo e grande expectativa. Declara ainda que para esses países o acesso aberto proporciona o aumento da capacidade dos pesquisadores de acessar e colaborar com a ciência mundial.

Solicita aos governos alta prioridade ao Acesso Aberto nas políticas públicas científicas, incluindo:

- a exigência de que a pesquisa financiada com recursos públicos seja disponibilizada através de Acesso Aberto;
- a inclusão do custo da publicação como parte do custo de pesquisa;
- o fortalecimento dos periódicos nacionais de Acesso Aberto, de repositórios e de outras iniciativas pertinentes;
- a promoção da integração da informação científica dos países em desenvolvimento no escopo mundial do conhecimento. (DECLARAÇÃO DE SALVADOR SOBRE ACESSO ABERTO, 2005, p.1)

Em dezembro de 2005, para demonstrar apoio em prol do Acesso Livre, um grupo de pesquisadores, bibliotecários, professores alunos, cidadãos e representantes da sociedade civil brasileira elaboraram a **Carta de São Paulo**.

O documento possui um conjunto de dezesseis princípios a serem considerados para a efetivação do acesso aberto; sendo que defendem entre outras propostas

- que em benefício público, as revistas acadêmicas disponibilizem, de forma gratuita, integral e sob nenhum tipo de restrição técnica, seus conteúdos através da Internet e permitam a reprodução reprográfica para fins não comerciais quando publicadas apenas em meios impressos;
- que as pesquisas realizadas em universidades públicas tenham seus resultados livremente disponibilizados;
- que as agências de fomento adotem políticas de incentivo para a disponibilização digital de obras produzidas por seus professores ou pesquisadores financiados com recursos públicos, assim como assegurem, na forma da lei, o direito à cópia dos resultados de pesquisa para fins científicos e educativos. (DECLARAÇÃO DE APOIO AO ACESSO ABERTO À LITERATURA CIENTÍFICA – CARTA DE SÃO PAULO, 2005, p.2)

A carta é uma demonstração de apoio ao movimento de acesso aberto, defende a disponibilização da literatura científica pela internet sem custos para o usuário, pois boa parte das pesquisas são financiadas direta ou indiretamente com recursos públicos, conforme ilustra o trecho a seguir:

por acesso aberto, entendemos a disposição livre, gratuita e sem barreiras ou restrições financeiras e técnicas, de literatura científica através da Internet ou na forma impressa, permitindo que a mesma possa ser lida, impressa, copiada e distribuída sem fins comerciais. Entendemos que o único limite para a reprodução e distribuição deve ser o direito do autor sobre a integridade e crédito de sua obra, assim como a citação adequada. (DECLARAÇÃO DE APOIO AO ACESSO ABERTO À LITERATURA CIENTÍFICA – CARTA DE SÃO PAULO, 2005, p.1)

Segundo Costa (2014) a carta foi o primeiro documento dentre as declarações nacionais publicadas até então, que o termo Repositório Institucional é utilizado para se referir às bases de dados online nas quais os autores devem depositar seus trabalhos.

No ano de 2006, em Florianópolis/SC, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) lança em seu congresso

a **Declaração de Florianópolis**, com o propósito de manifestar o seu apoio em favor do acesso aberto à literatura de pesquisa qualificada, revisada por pares. O documento apresenta nove recomendações à comunidade confirmando seu propósito. Dentre eles destacam-se:

- Que as entidades mantenham e até ampliem sua política de apoio financeiro aos periódicos brasileiros em geral, que já nasceram de acesso aberto em sua quase totalidade, deste modo cooperando para a construção de um sistema forte, consolidado e abrangente de periódicos científicos de alto impacto no hemisfério sul;
- Que pesquisadoras e pesquisadores não transfiram incondicionalmente os direitos autorais de seus artigos a nenhuma revista, ressalvando pelo menos a possibilidade de incluí-los em algum repositório mantido por uma instituição acadêmica, por uma associação científica, por uma agência governamental ou por outra organização solidamente estabelecida;
- Que as pesquisadoras e os pesquisadores priorizem as revistas de acesso aberto quando forem (i) submeter seus originais; (ii) aceitar solicitações para revisar artigos; (iii) fizer recomendações (de leituras a estudantes e colegas, e de assinaturas à biblioteca);
- Pesquisadoras e pesquisadores estão de acordo quanto a que educar para o Acesso Aberto é um ingrediente indispensável para atingi-lo, e se comprometem a desenvolver atividades de conscientização e mobilização junto a seus colegas e ao público acerca da importância do Acesso Aberto e das razões pelas quais o apoiam (...) (DECLARAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS, 2006, p.2).

Em fevereiro de 2006, a CAPES publica a **Portaria nº 13** que institui a obrigatoriedade da divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de pós-graduação stricto sensu reconhecidos no país. A portaria introduz uma nova demanda de comunicação da pesquisa nacional e estabelece um novo critério de avaliação contínua dos programas, dessa forma, colabora com o movimento de acesso aberto. Essa iniciativa da CAPES é uma tentativa de dar visibilidade às pesquisas científicas, visto que a disponibilização em meio digital eleva o acesso ao que foi produzido.

Em apoio à essas manifestações, em 2007 foi apresentado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 1.120/2007 (PL 1.120/2007); o objetivo desse PL era obrigar as instituições públicas de ensino superior a construir os repositórios institucionais para depósito da produção técnico-científica do



corpo discente e docente. Segundo Costa (2014), “o PL teve todos os pareceres favoráveis à sua aprovação, com algumas emendas, mas em 2011 foi arquivado porque tramitou por quatro anos no Congresso e não teve sua aprovação até o final de uma legislatura”. No entanto, é apresentado o **Projeto de Lei do Senado 387/2011 (PLS 387/2011)**, cujo conteúdo é muito semelhante ao projeto que foi encerrado, dada a explicação da ementa no site do senado federal, ao dizer que o projeto

obriga as instituições de educação superior de caráter público, bem com as unidades de pesquisa a construir repositórios institucionais de acesso livre, nos quais deverão ser depositados o inteiro teor da produção técnico-científica conclusiva dos estudantes aprovados em cursos de mestrado, doutorado, pós-doutorado ou similar, assim como da produção técnico-científica, resultado de pesquisa científicas realizadas por professores, pesquisadores e colaboradores, apoiados com recursos públicos para acesso livre na rede mundial de computadores; entende-se por produção técnico-científica monografias, teses, dissertações e artigos publicados em revistas, nacionais e internacionais, com revisão por pares. (BRASIL, 2011, p.1)

O projeto em questão está em tramitação conforme o site do Senado Federal.

Em janeiro de 2016 o IBICT lançou o “**Manifesto de Acesso Aberto a Dados da Pesquisa Brasileira para Ciência Cidadã**”, que tem como objetivo apoiar movimentos e iniciativas para a Ciência Aberta<sup>20</sup> no Brasil por meio do estímulo e demonstração do valor estratégico e informacional, representados pelo amplo e irrestrito acesso a fontes primárias de pesquisas científicas, permitindo o compartilhamento, avaliação, verificação, reprodutividade e redistribuição em novas conjunturas e em pesquisas interdisciplinares e colaborativas. O manifesto, comparado aos manifestos nacionais anteriores, introduz um novo recurso que é o apoio à inclusão de dados de pesquisa (fontes primárias). Colabora com o movimento de acesso aberto visto que as fontes de dados de pesquisa geralmente não são disseminadas. O manifesto relata a importância da implantação de infraestruturas políticas, tecnológicas e

---

<sup>20</sup> A ciência aberta (open Science) é uma expressão que faz referência as pesquisas científicas apoiadas em ciberinfraestrutura tecnológica, visa a disponibilização das de dados de pesquisa em acesso aberto, permitindo o uso, reuso e reprodução desses dados.

informativos, que permitam a seleção, o arquivamento e o acesso a dados de pesquisa; dessa forma, possibilitará a reutilização e geração de novos conhecimentos, transparência nas pesquisas, maior efetividade, credibilidade dos resultados, visibilidade e impacto.

O manifesto é dirigido a diferentes instâncias como: editores de revistas ou periódicos científicos; universidades e institutos de pesquisa brasileiros; sociedades científicas e academias de ciência; órgãos de fomento à pesquisa aos cursos de pós-graduação nas áreas de informação, em especial na Ciência da Informação; gestores e executores de programas e projetos de dados de pesquisa, especialistas em Ciência da Informação, Ciência da Computação e profissionais de informação em geral; pesquisadores. O documento recomenda diretrizes gerais que são direcionadas as universidades e institutos de pesquisa brasileiros; às sociedades científicas e academias de ciência; aos órgãos de fomento à pesquisa; aos editores de revistas de periódicos científicos; aos cursos de pós-graduação e graduação nas áreas de informação, em especial Ciência da Informação; aos gestores e executores de programas e projetos de dados de pesquisa, especialistas em Ciência da Informação e Ciência da Computação e profissionais de informação em geral; e por fim aos pesquisadores. Dentre essas várias diretrizes, destaca-se as universidades e institutos de pesquisa brasileiros com a indicação de:

formular políticas institucionais mandatórias para assegurar que os dados de pesquisas gerados por seus pesquisadores sejam apropriadamente gerenciados, tendo em vista o acesso aberto, considerando que são produtos de pesquisa desenvolvidos com recursos públicos;  
estimular e apoiar ações de Informática e de informação para desenvolvimento de repositórios de dados de pesquisa e de outras infraestruturas necessárias à curadoria das coleções de dados de valor reconhecido (MANIFESTO DE ACESSO ABERTO A DADOS DA PESQUISA BRASILEIRA PARA CIÊNCIA CIDADÃ, 2016, p. 1);

e para os órgãos de fomento à pesquisa:

incentivar e criar mecanismos de recompensas e estabelecer ações mandatórias, nas suas políticas de fomento a pesquisas, para adesão ao acesso aberto a dados de pesquisa nos projetos submetidos a apoio financeiro e bolsas (MANIFESTO

DE ACESSO ABERTO A DADOS DA PESQUISA BRASILEIRA  
PARA CIÊNCIA CIDADÃ, 2016, p. 1).

Percebe-se que, ao lançar este Manifesto, o IBICT reconhece que, para ter êxito, quanto à via verde, são necessárias políticas mandatórias de depósitos de dados de pesquisa. Essa recomendação aos órgãos de fomento, universidades e institutos de pesquisas públicos, vai de encontro ao que alguns especialistas citados nesse trabalho defendem e ao PLS 387/2011 que tramita no Senado Federal brasileiro.

Os principais eventos, cartas, declarações a favor do acesso livre no país são descritos neste trabalho. Sem desprezar outras iniciativas como:

- Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), que emprega tecnologia de arquivos abertos e possibilita o acesso livre da produção científica, cujos objetivos são “reunir, em um só portal de busca, as teses e dissertações defendidas em todo o País e por brasileiros no exterior”. (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2017a)
- Portal Scientific Electronic Library Online (SciELO), que “é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros”, e possui como “objetivo o desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico” (SCIELO, 2017); e por fim o
- Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto (OASISBR), “que permite o acesso gratuito à produção científica de autores vinculados a universidades e institutos de pesquisa brasileiros” (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2017b).

O Quadro 5 demonstra os objetivos de cada uma das principais Iniciativas Brasileiras em favor do Acesso Aberto à Informação Científica, com suas respectivas datas. Pelo quadro é possível visualizar como se deu a organização brasileira acerca do movimento do modelo de Acesso Aberto.

**Quadro 5 - Principais Iniciativas Brasileiras em favor do Acesso Aberto à Informação Científica**

<b>Data</b>	<b>Iniciativa</b>	<b>Objetivos</b>
Setembro de 2005	Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica	Estabelecer uma política nacional de acesso livre à informação científica, mediante o apoio das instituições acadêmicas, agências de fomento, dos pesquisadores, editoras comerciais e não comerciais.
Setembro de 2005	Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto	Instar aos governos e organismos internacionais que deem alta prioridade ao Acesso Aberto nas políticas públicas científicas.
Dezembro de 2005	Carta de São Paulo	Declarar o apoio ao acesso aberto à literatura científica.
Fevereiro de 2006	Portaria nº 13 da CAPES	Obrigar as instituições de ensino superior a divulgar digitalmente as teses e dissertações produzidas pelos programas de pós-graduação stricto sensu reconhecidas no país.
Mai de 2006	Declaração de Florianópolis	Manifestar o seu apoio ao movimento mundial da comunidade científica em favor do acesso aberto à literatura de pesquisa qualificada, revisada por pares.
Julho de 2011	Projeto de Lei do Senado 387/2011	Obrigar as instituições públicas de ensino superior a construírem os repositórios institucionais para depósito da produção técnico-científica do corpo discente e docente, apoiados com recursos públicos para acesso livre na rede mundial de computadores; entende-se por produção técnico-científica monografias, teses, dissertações e artigos publicados em revistas, nacionais e internacionais, com revisão por pares.
Janeiro de 2016	Manifesto de Acesso Aberto a Dados da Pesquisa Brasileira para Ciência Cidadã	Apoiar movimentos e iniciativas para a Ciência Aberta no Brasil por meio do estímulo e demonstração do valor estratégico e informacional, representados pelo amplo e irrestrito acesso a fontes primárias de pesquisas científicas, permitindo o compartilhamento, avaliação, verificação, reprodutividade e redistribuição em novas conjunturas e em pesquisas interdisciplinares e colaborativas.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

### 3.1.3 Estratégias do movimento de Acesso Aberto

Descritas as iniciativas de acesso aberto no Brasil, faz-se necessário apresentar as estratégias desenvolvidas pelo Movimento de Acesso Livre que são definidas como Via Dourada e Via Verde, apresentadas na declaração

BOAI. Conforme Harnad et.al. (2004), existem duas formas de tornar um documento livre de barreiras de acesso: por meio da Via Verde (*Green Road*), ou por meio da Via Dourada (*Gold Road*).

Segundo Guedón (2004), a nomeação por cores foi inventada por Stevan Harnad em suas discussões sobre os resultados do Projeto *Rights Metadata for Open Archiving* (RoMEO), cujo objetivo era investigar as questões relacionadas a permissões para o autoarquivamento no Reino Unido.

A Via Dourada relaciona-se à publicação de artigos em revistas científicas de acesso livre. Marcondes e Sayão (2009, p. 17) afirmam que “é uma orientação para que os periódicos científicos publiquem segundo a concepção do livre acesso. Esta via só é possível se os editores de periódicos aderirem à filosofia do livre acesso”, ou seja, nesta estratégia os conteúdos dos periódicos científicos são assegurados pelos próprios editores, com o mínimo de restrições e sem custos para os usuários. Costa e Leite (2017) declaram que a Via Dourada altera o modelo de negócio dos periódicos já existentes, pois o novo modelo de periódico de Acesso Aberto não deve cobrar pelo acesso aos seus conteúdos e por tal motivo é necessário buscar outras formas de financiamento.

Em 2004, Harnad et. al. (2004) informava que somente 5% das revistas eram de Via Dourada, enquanto a Via Verde (que será explicada à frente) a porcentagem passava de 90%. Explica que o apoio à Via Verde foi por meio da permissão do autoarquivamento por parte dos editores aos autores, no entanto, somente 10 à 20 % dos artigos eram autoarquivados.

Com relação a essa baixa adesão dos pesquisadores à Via Dourada, Harnad é enfático na cobrança pelo engajamento ao movimento por parte dos pesquisadores, uma vez que os editores estão colaborando, e complementa chamando atenção da comunidade científica quanto à responsabilidade de criar ferramentas como os Repositórios Institucionais, de forma a aderir à Via Verde, para que suas produções científicas estejam disponíveis de forma gratuita a sociedade.

Os editores têm feito sua parte em resposta à demanda da comunidade científica pelo acesso livre dando seu sinal verde aos autores para o auto-arquivamento. Agora é hora da comunidade científica procurar fazer mais. Não é suficiente

sentar-se e esperar que todas as 24000 revistas convertam-se para a via dourada. E certamente não é justo que os pesquisadores exijam que os editores façam todos os sacrifícios e ponham sua conta em risco enquanto a comunidade científica não se preocupa em tomar providências para promover o acesso livre para seus próprios artigos, simplesmente os auto-arquivando (HARNAD et. al., 2004).

É necessário esclarecer que os periódicos científicos de acesso livre possuem mecanismos de submissão, são avaliados pelos pares, dispõem de equipe editorial, entre outros processos e procedimentos exigidos por revistas científicas impressas e eletrônicas nos padrões tradicionais. Segundo Kuramoto (2006 p. 99), “as publicações científicas periódicas eletrônicas de livre acesso, entretanto, seguem os padrões da comunicação científica, mantendo um corpo de especialistas revisores e um comitê editorial”.

Para Stevan Harnad, segundo Kuramoto (2011), o fato do movimento de acesso livre pela Via Dourada recomendar que os pesquisadores publiquem seus trabalhos em revistas de acesso aberto fez com que as editoras desenvolvessem um modelo de negócio para manter suas publicações autosustentáveis, que é a cobrança de um valor que é pago pelo autor para que seu artigo seja publicado e disponibilizado em acesso livre. Essa estratégia é cara e não vale a pena. Kuramoto (2010) relata que Stevan Harnad recomenda a construção de repositórios institucionais que são o desenvolvimento da Via Verde e faz críticas a Via Dourada quanto às iniciativas precoces de apoiar revistas de Acesso Livre que utilizam um modelo “autor paga”.

Em consonância com Harnad, Kuramoto declara que nesse momento não vale a pena a adoção da Via Dourada pois seria precipitada; uma vez que envolverá custos exorbitantes, acredita que primeiro deve-se priorizar a implantação dos repositórios institucionais, que é uma estratégia da Via Verde, após a consolidação dessa fase virá a adoção da Via Dourada com a criação de revistas científicas de Acesso Livre, com um panorama diferente, pois já haverá um modelo de negócio consolidado (KURAMOTO, 2013).

Apresentada a Via Dourada, destaca-se agora a Via Verde, que é vista com mais otimismo por especialistas como Steven Harnad e Peter Suber. Segundo Costa e Leite (2017), a Via Verde está diretamente relacionada aos

sistemas de informação das próprias instituições produtoras do conhecimento científico. A Via Verde é uma estratégia proposta pela BOAI (2002), que trata do autoarquivamento<sup>21</sup> de cópias de artigos de revistas científicas em arquivos eletrônicos abertos que estejam em conformidade com os padrões criados pela OAI. O autoarquivamento deve ser feito em arquivos e-prints que sejam institucionais para que se cumpra a estratégia da Via Verde.

Os “arquivos e-prints institucionais” posteriormente foram nomeados de repositórios institucionais (HARNAD, 2001). Contudo, é necessário dizer que atualmente os repositórios institucionais, além de disponibilizar artigos científicos avaliados pelos pares, comumente permitem que sejam inseridos outros documentos de caráter científico nomeados pré-prints<sup>22</sup> como dissertações, teses, manuais, entre outros documentos institucionais, sempre em concordância com a política de informação da instituição que os mantém. O acesso livre torna-se efetivo, nesta via, quando os periódicos científicos (revisados por pares), que são publicados em revistas cujo acesso é por assinatura (compra), são depositados nos repositórios, disponibilizando assim o artigo de forma gratuita ao usuário.

Quanto ao autoarquivamento, é fato que os autores não o fazem automaticamente apenas pelo fato de existir um repositório em sua instituição. Tendo em vista essa situação, devem ser consideradas implantações de políticas de depósitos mandatórias<sup>23</sup>. Harnad et. al. (2004) apresentam dados estatísticos onde mais de 90% das revistas são de Via Verde que permitem aos autores o autoarquivamento; no entanto, apenas 10 a 20% dos artigos são autoarquivados. E sugere como solução que as agências de fomento e universidades tornem o auto-depósito obrigatório para alcançar 100% de acesso livre. Dá exemplos de países como Reino Unido e os Estados Unidos,

---

<sup>21</sup> Autoarquivamento é um processo que consiste no depósito de um trabalho científico, em um repositório institucional ou temático, pelo próprio autor.

<sup>22</sup> *Pre-print* é uma versão de um manuscrito antes da avaliação por pares, os quais certificam ou não sua publicação formal em um periódico. Spinak (2016)

<sup>23</sup> Mandatos de depósito: são instrumentos instituídos por meio de medidas legais ou administrativas, que obrigam o autor vinculado à instituição ou que teve sua pesquisa financiada por recursos públicos, a depositar uma cópia de sua pesquisa no repositório da instituição à qual esteja vinculado (KURAMOTO, 2007).

que já recomendam às suas universidades que adotem a obrigatoriedade do autoarquivamento.

Harnad (2008) destaca que a baixa adesão por parte dos pesquisadores ao autoarquivamento se dá em virtude da preocupação com o direito autoral, a revisão e com os esforços, inclusive de tempo, que os autores imaginam ter com o autoarquivamento. Destaca que pesquisas internacionais mostraram que 95% dos pesquisadores autoarquivariam seus trabalhos se fosse obrigatório, ou seja, se houvesse uma política mandatória por parte de suas instituições e/ou seus financiadores. O autoarquivamento de artigos científicos em repositórios institucionais pode trazer novos instrumentos de avaliação da ciência, servindo de estímulos para que o autor colabore com esse processo (MARCONDES; SAYÃO 2009) e exemplificam apontando como possíveis motivadores o “número de *downloads*, relação *downloads/citação*, índices de premiações e de apoios à pesquisa por pesquisadores etc.” (MARCONDES; SAYÃO 2009, p.20).

Mesmo com todas essas dificuldades, Kuramoto (2011) diz que a Via Verde “é a estratégia que oferece melhor custo/benefício”. E ainda diz que para os autores e agências de fomento não há nenhum custo nesse processo, uma vez que basta o autor efetuar o auto-depósito de seu artigo científico no repositório de acesso livre da sua instituição, que é o principal mecanismo da Via Verde, e ele será acessado livremente.

Costa e Leite (2009), apresentam dois modos de operação que orientam as iniciativas de acesso aberto, principalmente no tocante à Via Verde; o primeiro nomeia de “Sensibilização”, e defende que a conscientização de gestores de universidades, formuladores de políticas do governo e decisores de agências de fomento deve ser feita pelos *stakeholders* do acesso aberto para se ter apoio, isso em virtude das reações iniciais ao movimento de acesso aberto que em muitos casos foram a falta de interesse ou do medo de interpretações errôneas em relação ao autoarquivamento e à qualidade dos periódicos científicos de acesso aberto. Acredita-se que, se o acesso aberto tiver o comprometimento de decisores dessas instituições, é provável que os pesquisadores sigam o mesmo caminho. O segundo chama de “ação real”, políticas elaboradas pelos bibliotecários que são os responsáveis diretos pelas



iniciativas e implementação destas. Visualiza a necessidade de elaboração de políticas de depósito compulsório para repositórios institucionais.

É preciso lembrar que a Via Verde tem duas funções: a preservação das publicações científicas e a disseminação; e há dois elementos que ainda não estão consolidados no universo da comunicação científica, um deles é o fortalecimento de políticas de estímulo ou mandatórias de depósito das pesquisas científicas em acesso aberto, e a outra é a existência dos repositórios institucionais ou temáticos para que se realize o autoarquivamento (COSTA, 2014).

A seguir, explanam-se os repositórios de acesso aberto, fontes de informação que proporcionam às instituições de ensino, pesquisa e extensão a oportunidade de se fortalecerem institucionalmente a partir da visibilidade e divulgação da sua produção acadêmica.

## 4 REPOSITÓRIOS DE ACESSO ABERTO

Os repositórios digitais (RD) são sistemas para o gerenciamento de informação científica e fazem parte de uma das estratégias do movimento de acesso aberto, que visa disponibilizar a produção científica de forma gratuita e sem restrições de acesso para o usuário por meio da internet. Essa estratégia é chamada de via verde, como já descrito na seção anterior, e prevê o armazenamento de cópia das produções científicas em textos completos.

A informação científica pode ser gerenciada por repositório digital cuja função é descrita por Leite et. al. (2012, p. 7), ao dizer que “os repositórios digitais são criados para facilitar o acesso à produção científica. São bases de dados desenvolvidas para reunir, organizar e tornar mais acessível a produção científica dos pesquisadores”. Os autores Viana, Márdero Arellano e Shintaku (2005, p. 2) dizem que “um repositório digital é uma forma de armazenamento de objetos digitais que tem a capacidade de manter e gerenciar material por longos períodos de tempo e prover o acesso apropriado”. Leite (2009a, p. 19) afirma que os repositórios digitais são empregados para “denominar os vários tipos de aplicações de provedores de dados que são destinados ao gerenciamento de informação científica”, isso no contexto do acesso aberto, e ainda afirma que “constituindo-se, necessariamente, em vias alternativas de comunicação científica. Cada um dos tipos de repositórios digitais possui funções específicas e aplicações voltadas para o ambiente no qual será utilizado”.

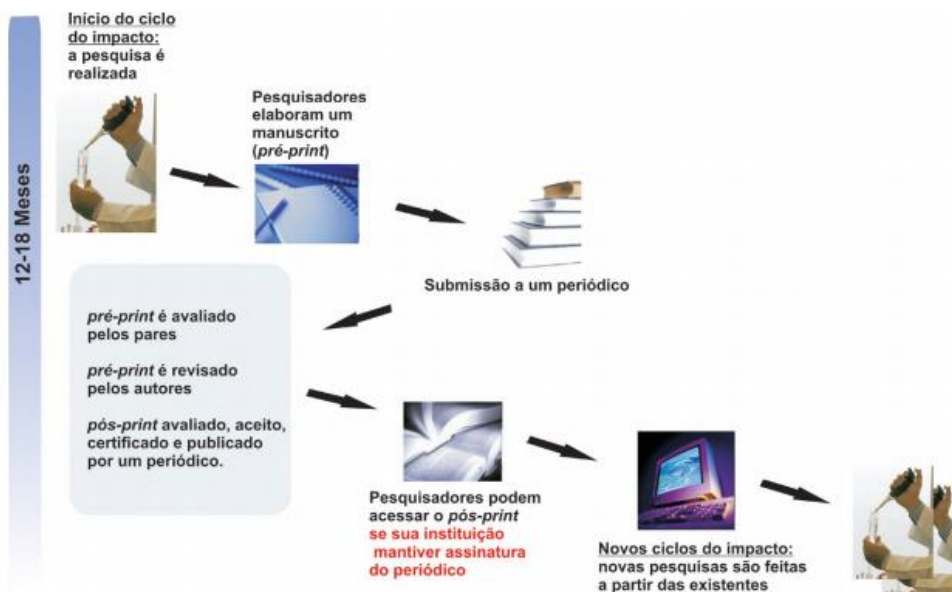
Os RDs estão inseridos em um novo modelo de comunicação científica. Considerou-se o modelo defendido por Brody e Harnad<sup>24</sup>, para ficar mais claro, apresentam-se as figuras 4 e 5, para visualização das mudanças no modelo de comunicação.

Na figura 4 está representado o modelo tradicional de comunicação científica que, para Brody e Harnad, é de acesso limitado.

---

<sup>24</sup> O modelo de Brody e Harnad tem foco na dinâmica da comunicação científica relacionada com o tempo, e demonstra como o acesso e o impacto da pesquisa podem ser ampliados pelo auto-arquivamento das produções científicas; no exemplo, trabalha especificamente com artigos de periódicos, no entanto o modelo pode ser aplicado a outros tipos de documentos.

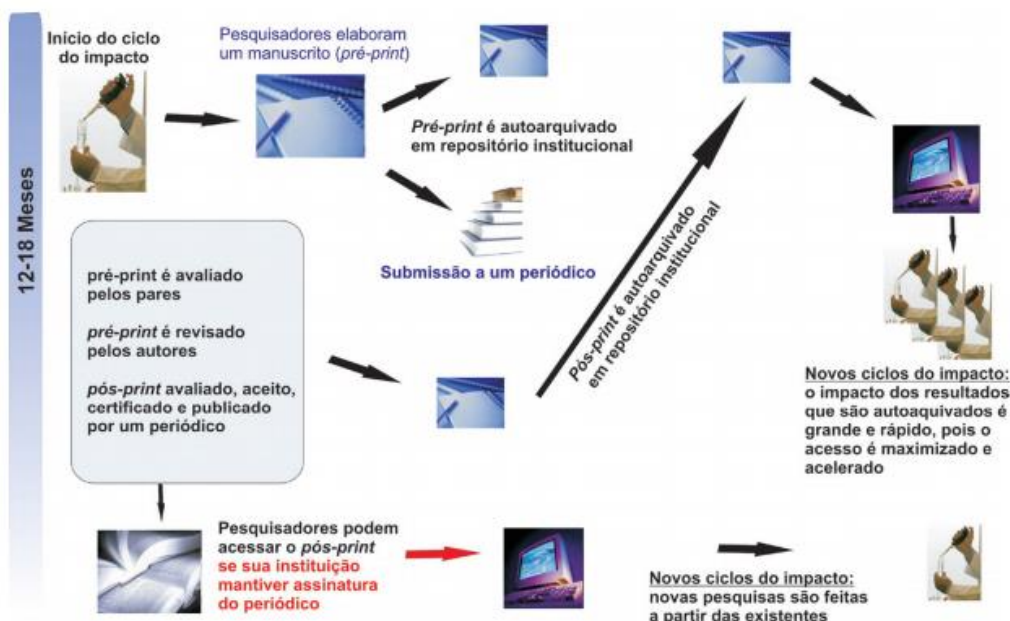
**Figura 4** – Modelo de Brody e Harnad: acesso e impacto da pesquisa limitado.



Fonte: Brody e Harnad (2004)

A figura 5 contempla as mudanças na comunicação científica e demonstra que o acesso é maximizado.

**Figura 5** – Modelo de Brody e Harnad: acesso e impacto da pesquisa maximizados por meio do autoarquivamento.



Fonte: Brody e Harnad (2004)

Os RDs são ferramentas de gestão do conhecimento científico, maximizam o impacto das pesquisas e se apoiam no movimento de acesso

aberto; a partir desse pressuposto, entende-se que a função dos repositórios digitais na comunicação fica destacado. Os RDs estão sendo implementados por universidades que buscam maior visibilidade de sua produção intelectual, além de estarem atentas e conscientes institucionalmente da necessidade de disponibilizar a sua produção científica de forma gratuita à comunidade científica e a toda sociedade, visto que o fomento a pesquisa em universidades públicas vem em sua maioria de aportes financeiros públicos.

A literatura da área subdivide os RDs de acordo com a sua aplicação, com a tecnologia utilizada, com a sua finalidade. Teóricos da área como Viana e Márdero Arellano (2006, p. 2) apresentam duas divisões: os Repositórios Temáticos (RT), que cobrem uma determinada área do conhecimento, e os Repositórios Institucionais (RIs), “são sistemas de informação que armazenam, preservam, divulgam e dão acesso à produção intelectual de instituições e comunidades científicas, em formato digital [...]”. Já Leite (2009a, p. 20) considera três divisões, que são:

**Repositórios institucionais:** *que são voltados à produção intelectual de uma instituição, especialmente universidades e institutos de pesquisa. Exemplo: e-Prints Soton — repositório de Pesquisa da Universidade de Southampton (<http://eprints.soton.ac.uk/>):*

**Repositórios temáticos ou disciplinares:** *voltados a comunidades científicas específicas. Tratam, portanto, da produção intelectual de áreas do conhecimento em particular. Exemplo: E-LIS — *EPrints in Library and Information Science* (<http://eprints.rclis.org/>) e arXiv.org (<http://arxiv.org/>):*

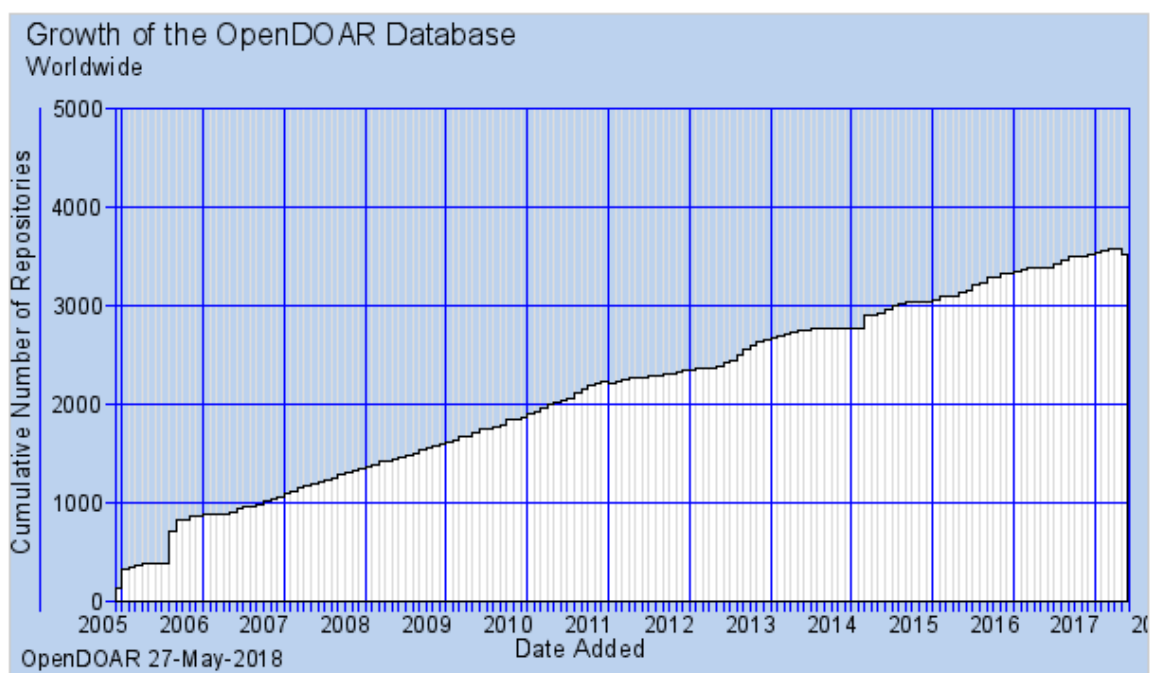
**Repositórios de teses e dissertações (*Electronic Theses and Dissertation — ETDs*):** *repositórios que lidam exclusivamente com teses e dissertações. Muitas vezes a coleta das muitas ETDs é centralizada por um agregador. Exemplo: BDTD/UnB - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de Brasília (<http://btdt.bce.unb.br/tesesimplificado/>) e BDTD (<http://btdt.ibict.br/>).*

Esses tipos de repositórios apresentados por Viana e Márdero Arellano em 2006 e por Leite em 2009 continuam existindo, no entanto, essas divisões que representaram uma época não mais retratam a realidade atual. A comunicação e a tecnologia são ferramentas constantemente exploradas pelo

homem e por isso, hoje, temos a presença de várias tipologias de repositórios, como: repositório de dados de pesquisa, repositório de objetos educacionais, repositórios digitais científicos, entre outros. Ressalta-se que há diversas conceituações e classificações na literatura, a condição descrita por esses autores justifica-se em virtude de (para época) ser uma área em formação e por ter pouco tempo de existência.

Os repositórios digitais fazem parte de um movimento mundial de acesso aberto da produção acadêmica, cuja adesão encontra-se em uma linha crescente, como é demonstrado pelo gráfico 1, cujos dados foram retirados do site Open DOAR<sup>25</sup>, que apresenta um número total de 3.377 repositórios (até agosto de 2017). Importante dizer que 3% desse montante de RDs são pertencentes ao Brasil, segundo o site do OpenDOAR (2017).

**Gráfico 1** – Crescimento Mundial de números de repositórios digitais.



Fonte: OpenDOAR (2018).

<sup>25</sup> OpenDOAR é o diretório oficial de repositórios acadêmicos de acesso aberto, desenvolvido pela Universidade de Nottingham, localizada no Reino Unido, em parceria com a Universidade de Lund, na Suécia. Faz parte de um grupo de serviços desenvolvidos pelo *Securing a Hybrid Environment for Research Preservation and Access* (SHERPA), que é um projeto britânico dedicado a promover a implementação e uso de repositórios de acesso aberto. Fontes: <http://www.sherpa.ac.uk/> e <http://www.opendoar.org/>.

Como exposto, no gráfico 1, os repositórios digitais crescem numericamente a cada ano, e apresentam tipos conceituais variados, a depender do autor; que dentre os vários tipos de repositórios digitais dois (2) são considerados principais pela literatura da área, que são: os repositórios temáticos e os institucionais. Constitui-se o último o objeto de interesse desse estudo; dessa forma, as próximas considerações estarão focadas nos repositórios institucionais.

#### 4.1 Repositórios Institucionais

Os repositórios institucionais surgem do movimento de acesso aberto à informação científica, por meio da estratégia da via verde preconizada por Stevan Harnad. A criação de repositórios institucionais permite que as instituições produtoras de pesquisa organizem a produção científica de seus pesquisadores e as disseminem.

Um repositório institucional, para Crow (2002, p. 2), é uma **coleção digital** que captura e preserva a produção científica de uma universidade (tradução nossa). Para Marcondes e Sayão (2009), são **bases de dados** na Web, nas quais uma instituição de pesquisa deposita sistematicamente sua produção científica e a disponibiliza de forma ampla para as comunidades. No entendimento de Márdero Arellano (2008), são **arquivos digitais** de produtos intelectuais de caráter acadêmico acessíveis aos usuários, interoperáveis e respaldados por alguma instituição que garante sua conservação a longo prazo.

Para Lynch (2003), é um conjunto de **serviços** que uma universidade oferece aos membros da sua comunidade para a gestão e disseminação de materiais digitais criados pela instituição e os membros de sua comunidade. É essencialmente um compromisso organizacional com a administração desses materiais digitais, incluindo a organização, acesso, e distribuição, bem como a preservação em longo prazo, quando apropriada.

Leite (2009a, p. 21) corrobora com Lynch, dizendo que um repositório institucional constitui um serviço de informação científica; afirma ainda que se

dá em “ambiente digital e interoperável”, a fim de gerenciar a produção intelectual de uma instituição. Os repositórios institucionais são vistos como aqueles de acesso aberto e trabalham com as informações científicas ou academicamente orientadas. Trata-se de reunião, armazenamento, organização, preservação, recuperação e ampla disseminação da informação produzida na instituição.

Pelas definições apresentadas, verificamos que alguns autores tratam os repositórios institucionais como “coleções digitais”, “base de dados”, “serviços” e “arquivos digitais”. São pontos que conceitualmente divergem, pois ainda não há um consenso sobre essa questão. Apesar dessa divergência, Costa (2014) diz que as funções a que se destinam os repositórios institucionais parecem ser consenso entre os pesquisadores e que a variedade de definições do conceito sobre repositórios institucionais tem como consequência planejamentos e implementações diversificadas. Apresenta algumas funções dos repositórios institucionais:

- Aumentar a visibilidade e o impacto das publicações dos pesquisadores de uma instituição;
- Promover o acesso à produção científica e intelectual de uma instituição;
- Preservar a produção científica e intelectual de uma instituição;
- Ser um instrumento de coleta e organização da produção científica e intelectual de uma instituição;
- Melhorar os processos de comunicação científica;
- Oferecer insumo para monitoramento da produção científica de uma instituição. (COSTA, 2014, p. 63).

Os repositórios institucionais trabalham com informações de ordem científica ou academicamente orientadas, cujo acesso é aberto; é uma ferramenta que ainda suscita algumas dúvidas em pesquisadores e outros atores envolvidos com a comunicação científica. Pautado nessa questão, Leite et. al. (2012) esclarece que os repositórios institucionais não concorrem com periódicos científicos; as funções básicas dos periódicos se mantêm e os repositórios ajudam a potencializar algumas de suas funções; Kuramoto (2013, p.1) relata que Stevan Harnad corrobora com Leite ao dizer que “não são um substitutivo das revistas científicas tradicionais (mantidas por assinaturas), mas um complemento, possibilitando acesso livre a todos os usuários aos artigos ali depositados [...]”. Os repositórios institucionais não são catálogos ou sistemas

de gerenciamento de biblioteca, pois lidam exclusivamente com a produção científica da instituição, em formato digital. Não são veículos de publicação, apenas tornam acessíveis conteúdos que foram publicados ou não; não faz avaliação por pares, pois esta é uma função dos periódicos, e a seleção do material que irá no repositório é ditada pela política institucional. Os repositórios institucionais não aumentam a possibilidade de plágio, visto que, ao tornar a informação científica amplamente disponível, reforça a autoria e aumenta a possibilidade de descoberta do plágio de forma manual ou por meio de softwares para identificação de plágios. A configuração de um software de repositório institucional não é garantia de sua existência; é necessária a relação com a produção científica de uma instituição nos contextos da comunicação científica e do acesso aberto.

Leite (2009b) destaca que os repositórios institucionais podem ser considerados como um tipo de biblioteca digital, mas nem toda biblioteca digital pode ser considerada um repositório institucional. Apresenta essa diferença por meio do quadro 6, reproduzido a seguir:

**Quadro 6** – Repositórios Institucionais X bibliotecas digitais

<b>Repositórios Institucionais</b>	<b>Bibliotecas Digitais</b>
Conteúdos produzidos na Instituição.	Não necessariamente.
Conteúdos científicos ou acadêmicos.	Não necessariamente.
Livre e interoperável (aberto).	Não necessariamente.
Software desenhado em função do sistema de comunicação científica.	Não necessariamente.

Fonte: Leite (2009b)

Devido à proximidade das características referentes aos repositórios institucionais e bibliotecas digitais, fez-se necessário apresentar a tabela 2 que demonstra a diferença entre ambos. Quanto aos repositórios institucionais,



Crow (2002) diz que possuem propriedades que distinguem com clareza seu caráter específico, e pontua as seguintes especificidades:

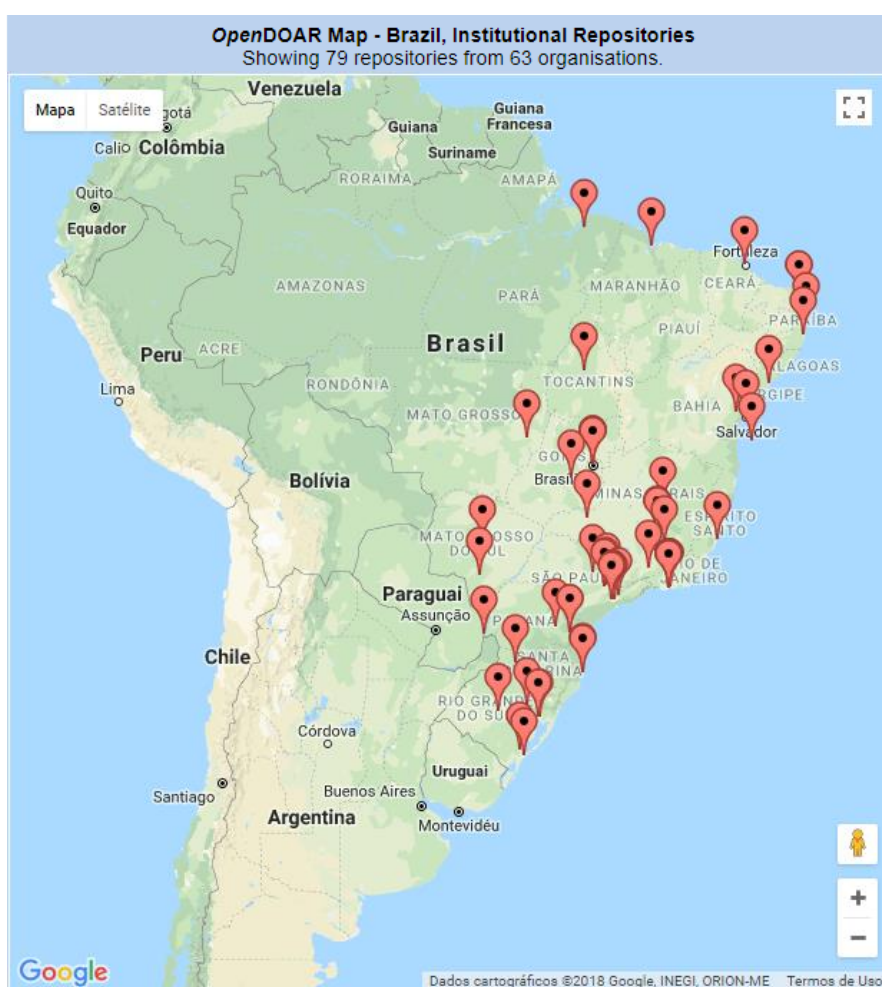
- **“Institucionalmente definido”**: Em contraste com os repositórios temáticos e bibliotecas digitais, os repositórios institucionais armazenam as pesquisas científicas geradas pelos membros das instituições, definindo-os como a representação histórica e tangível da vida intelectual e da produção de uma instituição.
- **“Conteúdo científico ou academicamente orientado”**: o foco do autor é a comunicação científica; para tanto, considera que o repositório institucional deve armazenar, preservar e disseminar conteúdo acadêmico. Pode conter produtos variados produzidos pela instituição como pré-prints, artigos revisados por pares, monografias, materiais didáticos, conjuntos de dados e outros materiais de pesquisa auxiliares, documentos de conferência, teses e dissertações eletrônicas e literatura cinzenta. A depender dos objetivos (política institucional definida) de cada instituição. Leite (2009a) complementa afirmando que os repositórios institucionais não adquirem ou armazenam documentos externos à sua instituição, e são:
  - **“Cumulativos e perpétuos”**: trata-se do conteúdo coletado que é cumulativo e mantido em perpetuidade (permanente). Isso implica estruturar as políticas de depósito, acesso, uso e preservação.
  - **“Interoperáveis e de acesso aberto”**: o repositório deve fornecer acesso sem barreiras às suas pesquisas científicas, para que seu conteúdo seja acessível a qualquer indivíduo, além de ser capaz de se comunicar com outros sistemas para fornecer acesso através de vários mecanismos de buscas.

Essas especificidades vêm a contribuir com o crescimento de repositórios em todo o mundo, o que possibilita melhor gestão da informação científica, maior visibilidade para o autor e para a instituição. A implantação de um repositório possibilita socializar o capital intelectual de uma instituição e ainda colabora para mudanças no sistema de comunicação científica, visto que reafirma o controle sobre o conhecimento pela universidade; expande exponencialmente o acesso aos resultados das pesquisas; fornece indicadores

mensuráveis de qualidade de uma universidade; evidencia a importância científica, social e econômica das atividades de pesquisa da instituição (CROW, 2002).

No Brasil, segundo o site do *Open Directory of Open Access Repositories* (OpenDOAR), existem 79 repositórios institucionais de 63 instituições; o número de repositórios é maior que o de instituições, pois considera-se que uma instituição pode manter mais de um repositório. A figura 6 mostra a localização dos repositórios institucionais no país.

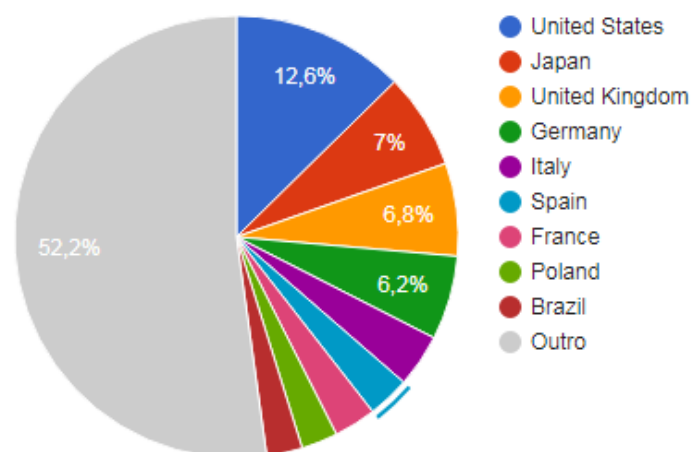
**Figura 6** – Localização de repositórios institucionais no Brasil



Fonte: OpenDOAR (2018).

Proporcionalmente, o Brasil ocupa a 9ª posição em números de repositórios digitais em todo mundo, ficando abaixo de países como a Polônia e Itália, e acima de países como a Turquia e Argentina; conforme o gráfico 2.

**Gráfico 2** - Proporção de repositórios por país em todo o mundo.



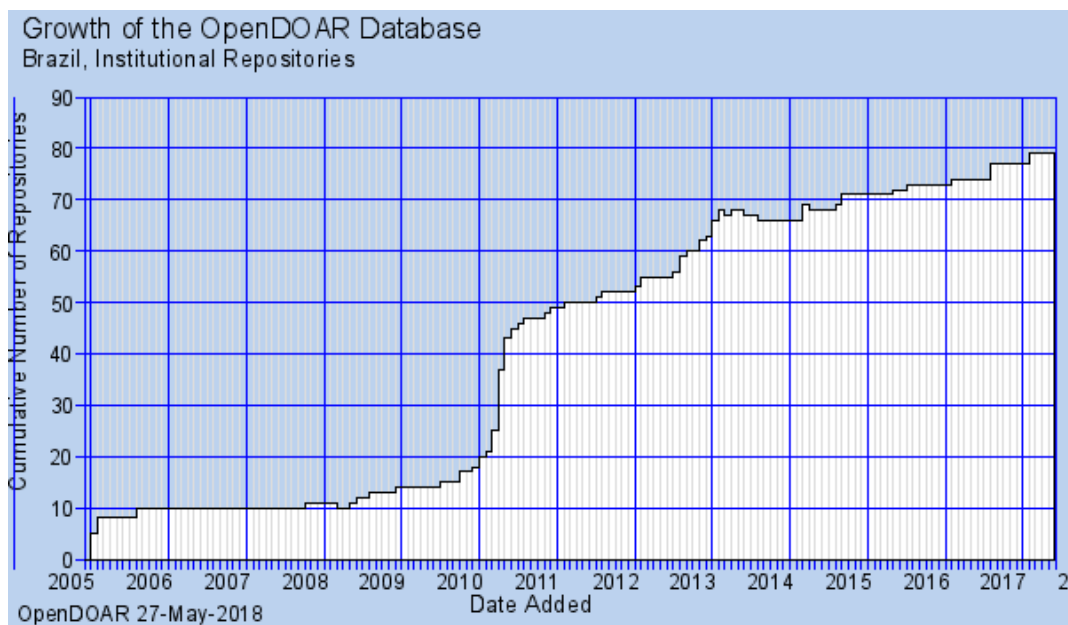
Total = 3024 repositories

OpenDOAR - 27-May-2018

Fonte: OpenDoar (2018)

O OpenDOAR por meio do gráfico 3 demonstra o crescimento de repositórios institucionais no Brasil

**Gráfico 3** – Crescimento de repositórios institucionais no Brasil.



Fonte: OpenDOAR (2018).

Este crescimento foi acelerado pelas por meio de um edital do IBICT (Edital FINEP/PCAL/XBDB 002/2009) que incentivou e apoiou as universidades brasileiras, por meio de assistência técnica e kits compostos de estação de

trabalho e softwares. A seleção das universidades se deu através de editais cujo objetivo era “[...] dar condições (equipamentos, software e treinamentos) para a construção e implantação de repositórios institucionais nas universidades e institutos de pesquisa públicos” (FRANÇA, 2015, p. 142).

Segundo Prosser (2005), a implantação de repositórios institucionais permite variados benefícios que perpassam três perspectivas, que são:

**“Benefícios para o pesquisador”** – propicia um repositório central para o trabalho do pesquisador; em virtude de ser livre e aberto, aumenta a divulgação e o impacto da pesquisa do indivíduo e exerce a função de um currículo para o pesquisador;

**“Benefícios para a instituição”** – aumenta a visibilidade e o prestígio da instituição, ao reunir todo o conjunto e extensão da pesquisa que é da sua área de interesse e intervenção, e serve como um meio de divulgação para a pesquisa, tendo em vista as fontes de financiamento, bem como permite reunir novos pesquisadores e estudantes;

**“Benefícios para a sociedade”** – fornece acesso à pesquisa desenvolvida por todo o mundo; propicia a preservação, a longo prazo, da produção científica das instituições acadêmicas; pode acomodar grande volume de documentos sem impacto relevante nos custos de arquivamento.

Quanto aos benefícios de implantar um repositório institucional, Leite (2009, p. 24) corrobora com Prosser (2005) quanto a duas perspectivas, que são referentes ao “pesquisador” e à “instituição”. Leite (2009) utiliza como referência os benefícios elencados pela Universidade de Manchester, que possui um projeto de criação de um repositório institucional que elenca, além dos benefícios ao “pesquisador” e à “instituição”, outras duas que são “administradores acadêmicos” e “comunidade científica”.

**“Administradores acadêmicos”** - permite novas oportunidades para o arquivamento e a preservação das pesquisas em formato digital; dispõe de relatórios das atividades científicas que permitem aos gestores melhorar o planejamento estratégico, visto que se pode identificar as atividades de pesquisa em uma área específica e assim identificar tendências; facilita a pesquisa interdisciplinar (organização dos documentos no repositório); diminui a duplicação de registros e diminui o número de atividades próprias da gestão

de coleções digitais ao passo que automatiza tarefas e a coleta de metadados por outras fontes.

**“Comunidade científica”** - facilita a troca livre de informação científica; colabora para o entendimento público das atividades e esforços de pesquisa; diminui custos relativos às assinaturas de periódicos científicos e, ao explicitar os resultados de pesquisas, favorece a colaboração em escala global, além de colocar autores em evidência.

Identificados os benefícios, nota-se que os repositórios institucionais constituem serviços de informação com forte potencial no atendimento de imperativos como produção, gestão e comunicação do conhecimento científico. Quanto à gestão, na fase de planejamento para a implantação de um repositório institucional terá como escolha dois tipos de abordagem, podendo ser rígida ou flexível (LEITE, 2009a).

A abordagem rígida prioriza os “conteúdos que foram submetidos ao processo de avaliação pelos pares, especialmente artigos de periódicos, sejam eles *pré-prints* ou *pós-prints*<sup>26</sup>”. Isso, segundo o autor, proporciona credibilidade quanto à qualidade dos conteúdos armazenados no repositório e adesão por parte da comunidade científica. Entende que os repositórios institucionais têm a função de fortalecer a comunicação científica formal, com vistas a maximizar o acesso aos resultados de pesquisas. Essa abordagem está ligada ao sistema de publicações científicas.

A abordagem flexível amplia a abordagem rígida e contempla, além das publicações científicas avaliadas por pares, outros conteúdos, produzidos por membros da instituição, que sejam de natureza acadêmico-científica. Como, por exemplo, conteúdo audiovisual, dados brutos de pesquisa, relatórios de pesquisa, objetos de aprendizagem etc. O autor relata que nem tudo que é produzido nos limites da universidade poderá ser incluído no repositório institucional. Essa abordagem está ligada ao sistema de comunicação científica como um todo.

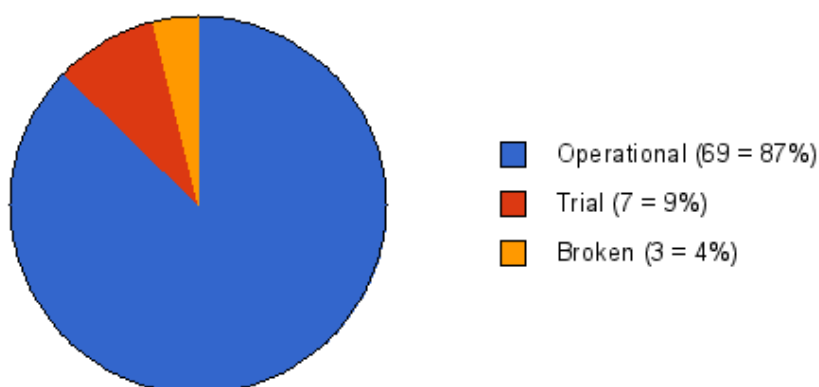
---

<sup>26</sup> Diferentemente do entendimento clássico, no contexto do acesso aberto, de suas estratégias e instrumentos, *pré-print* é a primeira versão de um artigo científico, tal como foi submetido, antes da avaliação por pares. *Pós-print*, por sua vez, é a versão do artigo científico submetida, avaliada por pares, e revisada pelo autor, porém não se trata ainda da versão diagramada e publicada pelo editor, muito embora o conteúdo seja o mesmo. (LEITE, 2009)

Quanto às condições operacionais dos repositórios institucionais no país, segundo o diretório OpenDOAR (2018), há 87% de repositórios em funcionamento, e 13% não funcionam, conforme representados no gráfico 4.

**Gráfico 4** – Status operacional dos repositórios institucionais brasileiros.

Open Access Repository Operational Statuses  
Brazil, Institutional Repositories



OpenDOAR 27-May-2018

Total = 79 repositories

Fonte: OpenDOAR (2018).

Pressupõe-se que a porcentagem de repositórios que não funcionam apresentados na Figura 10 ocorre pela falta de um planejamento adequado no momento anterior à implantação de um repositório institucional. Leite (2009a, p.13) diz que é imprescindível que os gestores responsáveis pela construção de um repositório institucional tenham dimensão das implicações contextuais, teóricas e práticas que envolvem as fases de planejamento, implementação e funcionamento de tal atividade no âmbito das universidades e institutos de pesquisa.

Dito isso, esse estudo apresenta as diretrizes de funcionamento que em outrora foram chamados de “políticas de funcionamento” por alguns especialistas, e que conforme Leite et. al. (2012), pertence à fase de “planejamento”.

## 4.2 Diretrizes de Funcionamento para Repositório Institucional

Os Repositórios Institucionais também podem servir como mecanismos de demonstração da qualidade de uma instituição, pois permitem “demonstrar a relevância científica, social e econômica de suas atividades de pesquisa, aumentando a visibilidade, o status e o valor público da instituição” (LEITE, 2009, p. 21). Dessa forma, é necessário considerar todas as fases de criação de um Repositório Institucional, principalmente a que se refere à primeira etapa que é o planejamento, pelo fato de que ele “é, principalmente, um compromisso de gestão dos materiais digitais nascidos nas universidades, incluindo a preservação a longo prazo, organização, acesso e disseminação” (MIRE, 2009, p.3).

As recomendações de planejamento para a construção de repositórios institucionais de acesso aberto são constituídas de uma série de processos que devem ser considerados nos momentos da elaboração e da execução de um projeto de repositório institucional (LEITE, 2009, p. 13). Um desses processos é o estabelecimento de diretrizes para o seu funcionamento.

Para que se tenha uma gestão da informação de forma eficiente por meio de um repositório institucional, é necessário o respaldo de diretrizes de funcionamento estabelecidas pela instituição que o criará. Na criação do repositório deve-se ter diretrizes que orientem de forma clara o funcionamento do repositório institucional na organização. Conforme Leite (2009, p. 71), “as políticas de funcionamento do repositório institucional são fundamentais para o seu estabelecimento como serviço de informação e reconhecimento por parte da comunidade”, e devem contribuir para:

- integrar o repositório na estratégia e no ambiente de informação instituição;
- apresentar uma visão clara dos principais atores envolvidos no contexto do repositório;
- satisfazer as necessidades da comunidade;
- atrair usuários;
- estabelecer responsabilidades, prerrogativas, direitos e deveres;
- povoar o repositório;
- torná-lo juridicamente viável;

- manter relações externas com as agências de fomento, editores e sociedades científicas;
- manter relações internas com administradores acadêmicos, pesquisadores e equipes de gestão da informação na instituição;
- preservação digital de longo prazo;
- gerenciar riscos;
- facilitar o trabalho da equipe gestora do repositório (LEITE, 2009, p. 71).

Viana e Márdero Arellano (2006) compilaram políticas referentes a repositórios institucionais utilizando suas experiências advindas do IBICT, do diretório internacional ROAR e da literatura da área. A partir da avaliação das políticas concluíram que a implantação de repositórios institucionais deve ser analisada sobre o prisma de 3 (três) grandes diretrizes. A primeira diretriz está relacionada aos fatores que podem impactar no êxito da implantação:

a) auto-arquivamento e seus procedimentos; b) questões de direitos autorais; c) fluxos de tarefas e especificações relacionados ao depósito/submissão de documentos para o repositório; d) limitações, vantagens e potencialidades do RI para acesso a informações; e) papel e comprometimento dos autores/depositantes; f) atuação e fluxo de tarefas de editores e revisores de conteúdo e metadados; g) relevância da preservação digital; h) necessidade de envolvimento dos stakeholders de toda a instituição; h) responsabilidades de cada unidade organizacional dentro da IES (Instituto, Departamento etc); i) atuação dos membros da equipe responsável pela implantação do RI; e j) papel e atribuições dos profissionais de informação durante todo o processo. (VIANA; MÁRDERO ARELLANO, 2006, p. 13-14)

Nesta primeira diretriz ao tratar a questão do êxito da implantação de um RI e relacionar ao autoarquivamento<sup>27</sup>, que segundo a Declaração de Budapeste é a primeira estratégia para o alcance do acesso aberto ainda não se tornou uma realidade, Harnard e Poynder (2014, p.1) diz que “os autores não auto-arquivam espontaneamente: como ‘publique ou pereça’ o acesso aberto pela via verde depende de políticas mandatórias das instituições e agências de fomento”. E, quanto ao Brasil os RIs aderem de “forma tímida [...] o autoarquivamento. A maioria dos repositórios se inicia com produção de

---

<sup>27</sup> Através de repositórios de acesso aberto, proporciona ao pesquisador a possibilidade de sozinho, deixar seu trabalho acessível para qualquer leitor com acesso à internet, aumentando a visibilidade de sua pesquisa. (VEIGA; MACENA, 2015)



teses e dissertações, colocando o passivo que já estava arquivado em algum sistema de informação da Instituição [...]” (VEIGA; MACENA, 2015, p.38) e Kuramoto (2014, p.169) corrobora com Veiga e Macena quando diz que,

[...] no Brasil, verifica-se que, nas bibliotecas universitárias, onde foram implantados repositórios institucionais, são os bibliotecários ou outro funcionário da biblioteca que se encarregaram dessa tarefa, fato que os obrigou a solicitar uma autorização dos pesquisadores para fazer o depósito.

A segunda diretriz está relacionada à necessidade de envolvimento por parte da equipe de bibliotecários na construção e aplicação das políticas, que sejam alinhadas às características e requisitos de cada instituição. E, por fim, a terceira diretriz, que trata da atuação dos profissionais de informação, especificamente os bibliotecários, no processo de planejamento, projeto e implantação de repositórios institucionais, e que se desdobra em três áreas:

a) a integração dos fluxos de trabalho do RI com os serviços oferecidos aos usuários e seu monitoramento; b) o levantamento das normas e padrões de sistemas de informação, reconhecidos internacionalmente, que sejam aplicáveis e úteis à implementação do RI; e c) o conhecimento e experiência quanto às fontes de informação e às características bibliográficas das publicações seriada durante o processo de definição de conteúdos e tipos documentais a serem aceitos pelo repositório. (VIANA; MÁRDERO ARELLANO, 2006, p. 14)

Na perspectiva de Tomaél e Silva (2007, p. 4-5), ao se formularem políticas de gestão para a criação de repositórios institucionais, as mesmas devem estar adequadas à cultura organizacional, e devem prever aspectos relativos a:

a) responsabilidade pela criação, implementação e manutenção do repositório;  
b) conteúdo proposto e implementado;  
c) aspectos legais relativos a documentos e licenças de softwares;  
d) padrões;  
e) diretrizes para preservação digital;  
f) política e níveis de acesso;  
g) sustentabilidade e financiamento do repositório.

Percebe-se, na perspectiva de Tomaél e Silva (2007), que a construção de repositório institucional parte de um planejamento com políticas de

funcionamento que devem ser claras e voltadas às características da instituição que o implementará.

Leite (2009) afirma que as políticas de funcionamento do repositório institucional devem estar em concordância com as políticas da biblioteca e da própria instituição, como exemplo: as políticas de desenvolvimento de coleções; políticas de direitos autorais; política de preservação digital; política de informação; políticas de gestão da informação em ambiente digital e outras. Em seu livro, Leite (2009) apresenta uma lista confeccionada por Barton e Waters (2004)<sup>28</sup> como ponto de partida para a confecção da política de funcionamento do repositório institucional e de recomendações do projeto Dspace<sup>29</sup> ([www.dspace.org](http://www.dspace.org)), e faz uma compilação de diretrizes. Apresenta questões norteadoras para a elaboração da política de funcionamento como:

- Quais tipos de materiais serão aceitos no repositório?
- Os trabalhos de quais autores podem ser incluídos no repositório? Pesquisadores, professores, alunos de doutorado, mestrado? Funcionários?)
- Quais são os tipos de conteúdos que serão depositados no repositório que necessitam de autorizações especiais? (Teses? Dissertações? Materiais de aprendizagem?)
- Conteúdos de autoria de estudantes serão aceitos? Ou somente conteúdos de pesquisadores/professores?
- Critérios para a determinação do que constitui uma coleção no repositório institucional. Quem determina, faz ajustes e autorizações de novos membros?

Para Leite et. al. (2012), é importante que a política de funcionamento reflita as decisões tomadas durante o planejamento do repositório, e deve estar de acordo com outras políticas já estabelecidas pela biblioteca e a instituição. Diz que a política de funcionamento, em seu conteúdo, deve versar sobre os objetivos do repositório; deve constar a composição da equipe que será

---

<sup>28</sup> BARTON, M. R.; WATERS, M. M. *Creating an institutional repository*. [Cambridge]: MIT, 2004. 134 p. LEADIRS workbook. Disponível em: <<http://www.dspace.org/implement/leadirs.pdf>>. Acesso em: 2009.

<sup>29</sup> O DSpace é uma plataforma que permite o depósito de documentos em qualquer formato (texto, vídeo, áudio e dados). Permite a disponibilização desse conteúdos na Internet, indexando o seu conteúdo quando possível. Permite ainda a preservação dos documentos a longo termo.

responsável pela implantação e manutenção do repositório; deve definir prazos para depósito dos trabalhos no repositório, e, quanto ao depósito, o autor diz que a política pode conter o tipo de material que será aceito, e deve estabelecer quem poderá efetuar o depósito; deve definir, quanto ao fluxo de trabalho, as responsabilidades; além de outros elementos que a instituição entenda como necessário incluir para contribuir/garantir o bom funcionamento do repositório.

A seguir, descreve-se os métodos, e os instrumentos empregados para a realização da pesquisa esclarecendo os procedimentos racionais e sistemáticos que auxiliaram as tomadas de decisões do pesquisador.

## 5 METODOLOGIA

Nesta seção, será apresentada a metodologia que norteia esta pesquisa. Elencaremos e explicaremos os procedimentos que serão executados na realização do presente trabalho. Aqui, serão descritos o tipo de estudo, o objeto da pesquisa, o instrumento de coleta de dados, o procedimento de coleta e análise dos dados, buscando proporcionar a compreensão necessária sobre a investigação científica.

### 5.1 Caracterização da pesquisa

Segundo Hernández Sanpieri; Fernández Collado; Baptista Lúcio (2013, p. 102), a pesquisa descritiva procura especificar as propriedades, as características, os processos, os objetos ou qualquer outro fenômeno que se submeta a uma análise, isto é, “pretendem unicamente medir ou coletar informação de maneira independente ou conjunta sobre os conceitos ou variáveis a que se referem”. Nessa perspectiva, a pesquisa se classifica, quanto ao seu fim, como **descritiva**, por ter como propósito descrever os fenômenos relacionados com o **objeto de estudo**, que trata das diretrizes de funcionamento dos RIs das universidades federais brasileiras, que tenciona sintetizar resultados e identificar diretrizes de funcionamento de um RI para o Instituto Federal de São Paulo. A pesquisa tem como **universo** as universidades públicas federais brasileiras, com o intuito de verificar as diretrizes de funcionamento de seus RIs, quando elas o possuem.

Como já dissemos, o **problema** deste estudo refere-se à busca de respostas para a seguinte pergunta: quais diretrizes de funcionamento podem orientar o desenvolvimento de um RI no IFSP? Para tanto, **objetiva** identificar quais diretrizes de funcionamento podem ser adotadas na criação de um RI para o IFSP. E assim se **especifica**: a) descrever como ocorreu o processo de implementação das diretrizes de funcionamento dos RIs nas universidades federais brasileiras; b) relacionar diretrizes e práticas (observadas a partir das diretrizes de funcionamento dos RIs pesquisados) com o modo de produção do conhecimento no IFSP; c) caracterizar as percepções dos gestores de RIs quanto à necessidade de participação do Sistema Integrado de Bibliotecas

(SIBI) na fase de planejamento para a criação de RI; d) identificar a relação do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) com o funcionamento dos RIs, sob a perspectiva dos gestores de RIs das universidades federais brasileiras.

- **Fases do Projeto**

**Primeira fase:** tratou-se da coleta de dados, que ocorreu por meio de um estudo **bibliográfico** sobre os principais temas que envolvem o objeto de estudo desta pesquisa, bem como de temas que se relacionam diretamente com ela, de forma a construir um referencial teórico norteador e de caráter fundamental, dos quais se destacam: as relações entre a comunicação científica, o acesso aberto à literatura científica, os RIs e o contexto do IFSP.

Após a pesquisa bibliográfica, foram utilizadas as técnicas de interrogação, mais especificamente o **questionário**, construído em meio eletrônico, utilizando-se da ferramenta Google Docs<sup>30</sup>, e enviado por e-mail para as universidades federais, listadas na figura 7. O propósito do questionário foi buscar respostas para questões predefinidas e relacionadas aos temas identificados na literatura científica e na obtenção de informações sobre o processo de planejamento dessas universidades, antes da preparação das diretrizes de funcionamento de seus RIs, para subsidiar o aprofundamento na elaboração das questões da entrevista.

Optou-se por realizar **entrevistas**, cujo motivo principal da escolha deste instrumento se deu em razão da questão norteadora da pesquisa, a saber, quais diretrizes de funcionamento podem orientar o desenvolvimento de um RI no IFSP? Foram selecionadas as universidades UFPR, UFRGS, UFRJ, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal de Goiás (UFG). Segundo Hernández Sanpieri; Fernández Collado; Baptista Lúcio (2013, p. 192), neste caso, trata-se de um subgrupo das universidades federais “do qual são coletados os dados e que deve ser representativo dessa população”.

Para o levantamento da existência dos repositórios nas universidades federais, a pesquisa baseou-se em visitas aos endereços eletrônicos das 64

---

<sup>30</sup> O Google Docs é um pacote de aplicativos da empresa “Google LLC”, que funciona totalmente *on-line* diretamente do *browser*.

universidades federais brasileiras que, primeiramente, foram identificadas no site do MEC<sup>31</sup>. Posteriormente, foi efetuado o levantamento da existência dos repositórios nas universidades federais, por consulta na internet, através dos endereços eletrônicos das universidades, *web site* do IBICT<sup>32</sup>, dos diretórios do *Registry of Open Access Repositories (ROAR)*<sup>33</sup> e do *Directory of Open Access Repositories (OpenDOAR)*<sup>34</sup>, no período de 25 de abril a 28 de maio de 2017. Segundo esse levantamento, o Brasil possui 40 universidades federais com repositórios implantados. Na Figura 7, identificaram-se as universidades que possuem repositórios e qual sua distribuição por regiões.

---

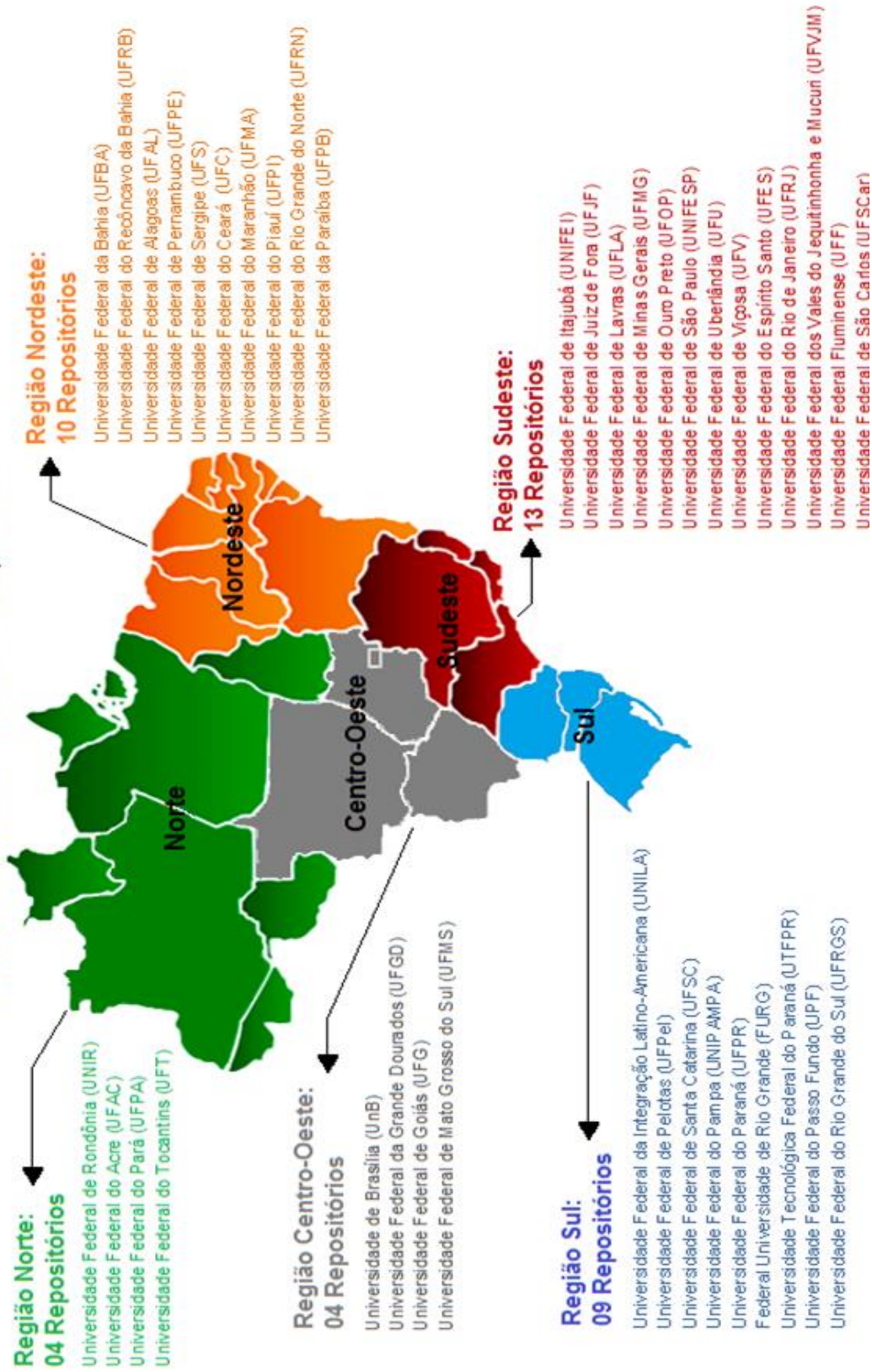
<sup>31</sup> Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>>. Acesso em: fev. 2018.

<sup>32</sup> Disponível em: <<http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/repositorios-digitais/repositorios-brasileiros>>. Acesso em: fev. 2018.

<sup>33</sup> Disponível em: <<http://roar.eprints.org/>>. Acesso em: fev. 2018.

<sup>34</sup> Disponível em: <<http://www.oandoar.org/>>. Acesso em: fev. 2018.

Figura 7 - Universidades Federais com repositórios.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Os critérios de determinação quanto à escolha das universidades federais como universo da pesquisa se deu pelo fato de, em maior quantidade, desenvolverem expertise na criação e manutenção de RIs e, assim como o IFSP, pertencerem à esfera federal, sendo todas autarquias<sup>35</sup> com vinculação ao Ministério da Educação. Dentro desse universo, como “unidades de análise”, foram selecionadas as universidades federais que possuem RIs. Essa escolha se dá em atenção ao objeto de pesquisa. E, quanto à seleção das **5 (cinco)** universidades(cujo processo foi a escolha da amostra propriamente dita), utilizou-se o *Ranking Web of Universities*<sup>36</sup>, que tem como objetivo incentivar e melhorar a presença das instituições acadêmicas e de pesquisa na *Web*, bem como promover a publicação de resultados científicos de acesso aberto (Ranking Web of Universities, 2017). O tipo de amostra adotado nesta pesquisa é categorizado pela literatura como não probabilística, visto que a “escolha dos elementos não depende da probabilidade, mas de causas relacionadas com as características da pesquisa ou de quem faz a amostra” (HERNÁNDEZ SAMPIERI; FERNÁNDEZ COLLADO; BAPTISTA LUCIO, 2012, p. 195).

Após a realização das entrevistas, buscou-se a coleta **documental** por meio das diretrizes de funcionamento publicadas em RIs das universidades que participaram das entrevistas. Nesse contexto, foram utilizadas as diretrizes de funcionamento das seguintes instituições: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que também participou da entrevista, não possui a formalização de

---

<sup>35</sup> Segundo a Lei 200/67, autarquia é “o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada”. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm)>. Acesso em: 01 jun. 2017.

<sup>36</sup> Ranking Web of Universities é um sistema de classificação para as universidades mundiais com base em um indicador composto que leva em consideração tanto o volume dos conteúdos da Web (número de páginas e arquivos) quanto à visibilidade e o impacto dessas publicações na web de acordo com o número de citações que receberam por meio do uso do site. O ranking é publicado pelo Cybermetrics Lab, um grupo de pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa (CSIC) espanhol localizado em Madri. O objetivo do Ranking é melhorar a presença das instituições acadêmicas e de pesquisa na Web e promover a publicação de resultados científicos de acesso aberto. Fonte: [www.webometrics.info](http://www.webometrics.info)>. Acesso em: dez. 2017.



suas diretrizes de funcionamento, portanto, não possui documento com as diretrizes de funcionamento de seu RI.

No critério relacionado ao idioma para a seleção da literatura, citam-se o português, o inglês e o espanhol; as fontes utilizadas para o apoio teórico do referido trabalho foram artigos de periódicos, teses, dissertações e livros.

Na **segunda fase**, posterior à coleta de dados, utilizou-se como método de tratamento de todo o conjunto de dados coletados na pesquisa (questionário, entrevista e documental), a **Análise de Conteúdo** que está fundamentado na proposta da professora da Universidade de Paris V, Laurence Bardin (2005), que compreende um conjunto de técnicas de pesquisa cujo propósito é a procura do sentido ou dos sentidos de um documento.

Os procedimentos de análise dos dados foram **quantitativos** e **qualitativos**. Para Hernández Sampieri; Fernández Collado e Baptista Lúcio (2012, p. 550), a integração dos métodos quantitativo e qualitativo em um só estudo tem como finalidade obter uma “fotografia” mais completa do fenômeno. No entanto, dada a natureza da questão norteadora da pesquisa, possui preponderância **qualitativa**.

Para os dados quantitativos, no primeiro momento por meio do levantamento bibliográfico, foram identificadas e quantificadas algumas diretrizes de funcionamento de repositórios e, assim, foi desenvolvido um **questionário** para ser enviado a todas as universidades federais brasileiras que possuíam repositórios. Após a coleta de dados das diretrizes de funcionamento e questionários, destaca-se que, em cada uma das etapas da pesquisa, os dados foram tratados quantitativamente, o que possibilitou a produção de quadros e tabelas apresentados neste trabalho.

E, como já mencionado, a pesquisa caracteriza-se preponderantemente como qualitativa, pois

geralmente servem para primeiro descobrir quais são as perguntas de pesquisa mais importantes, e depois para aprimorá-las e respondê-las. A ação indagativa se move de maneira dinâmica em ambos os sentidos: entre os fatos e sua interpretação, e é um processo mais “circular” no qual a sequência nem sempre é a mesma, ela varia de acordo com cada estudo específico. (HERNÁNDEZ SAMPIERI; FERNÁNDEZ COLLADO; BAPTISTA LUCIO, 2012, p. 32).

Martins (2004), ao considerar sobre o que significa fazer ciência no contexto dos métodos e técnicas qualitativas das ciências sociais, defende que, por ser qualitativa, a relevância de uma dada pesquisa não está na possibilidade ou não de ser generalizada, mas sim na contribuição que determinada produção científica pode dar ao conhecimento.

A escolha por tal natureza de pesquisa (qualitativa, além da quantitativa) se dá por considerá-la como uma das mais adequadas para esse contexto, visto que, embora não esteja livre de problemas, caracteriza-se pela flexibilidade (na escolha e na adequação de procedimentos e técnicas de coleta) e pela heterodoxia na análise dos dados, isto é, a integração das capacidades criadora e intuitiva do pesquisador, dada a variedade do material obtido (MARTINS, 2004).

De forma sintética e breve, assim se definem os procedimentos metodológicos que foram realizados nesta pesquisa:

**Quadro - 7 - Metodologia da pesquisa**

Objetivo Geral: Identificar quais diretrizes de funcionamento podem ser adotadas na criação de um RI para o IFSP.						
Objetivos específicos	Tipo de pesquisa	Natureza da pesquisa	Sujeitos da pesquisa	Universo da pesquisa	Técnicas de coleta	Técnicas de análise
Entender como ocorreu o processo de implementação das diretrizes de funcionamento dos RIs nas universidades.	Descritiva.	Qualitativa. Quantitativa	Bibliotecários que fizeram parte da gestão dos repositórios institucionais (sendo 01 gestor de cada universidade).	Universidades Federais Brasileiras.	Bibliográfico, documental, questionário e entrevista.	Análise de conteúdo.
Relacionar diretrizes e práticas (observadas a partir das diretrizes de funcionamento dos RIs pesquisados) com o modo de produção da literatura científica no IFSP.	Descritiva.	Qualitativa. Quantitativa	Bibliotecários que fizeram parte da gestão dos repositórios institucionais (sendo 01 gestor de cada universidade).	IFSP.	Bibliográfico, documental, questionário e entrevista.	Análise de conteúdo.
Apresentar as percepções dos gestores de RI sobre a necessidade de se ter, ou não, um Sistema de Bibliotecas (SIBI) na fase de planejamento para a criação de RI.	Descritiva.	Qualitativa.	Bibliotecários que fizeram parte da gestão dos repositórios institucionais (sendo 01 gestor de cada universidade).	Universidades Federais Brasileiras.	Questionário e entrevista.	Análise de conteúdo.
Identificar as percepções dos gestores de RIs nas universidades federais em relação ao papel do SIBI.	Descritiva.	Qualitativa.	Bibliotecários que fizeram parte da gestão dos repositórios institucionais (sendo 01 gestor de cada universidade).	Universidades Federais Brasileiras.	Questionário e entrevista.	Análise de conteúdo.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Sendo assim, os instrumentos de coleta de dados que foram utilizados, a partir de então, serão refletidos e fundamentados teoricamente.

## 5.2 Instrumentos de coleta de dados

### a) Bibliográfico

Como já mencionado, a coleta de dados bibliográfica abrangeu os temas relacionados ao objeto de estudo desta pesquisa, de forma a construir um referencial teórico norteador e, a partir dele, foram desenvolvidas as seguintes seções:

- **IFSP:** buscas em sites governamentais e institucionais, em livros, artigos, teses e dissertações nacionais;
- **Comunicação científica:** as principais fontes utilizadas para o apoio técnico foram livros, artigos de periódicos, bases de dados nacionais e internacionais, teses e dissertações;
- **Repositórios de Acesso Aberto:** busca sobre o assunto em livros, artigos, bases de dados nacionais e internacionais.

### b) Documental

Quanto à coleta documental, pretendeu-se obter as resoluções e portarias referentes às diretrizes de funcionamento dos RIs.

A escolha do uso desses documentos ocorreu em virtude de possuírem uma riqueza de informações que deles se pode extrair, além de possibilitarem a ampliação e o entendimento das diretrizes de funcionamento, e que ainda, poderão ser utilizados como modelos para o propósito deste trabalho, sem desconsiderar todas as mudanças necessárias à realidade da organização, principalmente na questão estrutural do IFSP e de seu modo de se produzir ciência. Esse processo vem ao encontro com a percepção de Cellard (2008, p. 295), ao considerar que a coleta documental “[...] favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, etc”.

Decidiu-se pesquisar as diretrizes de funcionamento dos RIs das instituições que confirmaram a participação na entrevista, tendo em vista que possíveis dúvidas e/ou necessidades de maior imersão nas diretrizes desses documentos poderiam ser tratados nas entrevistas. Considerou-se, ainda, que o *Ranking Web of Universities* utilizado para a seleção das universidades que participariam das entrevistas também dariam legitimidade ao critério de seleção dos documentos, visto que foram selecionadas as universidades federais brasileiras melhores classificadas nesse ranking. As universidades participantes da coleta documental foram: UFPR; UFRGS; UFRJ e UFSC; já a UFG, convidada para a entrevista, declinou o convite e, por esse motivo, os documentos sobre as diretrizes de funcionamento de seu RI não foram incluídos nessa coleta.

Os documentos para análise foram obtidos nos RIs das universidades, com exceção da UFPR, pois não foi localizado no interior do site do RI da instituição. Todavia, foi solicitado ao gestor do RI que, prontamente, atendeu à solicitação e enviou por e-mail a este pesquisador, além da UFSC que não possui o documento. Sendo assim, das quatro universidades, identificou-se que apenas três possuíam documentos referentes às Diretrizes de funcionamento, sendo um documento de cada universidade (UFPR; UFRGS e UFRJ), conforme é apresentado no quadro 8:

**Quadro 8** – Identificação das Universidades que possuem Diretrizes de funcionamento e disponibilidade nos sites de seus RIs

Universidades Federais	Diretrizes de Funcionamento	
	Documento	Disponível no site
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	X	-----
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	X	X
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	X	X
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	-----	-----

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Por meio do quadro 6, pode-se observar que, para a coleta documental, foram vistoriados quatro repositórios, sendo que um (25%) não possuía a política de funcionamento, 1 (25%) não tem suas diretrizes publicadas no site do RI, mas que possui o documento, e 2 (50%) possuem diretrizes de funcionamento e estão disponíveis no site do RI.

As Diretrizes de funcionamento dos RIs das universidades em questão podem ser verificados nos anexos A, B e C deste estudo. Ressalta-se, ainda, que, embora este pesquisador utilize o termo “Diretrizes de Funcionamento”, as universidades utilizam termos variados, tais como “Política de Informação do Repositório Institucional”, “Política Institucional de Informação do Repositório Institucional” e “Diretrizes da Biblioteca Digital”.

### c) Questionário

Segundo Gil (2008), o questionário é uma

técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos,

valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc (GIL, 2008, p. 121).

No contexto desta pesquisa, a aplicação do questionário como um instrumento de coleta (apêndice A), dá-se com a finalidade de obter informações sobre o processo de planejamento do RI, anterior à confecção das diretrizes de funcionamento.

O questionário possui 14 questões mistas (abertas e fechadas) que tratam das seguintes temáticas: custos, equipe, SIBI, estudo de usuário e política de arquivamento. Antes de aplicar o questionário, foi feito um pré-teste, com a Universidade Federal do Paraná, com o intuito de verificar e ajustar possíveis falhas ou distorções que ele pudesse conter o que, dessa forma, permitiu a adequação e a melhoria desse instrumento de coleta, além de salientar a sua validade. De acordo com Gil (2008, p. 107), “o pré-teste não visa captar qualquer dos aspectos que constituem os objetivos do levantamento”. E, ainda, explica que “ele está centrado na avaliação dos instrumentos enquanto tais, visando garantir que meçam exatamente o que pretendem medir”.

Após o pré-teste, os questionários foram enviados por e-mail a 38 universidades, sendo um para cada gestor, para que fossem respondidas pelos bibliotecários que fizessem parte da gestão dos RIs. O formulário eletrônico de pesquisa permaneceu disponível na Internet no período de 11/11/2017 a 29/11/2017. Houve um retorno de 22 questionários, perfazendo um total de 59% de resposta. Importante frisar que, das 40 universidades federais brasileiras com RIs, listadas na figura 12, em duas (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS e Universidade Federal do Acre – UFAC), os RIs não foram localizados. A busca foi efetuada por meio do site das próprias instituições e na ferramenta de busca do Google.

#### **d) Entrevistas**

É possível considerar que “a entrevista é seguramente a mais flexível de todas as técnicas de coleta de dados de que dispõem as ciências sociais” (GIL,

2008, p. 111), cujo motivo de tal escolha se dá em virtude da questão central a que se pretende esta pesquisa.

A entrevista foi escolhida como instrumento para a coleta de dados, devido à relevância do material que por ela pode ser registrado. Além disso, a entrevista pode ser usada como instrumento por ser muito apropriada “[...] para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes” (SELLTIZ *et al.*, 1967, p. 273).

Optou-se pela **entrevista semiestruturada**, visto que sua preocupação básica está na coleta de dados, alinhando-se ao que se pretende, que é a “[...] obtenção de uma visão geral do problema pesquisado” (GIL, 2008, p. 111), o que ainda permite uma interação em que o entrevistador alcance seus objetivos a partir da questão central da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas com os 05 (cinco) gestores de RI das universidades federais brasileiras que foram participantes também do questionário. Ao contemplar-se um (01) entrevistado de cada instituição universitária, a finalidade foi identificar novos elementos que possam ser incluídos em diretrizes de funcionamento para os RIs, bem como entender quais processos/discussões ocorreram antes da confecção de suas diretrizes de funcionamento. Dessa forma, serviu como subsídio para a sugestão das diretrizes de funcionamento para o IFSP, assim como em outras instituições que ainda não implantaram seu RI e que possuem características semelhantes. Ainda, após a preparação do roteiro, a comunicação escrita e o contato prévio com tais gestores (conferir apêndices B e C), as entrevistas ocorreram remotamente por meio *do software Skype*<sup>37</sup>. Foi utilizada esta estratégia em decorrência da distância física entre o pesquisador e os gestores, evitando, assim, maiores custos e tempo dispendidos com o deslocamento dos envolvidos. No entanto, foram considerados-se os problemas que poderiam ser gerados em virtude do ambiente online, podendo a entrevista ser interrompida em caso de instabilidade do serviço de internet do entrevistado ou entrevistador.

---

<sup>37</sup> Skype é um software que permite comunicação pela Internet através de conexões de voz e vídeo e escrita.



As entrevistas foram realizadas entre os dias 07 e 15 de fevereiro de 2018, com duração de uma (01) a uma (01) hora e meia para cada entrevista, marcadas para as datas e horários combinados com cada gestor. Houve uma desistência, por parte da UFG e, por este motivo, o número de universidades participantes nas entrevistas foi alterado de cinco para quatro. Para a coleta dos dados, utilizou-se o software MP3 Record e um gravador de celular como backup, caso algum dos gravadores apresentasse qualquer problema no momento da entrevista. Ressalta-se que os entrevistados foram informados sobre a gravação, no entanto, foi assegurado que, por questões éticas, o anonimato seria salvaguardado.

As questões elaboradas para a entrevista foram previamente planejadas, tendo em vista a elaboração de um roteiro de entrevista (apêndice C) e foi planejado conforme os objetivos específicos desta pesquisa. A intenção foi verificar, por meio das experiências e considerações dos entrevistados, o processo de implementação das diretrizes de funcionamento, bem como verificar, sob suas óticas, a necessidade de existência de um Sistema Integrado de Bibliotecas para esse processo.

Quanto ao contexto específico de cada entrevista, pode ser destacado:

a) **Entrevista 1 (E1):** realizada no período da tarde, do dia 07 de fevereiro de 2018, por Skype. A apresentação deste pesquisador à gestora que, prontamente, dispôs-se a participar foi feita a partir da conexão de vídeo e escrita (Skype), não se utilizou o áudio (voz) do pesquisador por problemas técnicos no software. O áudio da entrevistada foi utilizado sem maiores problemas, com algumas pequenas interferências em virtude da conexão de internet e sem a presença de outrem. A entrevista foi marcada por um clima de tranquilidade, empatia, e abertura por parte da gestora, não havendo, portanto, nenhum registro de constrangimento e/ou desconfiança diante das questões feitas.

b) **Entrevista 2 (E2):** realizada no período da manhã do dia 09 de fevereiro de 2018, também por Skype. A apresentação deste pesquisador à gestora foi realizada a partir da conexão de áudio e vídeo. Sem interrupções externas, a entrevista foi marcada por muita disposição e interesse em contribuir com a pesquisa, potencializada marcadamente no decorrer da entrevista, mediante o apontamento de experiências em relação ao Sistema Integrado de Bibliotecas,

às diretrizes de funcionamento e criação de RI, narradas com forte convicção da opinião externada na entrevista.

c) **Entrevista 3 (E3)**: realizada no período da tarde, do dia 09 de fevereiro de 2018, por Skype. A apresentação deste pesquisador ao gestor foi realizada a partir da conexão de áudio e vídeo, apesar da presença de uma (01) interferência que interrompeu a entrevista (queda de conexão) e de alguns ruídos (oscilações no volume de som do áudio) e outras consideradas menores. A entrevista foi marcada por um desconforto do entrevistador em virtude da má conexão, que exigiu paciência e compreensão por parte do entrevistado. Mesmo diante de tal inconveniente, houve um clima de tranquilidade por parte do entrevistado e, quanto às questões, não houve nenhum registro de constrangimento e/ou desconfiança.

d) **Entrevista 4 (E4)**: realizada no período da noite do dia 15 de fevereiro de 2018, por Skype. A apresentação deste pesquisador ao gestor foi realizada a partir da conexão de áudio e vídeo. Houve a presença de alguns ruídos (telefone tocando, pessoas entrando e saindo no ambiente em que o entrevistador estava, além de pessoas que precisaram ser atendidas pelo entrevistado), três interferências que interromperam a entrevista (queda de conexão), e variadas oscilações no volume de som e áudio. No entanto, esta foi marcada por um clima de tranquilidade e abertura do gestor, não havendo, portanto, nenhum registro de constrangimento e/ou desconfiança diante das questões feitas.

### 5.3 Análise de Conteúdo

O estudo se baseia no método da **Análise de Conteúdo** (BARDIN, 2015), que prevê a decodificação do texto, neste caso, dos documentos sobre as diretrizes de funcionamento, os questionários e entrevistas, mediante as indagações propostas pelo pesquisador e as respectivas respostas contidas no material pesquisado. Para Bardin (2015), o método consiste em:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às

condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2015, p. 48).

Apesar de que “não existe coisa pronta em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base [...]. A técnica adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos tem de ser reinventada a cada momento” (BARDIN, 2015, p. 36). Dessa forma, a escolha por essa metodologia se deu a partir de alguns elementos próprios a esta pesquisa.

Primeiro, a escolha vincula-se à intenção de ampliar informações sobre o planejamento e a construção de diretrizes de funcionamento dos RIs das universidades federais. Além das diretrizes de funcionamento já existentes nas universidades que, sem dúvida, são elementos primordiais que antecedem a implementação e o funcionamento de um RI, é preciso verificar também o contexto em que são realizados esses planejamentos, a estrutura e as ações de interação entre os precursores da ideia.

O estudo quanto à completude das diretrizes de funcionamento dos RIs das universidades federais, realizado por meio de diversos indicadores, contribuirá para entender a situação atual e, conseqüentemente, possibilitará criar direcionamentos mais aprimorados dos futuros documentos. Haverá uma interação entre dados quantitativos e a análise qualitativa, propiciada pela análise de conteúdo, o que é fundamental para a compreensão do objeto de estudo.

Segundo, a escolha está no fato de se tratar de uma pesquisa qualitativa, ou seja, o método se mostra adequado também pelo fato de que “na análise qualitativa é a presença ou a ausência de uma característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomada em consideração” (BARDIN, 2015, p.27).

E, por fim,

a escolha deste método de análise pode ser explicada pela necessidade de ultrapassar as incertezas conseqüentes das hipóteses e pressupostos, pela necessidade de enriquecimento da leitura por meio da compreensão das significações e pela necessidade de desvelar as relações que se estabelecem além das falas propriamente ditas. (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014, p. 14).

O método em questão é formado por três etapas:

1 – Pré-etapa: organização dos dados, com a finalidade de tornar as ideias iniciais operacionais e sistematizadas, permitindo, assim, uma estrutura precisa. Nesse momento, os documentos a serem analisados são escolhidos, bem como a formulação da hipótese (quando houver) e de objetivos, culminando na elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final (BARDIN, 2015).

2 – Exploração do material: aplicação sistemática das decisões tomadas. Aqui serão realizadas operações de codificação, categorização e quantificação da informação (BARDIN, 2015).

3 – Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: tratamentos dos resultados brutos, tornando-os significativos e válidos, mediante operações estatísticas (simples ou complexas), que permitem a elaboração de quadro (s) de resultados, diagramas e outros, de forma a evidenciar as informações fornecidas pela análise. Assim, após submeter à prova estatística e testes de validação, as inferências poderão ser propostas, bem como poderá ser realizada a interpretação dos objetivos já previstos (BARDIN, 2015).

Na seção a seguir, são apresentados os resultados da pesquisa.

## 6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Esta seção apresentará os resultados e a discussão dos dados da pesquisa.

### 6.1 Considerações sobre o Questionário na Pesquisa

Conforme destacado anteriormente no item Metodologia, afirma-se que a aplicação dos questionários ocorreu com a finalidade de se obter informações sobre o processo de planejamento do RI, anterior à confecção das diretrizes de funcionamento, e permitiu um primeiro contato com os gestores dos RIs das universidades. Buscou-se, aqui, dados quantitativos e qualitativos, obtidos por meio do olhar e experiências dos gestores. Já o questionário, colaborou para a elaboração das questões das entrevistas. Sendo assim, tem direcionamentos distintos daqueles que serão procurados nas entrevistas individuais, conforme será apresentado adiante. Podemos dizer que cumpriu seu objetivo.

De forma a considerar este instrumento a partir dessa fundamentação e intenção, destaca-se que as perguntas foram divididas em eixos temáticos específicos sobre os RIs, conforme o quadro 9.

**Quadro 9 – Eixo Temático do Questionário**

<b>Eixo Temático</b>	<b>Questões</b>
<b>Identificação dos respondentes</b>	1, 2 e 3
<b>Criação do Repositório Institucional</b>	4 e 5
<b>Gestão do Repositório Institucional</b>	6
<b>Sistema Integrado de bibliotecas</b>	7 e 8
<b>Estudo de usuário</b>	9
<b>Política de arquivamento</b>	10 e 11
<b>Custos</b>	12; 13 e 14

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

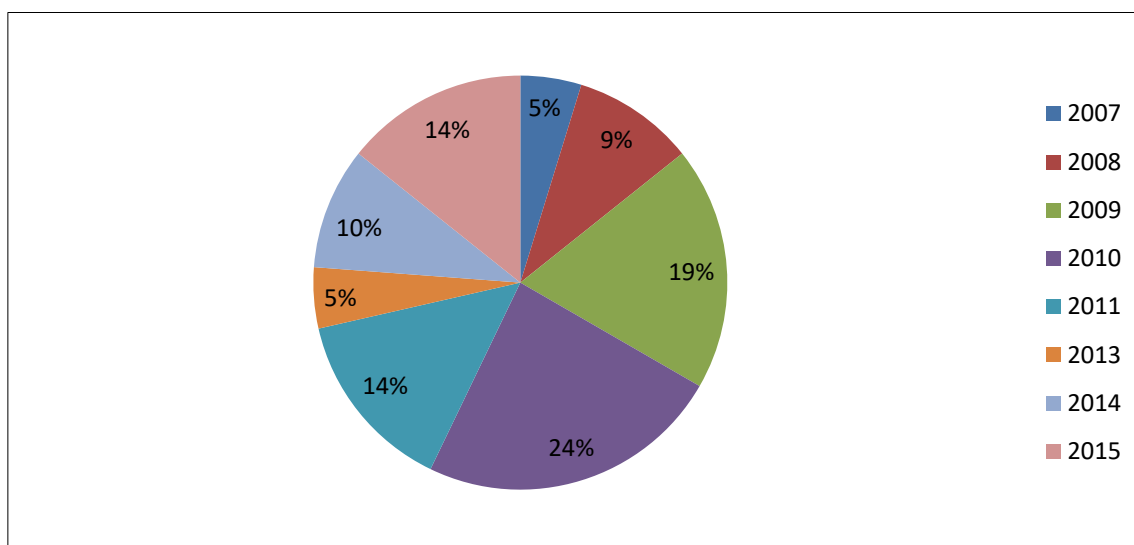
Com a pretensão de preservar a identidade das Universidades consultadas, assim como seus gestores e o sigilo das respostas, optou-se por não identificar as instituições, as quais serão representadas pelas seguintes siglas: U 1, U 2, U 3, U 4, U 5, U 6, U 7, U 8, U 9, U 10, U 11, U 12, U 13, U 14, U 15, U 16, U 17, U 18, U 19, U 20, U 21 e U 22, siglas escolhidas de acordo com a ordem de retorno dos questionários.

Dos trinta e oito (38) questionários enviados, vinte e dois (22) retornaram, representando 59% do total. A amostragem diagnosticou os seguintes resultados:

As questões 1 e 2 procuram conhecer melhor o perfil dos respondentes. Segundo Sampieri; Callado e Baptista Lucio (2013, p. 243), são perguntas obrigatórias aquelas chamadas de demográficas ou localização dos entrevistados (sexo, escolaridade, ocupação/profissão, área funcional onde trabalha, etc.). No entanto, frisa também que, dentro desse escopo, deve-se analisar o que achar útil e relevante. Dessa forma, os dados obtidos para tais questões indicam que 72,7% dos respondentes são do sexo feminino e 100% desses gestores que responderam o questionário são profissionais bibliotecários. De acordo com os dados obtidos, pode-se afirmar que as questões sequenciais que necessitem de conhecimentos em biblioteconomia não serão impeditivos para os participantes.

Na questão 3, quando perguntados se são membros gestores do RI, observou-se que 95,5% dos bibliotecários respondentes do questionário fazem parte do comitê gestor do RI. Essa porcentagem dá maior credibilidade às questões seguintes, pois pretende-se obter informações sobre o processo de planejamento do RI que, costumeiramente, é feita pelos gestores.

Já a questão 4, procura saber quando o RI foi criado e as respostas variaram entre o período de 2007 a 2015, conforme gráfico 5.

**Gráfico 5 - Criação dos repositórios**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Através dos dados do gráfico 5, observou-se que, no ano de 2007 e 2008, foram implantados 13% ( $n=2$  de 22). Pode ser considerado um início tímido e, nos anos subsequentes, de 2009, 2010 e 2011, quando somados, representam 57% ( $n= 12$  de 22) dos repositórios implantados, o que apresenta relação com o edital lançado pelo IBICT, em 2009 (Edital FINEP/PCAL/XBDB 002/2009), que contemplou 18 universidades federais com kits que incentivavam a implantação de repositórios. Não houve criação de RI por parte dos respondentes em 2012, e o destaque aparece em 2015, quando se igualam ao ano de 2011, o que pode representar um alinhamento com as diretrizes do movimento de acesso aberto que, no Brasil, tem sido representado pelos manifestos, declarações apresentadas neste trabalho, na seção 03. Pode-se dizer que essa questão permite conhecer o tempo de expertise que cada universidade possui em relação à criação e funcionamento do RI.

Na questão 5, quando perguntados sobre o quantitativo de profissionais envolvido na criação de RI, podem-se verificar as respostas com base no quadro 10.

**Quadro 10** – Quantidade de profissionais envolvidos na criação do RI

Universidades	Quantidade
U 1	3
U 2	5
U 3	5
U 4	4
U 5	-----
U 6	4
U 7	5
U 8	2
U 9	4
U 10	12
U 11	3
U 12	5
U 13	-----
U 14	4
U 15	4
U 16	-----
U 17	3
U 18	5
U 19	3
U 20	1
U 21	3
U 22	-----

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

De acordo com os dados obtidos, pode-se verificar que há uma variação importante, considerando que a universidade com o menor número de profissionais envolvidos com a criação do RI foi de apenas um (01) e a universidade com mais profissionais teve 12 integrantes. Quatro gestores (U5; U13; U16; U22) não souberam responder acerca do quantitativo de profissionais envolvidos na criação do RI. Por meio dos dados fornecidos, é possível afirmar que a média de integrantes na criação de um RI está em torno de quatro (4) profissionais.

Quando perguntados, na questão 6, quantos profissionais trabalham na gestão do RI atualmente e se o número de integrantes é suficiente, podem-se verificar as respostas no quadro 11.



**Quadro 11** – Quantidade de profissionais na gestão do RI das universidades, considerando por seus gestores ser suficientes ou não.

Universidade	Profissionais	Suficiente?
U 1	4	Não
U 2	2	-----
U 3	6	Não
U 4	2	Não
U 5	2	-----
U 6	2	Não
U 7	2	Não
U 8	5	Não
U 9	4	Sim
U 10	5	-----
U 11	3	-----
U 12	2	Não
U 13	4	-----
U 14	3	Não
U 15	3	-----
U 16	2	Não
U 17	6	-----
U 18	5	Sim
U 19	2	Não
U 20	3	Não
U 21	-----	-----
U 22	20	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

No quadro 11, um (01) gestor se absteve de responder sobre a quantidade de profissionais na gestão do RI e quatro gestores se abstiveram de responder se consideram o número de integrantes de seus RIs suficientes. Com relação ao número de integrantes trabalhando na gestão do RI, de acordo com as respostas dos questionários, temos uma média de 4,8. É muito semelhante à média da criação de um RI, que resultou em quatro integrantes. Quanto ao entendimento dos gestores em relação ao número de integrantes de seus RIs, obtivemos oito abstenções de respostas, sendo que 14 respostas para o sim já é suficiente e que representam 21.4% (n= 3 de 18); e 78,6 % (n= 11 de 18) para o não. Logo, infere-se que, para a implantação dos RIs nas universidades federais brasileiras, utilizou-se uma média de quatro pessoas e para sua continuidade como número médio é acrescido mais um profissional. É

importante informar, ainda, que a pergunta da questão 6 não verifica se os funcionários se dedicam exclusivamente ao repositório.

Nas questões 7 e 8, foi perguntado sobre a importância do Sistema Integrado de Biblioteca nas discussões no momento da criação e de continuidade do RI. Apesar de parecerem evidentes as respostas que esse pesquisador poderia obter, o propósito da pergunta vem ao encontro do objetivo de “apresentar as percepções dos gestores de RI sobre a necessidade de se ter, ou não, um SIBI na fase de planejamento para a criação de RI” e justifica-se, já que a literatura pesquisada não trata acerca dessa questão diretamente. É importante frisar que, para a maioria das universidades federais brasileiras, essa é uma questão já superada, visto que a constituição desses sistemas, em sua maioria, deu-se há anos, logo contar com um SIBI possa ser tão natural para essas universidades que explique a ausência na literatura sobre sua importância no processo de constituição do RI. Portanto, em virtude dessa ausência na literatura e do IFSP não possuir, até o momento, um SIBI institucionalizado, as questões 7 e 8 foram elaboradas.

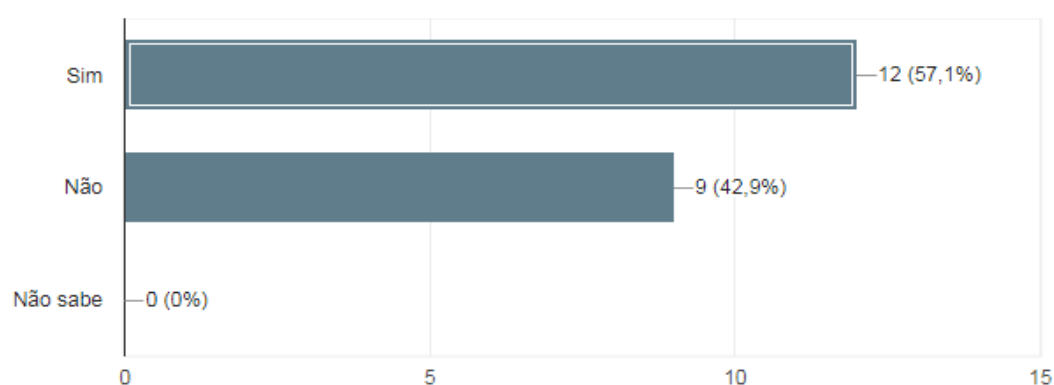
De acordo com as respostas, nota-se que 95,5% dos gestores consideraram importante e, quanto à possibilidade de criar um RI e garantir sua continuidade sem o suporte de um SIBI, 72,7% consideraram que não é possível, contra 27,3% que entendem ser possível criar um RI sem a existência de um SIBI.

A questão 9 teve por objetivo verificar se as universidades efetuaram algum estudo de usuário para definir seus RIs, e foi constatado que 90,9% dos repositórios participantes dos questionários não fizeram nenhum tipo de estudo e, para as instituições que o fizeram, 9,1% (n= 2 de 22). Segundo os respondentes, gerou-se, para a U2, uma política de RI o que, para a U9, possibilitou desenvolver o nome do RI. Não se pode deixar de levar em consideração que 90,9% dos respondentes, ao informarem sobre a ausência desse estudo, pode-se evidenciar que, sob o ponto de vista das gestões, esse estudo não se fazia necessário, talvez por entender que os RIs não tratam apenas das necessidades e demandas de um grupo (dos seus usuários), mas que ele possui um alcance maior.

As respostas das questões 10 e 11, que trataram da política de arquivamento, apresentaram certas inconsistências, conforme apontado nos

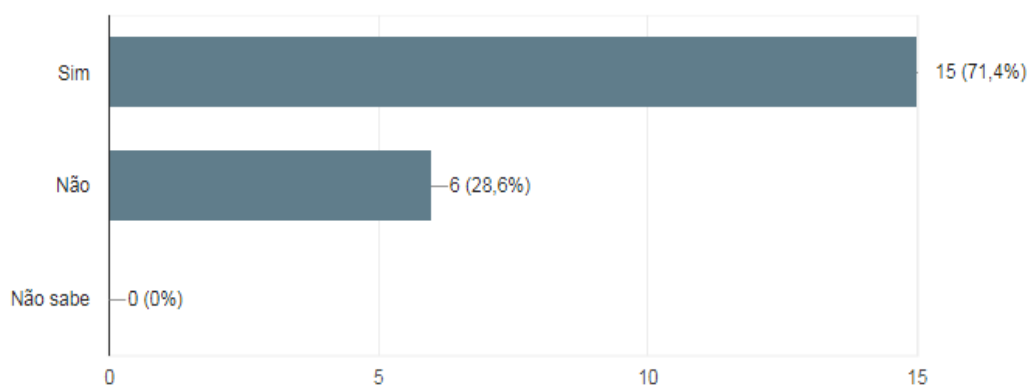
gráficos 6 e 7. Do total de 21 respondentes para as perguntas sobre se a política de arquivamento possuía abordagem rígida, 12 deles responderam “sim” e, para a pergunta sobre se a política de arquivamento possuía abordagem flexível, 15 responderam também “sim”, ou seja, alguns gestores responderam afirmativamente para as duas situações, invalidando as referidas questões. Segundo Leite (2009a), para a implantação de um RI, a gestão poderá escolher a abordagem rígida ou abordagem flexível. Considerando que a abordagem rígida aceita somente documentos revisados pelos pares, como por exemplo, artigos científicos, teses, dissertações, etc., a abordagem flexível aceita, além dos documentos citados, outros tipos de documentos, tais como vídeos, imagens, apostilas etc.

**Gráfico 6** - Políticas de arquivamento com abordagem rígida



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

**Gráfico 7** – Políticas de arquivamento com abordagem flexível

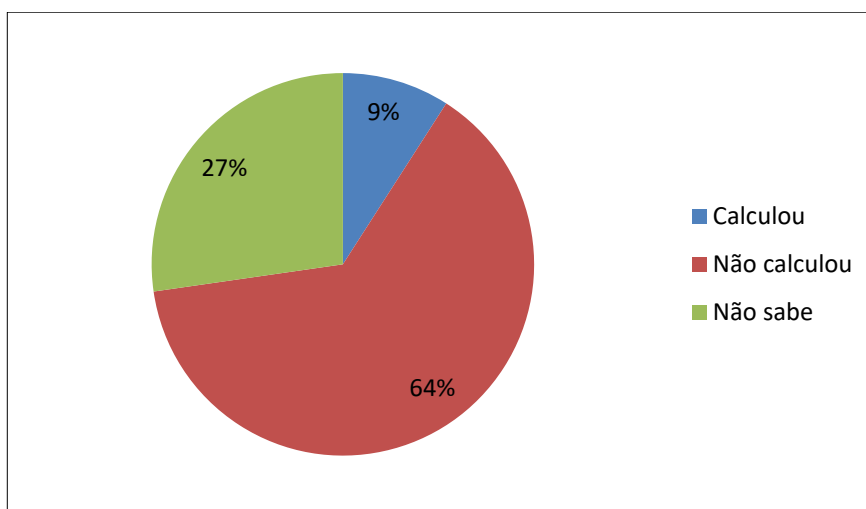


Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

A explicação para o equívoco nas respostas pode estar na elaboração das perguntas que, mesmo com a aplicação do pré-teste, não foram claras aos olhos dos respondentes. No entanto, devido à importância do assunto, será retomada na entrevista, na categoria intitulada “submissão da produção científica”.

A questão 12 refere-se ao planejamento financeiro para a criação do RI. Os gestores responderam conforme pode ser observado no gráfico 8.

**Gráfico 8** – Planejamento financeiro na criação do RI



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

De acordo com os dados obtidos, pode-se afirmar que, em sua grande maioria (64%), não se planejaram os custos envolvidos.

Para os respondentes que afirmaram ter calculado, a questão 13 que buscava saber como foram calculados os custos iniciais para implantação do RI, os mesmos responderam conforme quadro 12:

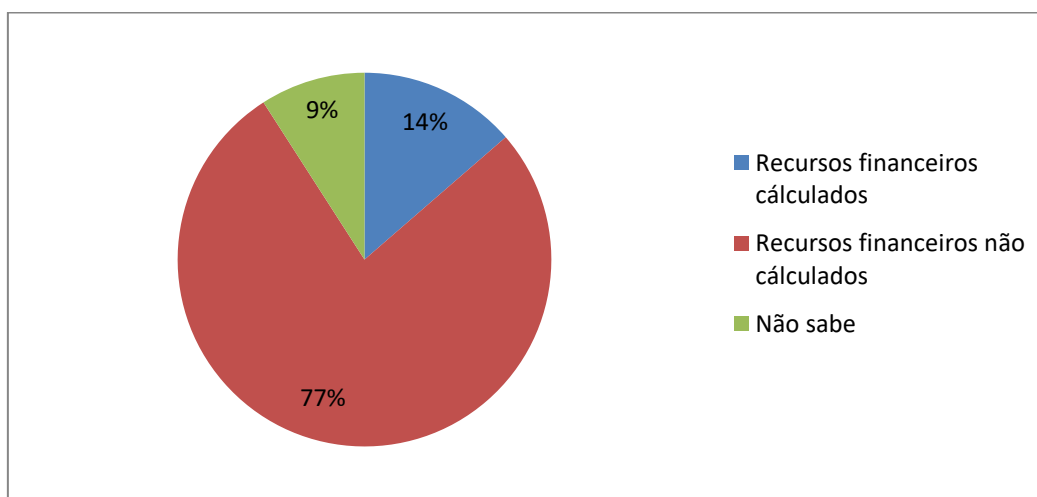
**Quadro 12** – Cálculo dos custos iniciais

Universidades	Respostas
U8	Participamos do edital promovido pelo IBICT para a implantação de repositórios (que dava um servidor já pronto). Ainda sim, a máquina não se adequava ao padrão utilizado na instituição, então, foram aproveitados apenas os discos (HDs) dentro da estrutura de datacenter e virtualização da instituição.
U9	Foi realizado um projeto piloto em um dos Campi, no qual foi previsto custos com viagens. Uma bibliotecária visitou uma Universidade que possuía repositório para investigar quais os procedimentos necessários para a implantação de um repositório. A partir daí, a metodologia foi disseminada.
U20	Não temos orçamento fechado. O que necessita a universidade disponibiliza.
U22	Os custos iniciais foram referentes à aquisição de hardware e pagamento de alunos, como bolsistas, considerando que foi utilizado RH já disponível na instituição.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Segundo as respostas, os cálculos para os custos iniciais giraram em torno da aquisição de hardware e recursos humanos. No entanto, não é possível afirmar, por meio das questões respondidas, que os custos foram baixos ou altos, visto que as respostas não quantificaram os hardwares utilizados e, quanto aos recursos humanos mencionados, é possível afirmar que, conforme questão nº 5, a média de integrantes iniciais que está em torno de quatro (4) pessoas. Esse dado colaborou na construção das questões das entrevistas que visam entender os custos iniciais do RI.

A questão 14 buscava saber se os recursos financeiros para garantir a sustentabilidade dos RIs foram previstos, tiveram as respostas de acordo com o gráfico 9.

**Gráfico 9 – Planejamento financeiro para continuidade do RI**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Pela leitura do gráfico 9, pode-se afirmar que o planejamento dos recursos financeiros (para garantir a continuidade/sustentabilidade dos RIs) não ocorreram em mais de um terço das universidades, ou seja, 77 %, conforme as respostas dos gestores.

E, por fim, a questão 14.1, quando perguntada aos gestores, se planejaram seus custos para a continuidade do RI e como foi estabelecido esse cálculo, as respostas que representaram 14% (n=3 de 22), considerando o que foi respondido na questão 14. No entanto, obtivemos 23% (n=5 de 22), conforme representados no quadro 13.

**Quadro 13** – Cálculo dos custos para a continuidade do RI

Universidades	Respostas dos Gestores
U2	Foi <b>prevista curso de capacitação</b> referente à gestão e uso da ferramenta DSpace na implementação do Repositório Institucional.
U8	<b>Não foi previsto</b> , pois é utilizado um software livre (Dspace) e não demanda custos adicionais com manutenção que destoam do que já é adotado na instituição. O único gasto foi o handle <sup>38</sup> , mesmo assim é um valor baixo que não demanda nem licitação.
U9	Existe um <b>projeto macro</b> que prevê a expansão do RI e apresenta planos de treinamento que inclui recursos financeiros. Aguarda aprovação de instâncias superiores.
U20	<b>Não temos orçamento fechado</b> o que necessita a universidade disponibiliza.
U22	Por meio de <b>projeto para captação de recursos</b> .

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

De acordo com as respostas, nota-se que, o planejamento dos cálculos se concentrou em torno de previsão de curso de capacitação e projetos para captação de recursos.

Por fim, destaca-se, que a aplicação dos questionários anteriormente às entrevistas foi devido ao direcionamento dado acerca das intenções de informações que pudessem enriquecer quantitativa e qualitativamente a confecção do roteiro de entrevista e a posterior discussão dos dados.

## 6.2 Considerações sobre as Entrevistas na Pesquisa

A **entrevista** abrangeu os propósitos da pesquisa, e foi enriquecida pelos outros instrumentos (bibliográfico, documental e questionário). O material coletado apresentou grande riqueza de detalhes que foi explorado na análise.

Nessa perspectiva, uma primeira observação a ser feita, considerando a convergência entre o instrumento de coleta de dados (entrevista) e o método a ser utilizado (Análise de Conteúdo), dá-se mediante o fato de que

<sup>38</sup> Na programação de computadores, *handle* é um identificador de recurso. As alças são usadas quando o software aplicativo faz referência a blocos de memória ou objetos gerenciados por outro sistema, como um banco de dados ou um sistema operacional.

quando se faz uma análise de entrevistas, raramente é possível estabelecer um quadro categorial único e homogêneo, devido à complexidade e à multidimensionalidade do material verbal. É preferível “atacar em vários flancos” (BARDIN, 2011, p. 120).

E, nesse sentido, Bardin (2011, p.120), complementa afirmando que existem dois caminhos como opção onde se pode “[...] assumir um ponto de vista geral e homogêneo, ou analisar alguns aspectos específicos, e as duas completam-se” (BARDIN, 2011, p. 120).

Destaca-se que a escolha das categorias foi feita em dois momentos distintos: foi feita *a priori*, a partir de um quadro teórico e *a posteriori*, com as análises exploratórias.

Sendo que

o tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar as motivações das opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências etc. As respostas a questões abertas, as entrevistas [...] podem ser e, frequentemente são, analisadas tendo o tema por base (BARDIN, 2011, p. 135).

E ainda explica que o tema é

uma afirmação acerca de um assunto. Quer dizer, uma frase, ou uma frase composta, habitualmente um resumo ou uma frase condensada, por influência da qual pode ser afetado um vasto conjunto de formulações singulares (BARDIN, 2011, p. 135).

Dessa forma, as categorias que nortearão esta análise foram escolhidas a partir dos principais temas nos quais se baseiam esta pesquisa, bem como do resultado da confecção do roteiro das entrevistas, a saber, Criação e Aprovação das diretrizes de funcionamento; Equipe de trabalho e competências; Submissão da produção científica; Custos de implementação e manutenção e, por fim, Sistemas de Biblioteca (SIBI), sendo que tais categorias corroboram com a identificação dos elementos de diretrizes de funcionamento. Assim, foram eleitas.



**Quadro 14 – Categorias e questões para análise de elementos de diretrizes de funcionamento.**

(Continua)

Tema 1: Diretrizes de Funcionamento		Identificação
Categorias	Questões	
Criação e Aprovação das diretrizes de funcionamento	<p>1 - Há quanto tempo você faz parte da gestão do RI?</p> <p>2- Como se deu o processo de criação e aprovação das diretrizes de funcionamento do RI? Houve alguma dificuldade? Se sua resposta foi sim, quais foram? O que foi mais importante? Foram adotados critérios para avaliar os resultados das diretrizes? Quais pontos foram fundamentais na confecção das diretrizes? O que acha que faltou ou mudaria? Quais lições aprendidas com a implantação do RI? O que evitar?</p> <p>3 – Além das diretrizes de funcionamento, outros documentos (políticas) foram criados antes da implantação do RI? Quais descenderam das diretrizes de funcionamento?</p>	<p>Identificar os acertos e dificuldades, bem como os processos não relatados na literatura.</p>
Equipe de trabalho e competências	<p>4 - Como foi constituída a equipe responsável pela implantação e formulação das diretrizes de funcionamento do RI? Foi constituída de forma multidisciplinar? Destaque a composição da equipe técnica e o papel de cada um deles. A configuração da equipe de implantação para a atual gestão mudou? Quais atores considera pertinente que façam parte da gestão (comitê gestor) do RI? Se Dedicam exclusivamente ao RI? Caso não, isso prejudica a qualidade dos serviços do RI?</p>	<p>Identificar a composição das equipes, áreas de atuação e papel desempenhado pelos atores.</p>
Submissão da produção científica	<p>5 - Como foi definida a forma de depósito da produção científica da universidade? Qual tipo de conteúdo (documentos)? O depósito da produção científica é obrigatório (mandatória)? Se sua resposta foi não, no momento da formulação das diretrizes de funcionamento, foi sugerido que ela fosse de depósito obrigatório? E porque não foi adotado?</p> <p>6 - Existe algum documento em que o autor explicita seu consentimento ou sua restrição quanto a liberação de seu trabalho para disponibilizar no RI? Em caso de pendência à publicação em periódicos de artigos pagos, gerados pela pesquisa devolvida no mestrado ou na graduação, o discente pode decidir manter o arquivo retido? Se sim, por qual período? Durante o período de restrição, existe a obrigatoriedade da inserção dos metadados do trabalho (título, resumo, palavras-chaves, etc.) no RI? E após o término do período de restrição, o arquivo é disponibilizado? Quando o trabalho gera patente, qual é o procedimento? Foi pensado em como proceder quando o autor de publicações ou patentes for menor de idade?</p>	<p>Identificar o processo de discussões para a decisão sobre como seriam as formas de depósito, os embargos, os tipos de documentos, a geração de patentes e os direitos autorais.</p>

(Conclusão)

Tema 1: Diretrizes de Funcionamento		
Categories	Questões	Identificação
Custos de implementação e manutenção	<p>8 - Para a implantação foi feito um planejamento relativo aos recursos financeiros a serem utilizados? Como foi feito esse planejamento? Se não, essa falta de planejamento dificultou a implantação do RI? Você sabe precisar o valor total gasto na implantação? Para a manutenção do RI, qual a origem dos recursos? Foi pensado/definido antes da criação do RI?</p> <p>9 - Em relação a infraestrutura, quais equipamentos se previu antes da criação do RI? Foram suficientes? Existe um espaço físico determinado para os profissionais que trabalham no RI?</p>	Verificar se se houve, por parte das instituições, o planejamento de recursos financeiros, valores gastos, origem dos recursos para manutenção e como se previu a infraestrutura
Tema 2: Sistemas de Biblioteca (SIBI)		
Categories	Questões	Identificação
Importância do SIBI	7 - Qual foi o papel do Sistema de Bibliotecas (SIBI) nas discussões das diretrizes de funcionamento do RI da universidade em que trabalha? Qual a importância do SIBI, após a implantação do RI??	Verificar se é necessário ter uma Sistema de Bibliotecas para a implantação e continuidade de uma RI

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Quanto as unidades de contexto, encontram-se destacadas nos textos das transcrições das entrevistas. Com a pretensão de preservar as Universidades, assim como seus gestores e o sigilo das respostas, optou-se por não identificar as instituições, as quais serão tratadas pelas seguintes siglas para representar os entrevistados E1; E2; E3 e E4 escolhidas de acordo com a ordem das entrevistas

Dessa forma, passa-se, agora, à análise propriamente dita de tais categorias.

Quanto às unidades de contexto, encontram-se destacadas nos textos das transcrições das entrevistas. Com a pretensão de preservar as Universidades, assim como seus gestores e o sigilo das respostas, optou-se por não identificar as tais instituições, as quais serão tratadas pelas seguintes siglas para representar os entrevistados: E1, E2, E3 e E4, escolhidas de acordo com a ordem das entrevistas.

Dessa forma, passa-se, agora, à análise propriamente dita de tais categorias.

### **6.2.1 - Emprego da Análise de Conteúdo da Categoria 1 – Criação e Aprovação das diretrizes de funcionamento**

A disseminação da implantação dos RIs fez com que as instituições de pesquisa refletissem sobre a importância de se constituir diretrizes de funcionamento, “[...] trazendo como resultado prático um melhor gerenciamento da produção científica e sua disseminação para um público cada vez mais amplo” (SHINTAKU; MEIRELLES, 2010, p. 11). Nesta categoria, procurou-se identificar como as instituições realizaram o processo de discussão e criação de suas diretrizes de funcionamento. Para Leite (2009), as diretrizes asseguram o funcionamento dos repositórios de maneira eficiente e eficaz.

Com relação aos entrevistados, observou-se que 3 deles (75% - n=3 de 4) estão trabalhando nos RIs desde o começo; essa porcentagem é relevante, pois, para esta dissertação, busca-se o entendimento dos processos de criação das diretrizes de funcionamento, portanto, há de se considerar que as experiências desses gestores foram fundamentais para se ter respostas mais assertivas quanto às questões das entrevistas. Há um (01) entrevistado que

relatou não fazer parte do início da implantação do RI na instituição em que trabalha, no entanto, prosseguimos a entrevista normalmente.

**Esse processo foi longo, porque lá em 2004 (...). Éramos poucos e o trabalho com o repositório digital institucional não era dedicação exclusiva, sempre teve o seu funcionamento além das nossas atividades normais na universidade (...); o RDI sempre funcionou como um comitê ou uma comissão e nós, desde o início, discutimos como seria a inserção desses objetos digitais, ou a submissão deles, melhor dizendo, atribuição de metadados, o que caberia a cada um; nós tínhamos na época também alguns pró-reitores nos ajudando, em especial com recurso financeiro para pagar bolsistas, com recurso financeiro para pagar a primeira máquina servidora pra gente poder fazer os primeiros testes; então, o que eu quero te dizer, é que desde o início, nós tínhamos as diretrizes, mas, não formalizadas. A formalização dessas diretrizes tem poucos anos e, atualmente, estamos revisando.**

**Quanto à dificuldade, sim, tivemos, éramos poucos, a nossa ambição era enorme, a gente tinha que dar conta de todo nosso trabalho, ou como técnico ou como professor e, ainda, tentar descobrir como é que funcionava, e como era que tinha que ser a gestão em um repositório digital institucional. Nós fomos os primeiros a implantar o Dspace no Brasil; na época, não encontramos ninguém para poder trocar ideia, para poder compartilhar, então, veja, ser pioneiro tem muitas coisas boas, mas também houve muita dificuldade; a gente fez testes com vários softwares antes de escolher o Dspace, para poder colocar todos os objetos digitais que não são revistas e que não são eventos científicos; na mesma época, customizamos o Open Journal System (OJS) que é um software de gerenciamento e publicação de revistas eletrônicas, da biblioteca digital de periódicos (...).**

**Avaliar os resultados das diretrizes, não foram adotados critérios formais, mas, informais, adotamos todos. Porque os nossos pesquisadores falam conosco, ao longo de todos esses anos. A gente estabeleceu um canal direto com o nosso pesquisador que escreve para nós, nos e-mails de suporte, nos telefona. O comitê gestor é meio que subdividido pelo perfil, pelo talento, pelas atividades das pessoas, e esses grupos de suporte tem e-**

*mails e as pessoas conversam ali e a gente responde. Então, os critérios para avaliar o resultado das diretrizes são os feedbacks dos nossos usuários, da comunidade acadêmica, da universidade; eles nos dão esse feedback e a gente vai, e as nossas diretrizes são dinâmicas de acordo com o que vai acontecendo e, também, pela ampliação do RDI.*

**Os pontos fundamentais na confecção das diretrizes foram os direitos autorais**, porque as nossas teses, as nossas dissertações, têm resoluções próprias e institucionais, que fazem com que as pessoas tenham que fazer o depósito obrigatório. Porque, na universidade, parte-se do pressuposto que todo resultado de pesquisa que foi feito com recurso público, aqui dentro, na pós-graduação, deve ser disponibilizada pública e gratuitamente no nosso repositório digital; esta é a filosofia que está por trás das resoluções, digamos assim, ou das normas institucionais que nós temos, que podem ser, ou de conselhos universitários, ou de pró-reitorias, ou do próprio sistema de biblioteca, e isso é **o que nos norteia, é esse pensamento do acesso aberto público e gratuito** que deve ser dado ao resultado de pesquisa feito aqui dentro da nossa instituição.

**Outro ponto que nos norteia é disponibilizar, compartilhar os resultados de pesquisas feitas dentro da nossa instituição (...)**; então, temos esse cuidado, e tem esse cuidado em relação à filosofia com que foi criado o nosso RDI. **Do processo, eu acho que não mudaria nada.** É claro que eu posso pensar que sim, que poderíamos ter feito mais coisas, mas, não com aquilo que tínhamos. Então, acho que olhando para trás, penso, a gente fez aquilo que dava para ser feito, dentro da infraestrutura que dispúnhamos e com recursos que dispúnhamos.

As lições aprendidas com a implantação do RI são várias, como otimizar a utilização dos recursos que você dispõe (humanos, físicos, computacionais, financeiros, todos). Resumindo: **aprendemos como se virar com aquilo que a gente tem, e tentar fazer o melhor e dentro daquela filosofia que eu te falei, a filosofia do software livre, do compartilhamento, do acesso aberto, tudo isso sempre nos norteou e a gente nunca fugiu disso mesmo sendo poucos e com poucos recursos.**

**O retrabalho, a gente tenta ao máximo evitar retrabalho**, mesmo quando as nossas políticas não estavam institucionalizadas se tentou de todos

os ângulos, seja antes do processo, ao longo do processo, quando da filiação de qualquer biblioteca digital, sempre aproveitar da experiência em cima daquilo que já passou e daquilo que a gente já aprendeu, pra evitar o retrabalho, evitar incorrer no mesmo erro. Eu acho que essa é a grande lição que a gente leva com a experiência, é olhar para trás e dizer: “opa, isso a gente fez e funcionou super bem, deu certo, vamos fazer assim para as próximas coisas, ou não vamos usar porque a gente já viu que isso não deu certo”.

**Antes da implantação do RI nós não criamos documentos. (E1)**

*Desde o começo, nós começamos no início dos anos 2001, lá por volta de 2001, 2002, a biblioteca digital de teses e dissertações; em 2005, nós começamos a pensar na migração da biblioteca digital de teses e dissertações para o repositório digital, então, a gente estava estudando repositório em 2005 e ele foi ao ar em 2008.*

*A dificuldade inicial foi que não tinha nenhum exemplo no Brasil para a gente se embasar, começar, discutir com outras pessoas. O IBICT ainda não estava discutindo muito essa questão dos repositórios e a gente teve que estudar só material estrangeiro e a principal dificuldade foi a escolha do software; como no Brasil ninguém usava, ninguém tinha, então, fomos uns dos primeiros a utilizar o **Dspace** para repositório, nós testamos outros softwares; em um deles nós iríamos utilizar, mas, quando vimos que ele não aceitava outro material que não fosse texto, nós abandonamos, porque, já naquela época, nós tínhamos teses e dissertações que tinham áudio, vídeo, imagem. (...) Nós abandonamos o software que estávamos trabalhando e a gente viu que o mundo já estava usando o **Dspace**, mas, nós não tínhamos o pleno entendimento do **Dspace**, então, quem começou a estudar isso foi um bolsista, então, fizemos testes, testes, e aí nós conseguimos converter.*

*Depois, a outra dificuldade que a gente teve, logo de início, foi as autorizações para colocar as teses e dissertações no repositório, porque a gente tinha uma autorização que era uma coisa muito básica, lá pra BDTD. Nós nunca usamos o TEDE<sup>39</sup> do IBICT; muita gente começou com o TEDE e depois*

---

<sup>39</sup> Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações (TEDE), desenvolvido e mantido pelo lbict, tem por objetivo proporcionar a implantação de bibliotecas digitais de teses e

teve que migrar para o Dspace, e tem gente que não migrou até hoje, mas, nós não usávamos o TEDE, então, isso facilitou, porque nós já (inaudível) o IBICT para outra plataforma que era o nosso sistema de biblioteca (...).

O que foi mais importante... Bom, nós começamos de trás para frente, porque nós não criamos uma política. A política nós criamos depois..., o que nós tínhamos era uma orientação das pró-reitorias, que deveriam se entregar as Teses e dissertações na biblioteca e o documento digital, então, era uma orientação. (...). **O mais difícil para nós, no começo, foi a tecnologia que a gente não conhecia.** Ninguém conhecia, todo mundo teve que se apropriar desse conhecimento, **e depois o difícil foi o trabalho de motivar as pessoas a depositar os documentos;** esse é um problema que a gente enfrenta até hoje, mas tem que fazer, é um trabalho contínuo, porque, na universidade, nós treinamos, explicamos para todos que estão entrando e mostramos a importância, e essas pessoas vão (embora). Nós temos aluno novo todo semestre, nós falamos com a graduação, o pessoal do mestrado, do doutorado; todo ano fazemos curso, bom, isso é uma dificuldade, está sempre dizendo a mesma coisa, se não, não funciona, é um trabalho de convencimento.

**Outra coisa, vocês têm que pensar a questão do auto-arquivamento, se o repositório vai funcionar somente por auto-arquivamento ou vai ter as formas de auto arquivo pelos gestores, auto-arquivo pelo autor, ou não vai ter auto-arquivo, vai ser somente alimentado pelas bibliotecas.** Nós temos os dois casos: a produção intelectual, nós não utilizamos auto-arquivo pelo autor; isso foi uma decisão que a gente tomou bem no início, que toda a produção daquela que seja bem descrita e que seja formalizada, a inclusão no repositório tem que passar pelas bibliotecas (...), então, tudo que entra para o repositório entra pelo sistema de bibliotecas, a produção científica e intelectual, os outros acervos entram pelos gestores dos acervos, por exemplo os REA entram pela secretaria de ensino a distância, então, eles que incluem muitos recursos educacionais também e não são os autores são eles e, aí, a gente tem muitas políticas em relação a esse tipo de documento, porque é um documento muito específico e se fizeram muitas

políticas que vieram depois e se agregam às diretrizes iniciais, isso é uma coisa que é bom pensar.

**Como nós implantamos as diretrizes depois do repositório estar pronto e funcionando, então, nós não fizemos uma avaliação das diretrizes;** a gente fez as diretrizes conforme foi posto, porque a gente já tinha uma experiência bem grande com esse tipo de documento, das dificuldades que a gente tinha.

**O ponto fundamental na confecção das diretrizes foi a criação do comitê gestor,** porque ali nós tivemos o apoio de todos, em virtude de cada área do conhecimento ter uma forma de atuar, forma de disponibilizar os documentos, de produzir (...); essa criação do comitê foi essencial pra que tivéssemos o apoio institucional pra depois avançar na política de repositório e agora que a gente quer desenvolver a política de acesso aberto.

**Eu posso te dizer que a gente colocou algumas coisas nas diretrizes que hoje a gente vê que não dá certo,** não foi uma avaliação formal, mas, a gente sabe de algumas coisas. Por exemplo: hoje **não funcionam muito bem (...)** colocar em artigos de periódicos somente o pdf do editor, assim a gente perde muita publicação de periódico, porque muitos editores de revistas boas, conhecidas internacionalmente, permitem que os repositórios depositem pós-print, mas não o pdf do editor.

Então, quer dizer, já é o que vai ser publicado, só que sem dados da publicação, então, isso é uma coisa que a gente tem que rever nesta orientação das diretrizes. A questão dos formatos, nas diretrizes: **não colocar os formatos de arquivos que se aceita, porque isso muda com muita rapidez** e, por exemplo: os Recursos Educacionais Abertos não têm como definir o que vai entrar, então, colocar apenas uma informação de que serão usados no repositório formatos não proprietários (...), então, isso é uma coisa importante de diretrizes, os formatos abertos sempre utilizar.

**Outra diretriz é quanto à produção científica; nosso repositório não é somente de produção científica, mas, é bem separado a produção científica, a comunidade de artigos, trabalhos acadêmicos, livros, temos as teses e dissertações e, depois, temos outras que são os eventos da universidade, que também são de comunicação científica, mas, estão**



*separados pra dar uma ênfase no que a universidade faz e, depois, nós temos uma outra comunidade de acervos gerais; então, isso também é uma coisa que vocês têm que pensar, eu acho, nas diretrizes que nós colocamos, pensar em **que tipo de repositório vocês querem**, é um repositório só de produção científica, avaliada por pares, ou se é também o repositório onde vocês vão incluir outros tipos de acervos importantes para a instituição, e esses acervos não são propriamente de produção científica, mas, são acervos importantes para a instituição; isso é uma coisa que a política de diretrizes de repositórios tem que pensar antes (...).*

***Sim. Outros documentos descenderam das diretrizes de funcionamento.** Quando a gente começou a colocar outras coisas no repositório, a incentivar, por exemplo, a inclusão dos TCCs, o que acontece? A política é geral, as diretrizes são gerais para o repositório; aí, a gente precisa, no nosso caso, que os pró-reitores se envolvam e gerem resoluções e portarias, para que casos específicos sejam tratados, então, por exemplo: tem diretrizes específicas quanto ao depósito dos TCCs, têm diretrizes específicas quanto ao depósito de teses e dissertações, dizendo que, tanto para os TCCs, como as teses e dissertações, os autores não recebem o diploma se o documento não estiver no repositório, se não for entregue para depósito; então, essas coisas vêm depois das diretrizes. (...) **(E2)***

***Eu faço parte desde o começo do RI (...).** Quanto ao processo de criação e aprovação das diretrizes, essa **foi a etapa com mais dificuldades**, pelo seguinte motivo: quando eu cheguei, havia a demanda, aí eu abracei a causa, só que, lógico, a Universidade tinha vários sistemas quando eu cheguei. A bibliotecária estava em um processo de aposentadoria, então, **eu acumulei as funções, fiquei com parte do repositório e com outras demandas;** então, antes de colocarmos o repositório efetivamente no ar, **eu fiquei basicamente 3 anos estudando ferramentas, estudando a metodologia,** como ele opera, qual é o processo de implantação, qual é a linguagem, qual é o tempo de upgrade, como são os processos..., e, nesse meio tempo, eu participei de fóruns, discussões, eventos sobre repositórios, eu, basicamente, fui observando aquilo que as pessoas mais focaram, política, política, demanda*

de política, então, quando eu fui escrever a política, **eu basicamente peguei as políticas de pessoas que já tinham mais tempo trabalhando com repositórios** (a Fiocruz, a UFRGS e a USP que já tinha até mais de 1 repositório). Então, eu me baseei muito na política deles, vi o que eles tinham em termos de portarias nas políticas e escrevi a política da universidade e submeti à minha chefe, que enviou o documento para correr os trâmites burocráticos da instituição, mais, só pra você ter uma ideia, entre o tempo que eu mandei pra ser aprovado pelo conselho, demorou 1 ano.

**A gente ainda não fez um questionamento sobre as diretrizes. Ainda não passamos por nenhum processo de avaliação.** Porque, o que acontece? **A gente sempre tenta aprender com o erro dos outros**, então, a gente sempre partiu daquilo que é bom, que vimos nas discussões, nos eventos, que são os pontos fortes. Os pontos fracos não colocamos na política, deixamos como se fossem diretrizes internas, nos *modus operandi* que vamos regular depois, e ir aperfeiçoando. A gente deixou a política mais clara e simples possível, de forma que a gente consiga ir complementando, sempre que for necessário, com diretrizes ou normativas.

Em 2015, nós efetivamente lançamos o RI, colocamos ele no ar. Na verdade, ele foi instalado em 2015, também teve umas atualizações no **Dspace** que eram, meio que problemáticas, então, fizemos a atualização para a versão mais estável na época e, efetivamente, nós lançamos em janeiro de 2016.

**O que nós mudaríamos? Não tem!** Pelo seguinte motivo: antes de colocar o RI no ar, além da gente olhar as experiências, a gente priorizou o que as pessoas falaram e o que elas fizeram de errado.

**Uma coisa que eu aprendi é que você tem que contar com alguém que vai servir de modelo, que compre a ideia e que vá fazer a divulgação desse modelo para a comunidade. A maior dificuldade é convencer as pessoas**, principalmente os professores, sobre qual é a importância disso, porque que isso é relevante não só para a instituição, mas, para ele principalmente, porque o RI vai divulgar a produção dele. Então, essa é a maior dificuldade que você vai ter, que a gente enfrenta diariamente, só pra você ter uma ideia, mesmo com a política aprovada, com as normativas, com as pessoas publicando e depositando seus artigos, seus livros, os capítulos de

livros, a gente quis fazer uma campanha massiva sobre a importância disso, que continua até hoje, então, não é uma coisa que é dada.

Olha, é como eu te falei, você deve evitar não misturar alhos com bugalhos, por exemplo: a gente bateu o martelo que o nosso repositório é só produção científica, **nós não recebemos dados de pesquisa (...). Isso é uma coisa que achamos que não vale a pena fazer.** Lógico que, se você partir por esse caminho, você tem que pensar muito na sua instituição, isso é viável para ela? É interessante para ela? Por exemplo: se você for ver o exemplo da UFRGS, ele é um repositório maravilhoso, eles não acumulam só produções (ilegível), acumulam materiais de questão arquivística, trabalhos de congresso, a gente definiu de uma outra forma. Nosso repositório, por exemplo, nos eventos que são da casa, a gente utiliza um software OCS (Open Conference Center); então, nos eventos da casa, eu dou o treinamento sobre ele, as pessoas fazem a inscrição do trabalho e publicam os anais; então, para os eventos que estão na casa, a gente não precisa duplicar no repositório; agora, se o pesquisador publicou em um evento fora, pode depositar o trabalho no repositório. A gente evita ter duplicata até porque o espaço no HD não é infinito as pessoas tendem a achar que é infinito, mas não.

**Outros documentos não foram criados antes da política.** A gente partiu da política e, da política, a gente fez as diretrizes, os termos de uso e, agora, há pouco tempo, foi lançado uma FAQ (perguntas frequentes), mas, tudo partiu da política, a gente não fez nenhum documento prévio, porque na política já diz quem é responsável por cada parte, qual o objetivo, etc. **(E3)**

**Desde 2013, o projeto se iniciou em 2009,** aí tiveram outras duas ou três pessoas antes que ficaram responsáveis pelo repositório, agora eu sou o responsável.

**A gente não tem uma política institucionalizada, que é através de uma portaria de uma resolução, não tem.** A gente tem as regras, está no site, nós temos manuais dizendo como é o funcionamento do repositório. Na verdade, nós ainda não conseguimos implementar a política do repositório, nós já temos todas as regras, de como a gente pode colocar, como é o funcionamento, quem é responsável pelo que. No passado, nós fizemos um diagnóstico do repositório e agora uma das próximas ações é essa, que, **no**

*caso, é criar uma minuta da política, mais ou menos do que a gente já faz hoje e tentar fazer com que elas estejam institucionalizadas, aprovar ele perante a universidade, através do conselho universitário.*

**O que acha mais importante em uma diretriz de funcionamento?**

*Ela é boa, porque faz com que toda a universidade faça o autodepósito; 90% das nossas coleções são em autodepósito, com exceção da coleção de teses e dissertações que é através de uma outra forma legal que vem através de impressão, mas, o restante é através de autodepósito, principalmente dos TCCs, que é o que está regulamentado; no caso, é através de uma portaria que regulamentou a inclusão de todos os TCCs, esse é o que está oficializado dentro da universidade, os outros são regras, no caso, se você for o dono da coleção ou da comunidade você se responsabiliza pelo direito autoral e pelo que vai ser descrito, e segue alguns passos, que são as regras gerais, dizendo o que pode colocar e o que não pode, tem que incluir alguns metadados dependendo do tipo de material, então, na verdade, ele tem uma vantagem que engloba a universidade para que ela faça o autodepósito, mas, ela também tem um grande problema do autodepósito, que é a inclusão dos metadados (interrupção, queda de conexão). **Regulamentar, o autodepósito, isso é importante**, porque você consegue fazer com que o maior número de pessoas envolva um maior número de documentos da universidade ali, essa questão é só a questão dos metadados, quando tem uma regra mais definida, uma coisa mais institucionalizada...*

**Deve-se fazer regras para tentar evitar criar coleções que não tenham contextos históricos, artísticos, documentos que não sejam de produção científica, tem que ser documento que realmente tenha relevância para estar ali;** têm muitos documentos que estão ali perdidos, por exemplo: portarias que não têm nenhuma relevância para a instituição, se for uma portaria criada, sei lá, por um instituto alguma coisa que tenha relevância é interessante, agora, têm vezes que o pessoal coloca só portaria (corrente), então, esse tipo de documento tem que evitar no repositório, deveria estar mesmo no repositório a documentação no contexto importante, até porque é para um pesquisador, para quem quer realmente fazer uma pesquisa.

*Não, não tem. O que temos é licença padrão, a Licença Creative Commons: Atribuição-Não Comercial 3.0 Brasil (CC BY-NC 3.0 BR). (E4)*

Conforme relatos, observa-se que o processo de criação e aprovação das diretrizes de funcionamento do RI teve variadas formas de se constituir dentro das instituições, até pelo caráter individual de cada uma. no entanto, parece ser um consenso a complexidade de desenvolvimento e aprovação das diretrizes que resultam em um “**processo longo**” até sua constituição, termo utilizado pelo E1; o E2 criou as diretrizes de funcionamento apenas depois de criado seu RI; o E3 levou três anos estudando, mais um para aprovar, resultando em 4 anos e o E4, apesar de já ter o RI há alguns anos, ainda não conseguiu implantar suas diretrizes.

A quantidade de pessoal envolvido nos RIs figura como um entrave no processo de aprovação das diretrizes, pois três dos quatro entrevistados, quando narraram o processo de aprovação e criação do RI, alegaram que, inicialmente, eram **poucos funcionários envolvidos**. Importante lembrar que o questionário aplicado às universidades federais apresentou que, no quadro atual, a média de funcionários dedicados ao RI (não foi verificado se exclusivamente) é 4,8 por instituição e, 78,6% dos respondentes, consideraram insuficientes as quantidades de pessoal dedicados ao RI.

As instituições, em sua grande maioria, não fizeram uma **avaliação das diretrizes de funcionamento** de seus RIs após sua implantação, devido aos percursos que cada uma traçou. As justificativas variaram, por exemplo: as diretrizes possuem pouco tempo de implantação; utilizamos a expertise de outras instituições; as diretrizes foram aprovadas após a criação do RI; então, já teriam muita experiência acumulada. Uma das instituições colocou que as avaliações se dão de maneira informal, conforme o feedback de seus usuários; isso traz agilidade e dinamismo nas atualizações das diretrizes de funcionamento, solução que parece ser a melhor, dentro do que foi apresentado.

Ao relatar as dificuldades, dois dos entrevistados frisaram a questão do envolvimento das pessoas, ou seja, **convencer as pessoas a depositarem seus trabalhos no RI**. Aqui, percebe-se o desafio da divulgação e/ou marketing do RI; essa observação apontada pelos entrevistados também pode ser sustentada em Suber (2004), quando diz que, o maior obstáculo que o acesso aberto pode enfrentar, é a inércia ou omissão dos próprios autores.

O E1 informou que, para a criação das diretrizes de funcionamento o RI, sempre funcionou como comitê gestor e dentre os vários assuntos discutiu-se sobre a **inserção e submissão dos objetos, atribuição de metadados**, sobre os **recursos financeiros**, inclusive para a compra da **máquina servidora** que seria necessária para o início.

Outro ponto comum entre as respostas de dois entrevistados foi o fato de estarem entre os mais antigos em RIs. Foi a questão do novo para a época; naquele momento, a dificuldade em descobrir como funcionava e como deveria ser a gestão em um RI, além de não ter ninguém para compartilhar informações, como, por exemplo, a escolha do software. Podemos afirmar que esse problema será menor para as próximas instituições que forem criar seus RIs, pois, já há muitas instituições que podem servir de exemplo. No caso das entrevistas, foi unânime o uso do software **DSpace**. Esse uso alinha-se ao entendimento apontado na literatura por meio do IBICT (2018) que, em seu entendimento, esse software

[...] foi desenvolvido para possibilitar a criação de repositórios digitais com funções de armazenamento, gerenciamento, preservação e visibilidade da produção intelectual, permitindo sua adoção por outras instituições em forma consorciada federada. O sistema foi criado de forma a ser facilmente adaptado. Os repositórios DSpace permitem o gerenciamento da produção científica em qualquer tipo de material digital, dando-lhe maior visibilidade e garantindo a sua acessibilidade ao longo do tempo (IBICT, 2018, p.1).

Como pontos fundamentais, foram apontados pelos entrevistados a **constituição do comitê gestor**, porque traz o apoio institucional, devido ao fato de ter representantes de diversos segmentos da instituição; a **motivação aos cientistas, quanto ao depósito** de seus trabalhos e, por fim, os apontamentos sobre os **direitos autorais** que corroboram com Swan (2005), pois alertam sobre o desconhecimento sobre o movimento de acesso aberto pelos autores, a falta de tempo, o medo da perda do controle de sua obra entre outros.

Quanto às lições aprendidas e as recomendações baseadas no que cada entrevistado já vivenciou e/ou estudou, foi apontado que é importante **ter parcerias, pessoas, que se identifiquem com a proposta do RI e que**

**colaborem com a divulgação.** Nesta afirmação, podemos fazer a ligação com o comitê gestor multidisciplinar, já dito como importante para o apoio institucional por outro entrevistado; **otimizar recursos; evitar retrabalho; evitar duplicatas.**

O E3 recomendou **evitar dados de pesquisa**; entende-se que deve haver outro repositório para esse tipo de material; e o E2 **não recomenda colocar nas diretrizes somente o “aceite do PDF do editor”**, pois, muitos editores permitem a publicação do pós-print, mas, não do PDF. Também alertaram sobre os formatos de arquivos; a recomendação foi de **apenas citar que se aceita formatos de arquivos não proprietários** e, por fim, **pensar como o RI será composto**, se só com a produção científica avaliada por pares ou vai ter outros tipos de acervos importantes para a instituição, mas, que não são propriamente de produção científica.

Quanto à criação de documentos, as experiências mostram que se determinam as diretrizes de funcionamento do RI e, a partir delas, criam-se os complementos ou outras diretrizes mais específicas.

### **6.2.2 - Emprego da Análise de Conteúdo da Categoria 1 – Equipe de trabalho e competências**

Para Leite (2009), na fase de planejamento de um RI, uma das questões a ser considerada são as competências necessárias e a constituição da equipe. A constituição de uma equipe que atuará no repositório deve ser balizada pela multidisciplinaridade e o gestor responsável deve ser o elo entre essas pessoas, permitindo que sejam eficazes, que tenham confiança entre si, além de possuírem uma sensação de identidade de grupo. Viana e Márdero Arellano (2006), a partir da avaliação de políticas, perceberam que um dos fatores de possível impacto no sucesso dessas políticas é a atuação dos membros da equipe responsáveis pela implantação do RI.

As respostas dos entrevistados nos permitiu identificar que as equipes de trabalho, em sua maioria, iniciaram com profissionais bibliotecários e analistas de sistemas. Apenas uma instituição foi constituída somente por profissionais da biblioteconomia; no entanto, o entrevistado, ao responder a

pergunta sobre quais atores consideraria ser pertinentes na constituição de um RI, relata que o ideal é que se tenha, no mínimo, um bibliotecário, que deve ser o administrador, um analista de sistemas e, se nas diretrizes de funcionamento do RI for adotado o auto-depósito, deve haver um profissional que será o validador, que deve ser um bibliotecário com alto conhecimento em catalogação.

Argumenta que, se a composição do RI for composta apenas por bibliotecários, deve haver alguém com conhecimento em TI (conhecimento semelhante a de um analista). Com relação à fala do entrevistado quanto a se ter um “bibliotecário administrador” na gestão do RI, podemos relacionar a prática baseada na vivência do entrevistado com a teoria de Abrizah; Noorhidawati; Kiran (2010) que, ao estudar a visibilidade de RIs na Ásia, compreendeu que as bibliotecas devem ser locais apropriados para a criação de RIs e que os bibliotecários são os profissionais ideais para atuar como agentes de mudança, na promoção e na visibilidade do RI das universidades, como fontes potencialmente importantes de informações para seus usuários em todo mundo.

***A equipe responsável pela implantação e formulação das diretrizes de funcionamento do RI, é o comitê gestor do RDI. Formado por: bibliotecários, professores de informática, pessoal de TI, 03 técnicos em tecnologia da informação. A equipe é multidisciplinar, desde seu início foi constituída de forma multidisciplinar e é esse comitê gestor que faz tudo, é o mesmo que faz as diretrizes.***

*Quanto ao papel de cada (...) é complexo, mas, basicamente, a gente separa o repositório digital institucional, que é o grande repositório e, dentro, têm várias bibliotecas digitais (bibliotecas digitais de teses e dissertações, biblioteca digital de periódicos, biblioteca digital de eventos científicos, bases de dados científicos) e várias coleções (Recursos Educacionais Abertos, Práticas Educacionais Abertas, coleções especiais, livros...); a **nossa equipe é subdividida pra cuidar dessas bibliotecas digitais da base de dados científicos**, que é nova e as coleções e as pessoas fazem mais de uma tarefa também; tem gente que cuida de várias bibliotecas digitais de coleções, **todos são multifuncionais.***



**A configuração da equipe de implantação para a atual gestão não mudou, ela ampliou.** Com a criação da base de dados científicos, a gente trouxe mais bibliotecários, mais bolsistas de informática e mais um técnico de informática do quadro efetivo.

Para a gestão do RI,  **você precisa ter, no mínimo, o pessoal de informática e biblioteconomia**, no meu entendimento, porque, ou você não consegue ou você vai ter muitas dificuldades para poder criar, para poder manter e para poder fazer a gestão do RI. Esses profissionais são essenciais. **Você pode ter outros, hoje temos designer (que faz a programação visual)**, você pode trazer outros profissionais, mas, informática (ciência da computação) e biblioteconomia, no meu entendimento, são essenciais ao processo. **(E1)**

Vou contar a história do início, Quando nós tínhamos o sistema de bibliotecas, era um sistema proprietário desenvolvido aqui (...); então, em 1995, não tinha mais condição de manter um sistema proprietário, por falta de pessoal (...); então, se pensou em adquirir um software. (...). Então, naquela época, **se criou um comitê de 5 bibliotecárias, 2 analistas, mais os bibliotecários da direção da biblioteca central**, pra fazer uma análise e trocar o software proprietário (...); depois, em 2005, **quando começamos a falar no repositório, aí, os bibliotecários que mais trabalharam nisso foram 3 bibliotecárias, 2 analistas e os bolsistas**; foi quando nós começamos a pensar o repositório.

Então, nós fomos sendo designados para trabalhar no repositório com as analistas, dentro da gestão do sistema de bibliotecas; **a gente não trabalhava só no repositório, trabalhava na gestão do sistema de bibliotecas e no repositório**; só que, com o passar do tempo, nós sempre tivemos o apoio do pessoal das bibliotecas setoriais, que são as pessoas que incluíam a produção; então, isso foi o que nós fizemos, foi conectar os bibliotecários do SIBI com CPD, **nós que fazemos a gestão do repositório**, e qual é o nosso papel, também, participar de todas as reuniões de chefia para sempre levar as novidades do repositório, falar das novas comunidades, chamar os bibliotecários quando precisa, criar uma comunidade que tem características muito específicas de uma área como por exemplo “instituto de

artes" (...). **Então, a nossa equipe aqui para o repositório hoje são 2 bibliotecárias, 2 analistas e 2 programadores.** A gente está migrando a versão do repositório; por isso, têm mais programadores envolvidos também. **Mas, a nossa equipe é muito grande porque nós temos todos os catalogadores de produção intelectual das 32 bibliotecas.** Então, a nossa equipe é muito grande, as pessoas não são do repositório, mas, trabalham para o repositório o tempo todo.

**Essa equipe faz a parte essencial do repositório; nós gerenciamos, mas, essa parte é muito importante, porque os metadados que vão para o repositório são carregados automaticamente, a partir da catalogação que foi feita no sistema de bibliotecas.**

**Para constituir a gestão do RI, tem duas coisas diferentes.**

**Só o comitê gestor tem docentes, 1 de cada área do conhecimento, tem o pró-reitor de pós-graduação, por causa da produção intelectual, 1 representante da biblioteca central (...) e todos os técnicos do CPD fazem parte do comitê gestor, mas, esse comitê gestor é só para tomar decisões maiores em relação ao repositório. As outras decisões de gestão, no dia a dia, quem faz isso sou eu mais uma bibliotecária, 2 analistas e 2 programadores, que fazem a gestão do dia a dia do repositório, que entra em contato com os bibliotecários, quando tem problema na entrada de material, que verifica o carregamento, (...); às vezes, dá erro na carga, porque os metadados não combinam, esqueceram de colocar algum campo essencial lá na catalogação; então, o documento não está indo para a comunidade certa; então, essas são coisas da gerência do dia a dia. Fora **estar sempre fazendo estudos, revisão de metadados, respondendo muitos e-mails de autores, principalmente nas questões de direito autoral (...). Nós fazemos, também, os treinamentos, eu e a outra bibliotecária fazemos os treinamentos para os bibliotecários (...), treinamento nos cursos de pós-graduação, nos cursos de graduação. (...). Pensem em que tipo de repositório vocês querem para saber que tipo de equipe vocês vão querer.****

**Não nos dedicamos somente ao RI, e isso não prejudica a qualidade, porque nós conhecemos muito bem o Sistema de Bibliotecas, o Sistema de Automação, nós conhecemos muito bem o Alephi, (...). Então, como a gente tem essa ligação muito estreita com o SIBI, não é prejudicial. O**

que eu acho prejudicial é que, se não tiver uma relação tão estreita assim, é difícil de trabalhar, quando os bibliotecários estão lá nas bibliotecas, os analistas estão lá no CPD; eu acho que o prejudicial é a falta de diálogo... se você tiver as coisas separadas, agora, se vocês gerenciarem na biblioteca todo o repositório e pode ser por bibliotecário não precisa ter analista, porque o **Dspace é bem fácil de trabalhar**; se você gerenciar e depois escolher uma biblioteca para gerenciar o repositório e lá vai ser o que vai congrega os dados do repositório e o CPD, vai simplesmente gerenciar o servidor para manter o acesso; eu acho que aí não tem problema, agora, se vocês precisarem do CPD para um trabalho mais próximo do repositório e não tendo uma relação mais estreita com esses profissionais (programadores e analistas), eu acho que é bem complicado. Quando vamos aos eventos, todo mundo diz: “vocês são um sonho de toda universidade brasileira, porque vocês têm bibliotecários que trabalham com os analistas e conversam de igual para igual”. Claro que isso é o sonho de todo mundo, mas, a gente conseguiu isso com muita luta. Estamos aqui trabalhando com as analistas há 18 anos. **(E2)**

A equipe responsável pela implantação do RI foi constituída da seguinte forma: quando eu cheguei, tudo ficou comigo, então, eu comecei a estudar o repositório e, naquela época, eu levei para a minha diretora a quantidade de pessoas e ela levou para a coordenadora dos sistemas, e a gente definiu uma equipe mínima, que a gente batalhou bastante pra ter e, a partir do momento que a universidade foi fazendo concursos, a gente começou a absorver as pessoas para a equipe; **mas, começamos, que eu me lembro... de partida, começou com 2 pessoas, eu e a funcionária X e depois mais 2, depois 4 e, agora, estamos chegando a 6 pessoas. Foi montada exclusivamente por bibliotecários.**

Aqui na Universidade, o que acontece, eu sou lotado como bibliotecário, mas, não efetivamente; meu trabalho é dentro das bibliotecas; como eu faço TI, eu fico com essa parte de instalação, então, a equipe de TI da Universidade só cuida da parte de virtualização, alocação de espaço lógico e backup, então, toda a parte de instalação fica comigo (software, atualização, configuração, customização). A funcionária X faz a parte de validação e a gente hoje está com um curador que faz a parte de

*curadoria digital e tem uma pessoa que está fazendo a entrada de alguns dados que temos digitalizado e aquilo que as pessoas não querem, ela deposita. Exemplo: tem alguma dificuldade com computador, então, a funcionária faz o depósito para essa pessoa que tem a dificuldade e temos mais 2 pessoas chegando para ajudar e, basicamente, eu sou o analista, o responsável pelo sistema.*

*Para a composição do RI, sem sombra de dúvida, precisa de um analista; é muito difícil você conseguir um analista dedicado, dedicado que eu falo é à sua disposição para fazer isso, porque, geralmente, um analista em uma instituição pública, ele vai cuidar de várias coisas, um analista que vai estudar aquela ferramenta, fazer as customizações necessárias a pedido da instituição, etc. Vai precisar de um administrador, um bibliotecário administrador, não necessariamente ele precisa ter o domínio de TI, mas, que vá ser o responsável por gerir senhas e o controle (ilegível); um validador se você trabalhar com auto-depósito, se os alunos, professores, funcionários vão poder fazer o auto-depósito, você precisa de alguém muito bom em catalogação para fazer a validação dos dados, um administrador e um TI, isso é uma equipe básica que você precisa. (E3)*

*Na verdade, não tem equipe; na verdade formal, eu estou com a parte da Biblioteca Universitária e tem um analista por parte do setor de tecnologia. Eu não tenho uma equipe formalmente constituída, a gente até tinha encaminhado um documento, mas, com o tempo, na verdade, ele até se perdeu; tentou-se criar uma equipe, inicialmente com bibliotecários, analistas, professores, mas, na verdade, o repositório da Universidade não tem uma equipe formal. Não tem um comitê gestor instituído, então, quando for criar a política, a ideia é ter esse comitê gestor...*

*Eu considero que o RI precisa, no caso, tem que ser bibliotecário e analista de TI; esses dois são os principais e, dentro da comissão, tem que ter pelo menos 1 de cada comunidade, para abranger todo o repositório. Não 1 de cada comunidade, 1 de cada centro, que são comunidades maiores. Na questão prática mesmo, não é necessário, tendo os analistas e os bibliotecários já é suficiente. Mas, para o comitê, para trabalhar a política mais geral, precisa de outros profissionais.*

***Dedicação exclusiva não tem, todo mundo tem uma outra função, tanto eu quanto os outros analistas. (E4)***

Pelas entrevistas, nota-se que o número de integrantes que compõem os RIs não são uniformes, mas, observa-se que três instituições possuem, no mínimo, seis pessoas trabalhando no RI; apenas a instituição que ainda não implantou as diretrizes de funcionamento tem um número menor de integrantes, sendo duas pessoas envolvidas diretamente como o RI.

Todos os entrevistados consideraram ser importante que o comitê gestor seja composto de maneira multidisciplinar. Além dos bibliotecários e analistas de sistemas, outros profissionais também foram considerados importantes para o RI, mas, não são profissionais centrais, são eles: curador digital, programadores, designer de programação visual. Nas questões sobre a equipe, buscou-se os conhecimentos tácitos por parte dos entrevistados, pois compreendemos que ajudará as instituições que ainda não possuem seus RIs; no entanto, ressalta-se que, muito do que foi registrado nas entrevistas, reflete o que a literatura (registrada) já apresenta, como o que é relatado no trabalho de Leite (2009, p. 40) sobre a constituição do RI ao dizer que

uma equipe capacitada e comprometida com a realização do projeto. Idealmente, uma equipe multidisciplinar constituída por bibliotecários, analistas de sistemas, profissional de comunicação/marketing atende às necessidades de planejamento e execução do projeto.

Dois dos entrevistados destacaram que há uma diferença entre Comitê Gestor e a Gestão do dia-a-dia do RI. Entendem que o comitê gestor deve ser composto por profissionais de variadas formações dentro da instituição (bibliotecários, analistas, professores, reitores, técnicos), cuja função está alicerçada em decisões mais abrangentes que refletirão nas políticas, portarias e outros documentos da instituição e, inclusive, a gestão do dia-a-dia, que está vinculada ao trabalho operacional e, nesse caso, bastam apenas os bibliotecários e analistas de sistemas. Importante frisar que a “gestão do dia-a-dia” em nada altera a composição do comitê gestor, e os entrevistados não apontam a necessidade do comitê gestor ser desmembrado ou a criação de outra gestão, ou seja, formalizada por meio de documento; essa diferença foi

posta apenas para melhor entendimento de como ocorre a gestão de um RI na prática.

Observa-se que os integrantes dos RIs não trabalham exclusivamente para o RI, ou seja, todos exercem outras funções dentro da instituição. Dentre as atividades do RI, destaca-se a importância da catalogação, a inserção correta dos metadados, atividade essa diretamente ligada à equipe de trabalho do RI, mais especificamente os profissionais bibliotecários.

### **6.2.3 - Emprego da Análise de Conteúdo da Categoria 1 – Submissão da produção científica**

A submissão de um trabalho no RI envolve etapas e regras que o autor deverá realizar para ter seu trabalho disponibilizado. É importante resgatar que repositórios institucionais não editam e não publicam trabalho, eles apenas disponibilizam documentos que já foram publicados ou foram avaliados pelos seus pares, tais como as teses e as dissertações. Quanto às diretrizes relativas à submissão da produção científica, deve contemplar aspectos relativos aos embargos e concessões, aos direitos autorais, tipos de documentos que serão aceitos, etc.

Segundo Costa e Leite (2009), o RI permite a submissão de vários tipos de documentos, tendo de a pesquisa ser “científica ou academicamente orientado”. Assim sendo, ressaltam-se dois pontos, os quais têm relação com decisões presentes nas diretrizes de funcionamento: O primeiro é que “cientificamente orientado” deve significar conteúdo reconhecido e validado pela comunidade científica, o que, por sua vez, aponta, necessariamente, para as “publicações” científicas, especialmente o artigo de periódico. O segundo é que “academicamente orientado” flexibiliza a perspectiva da validação alcançada pelo *peer review* e contempla, também, outras formas de comunicação científica, mais informais, inclusive material de ensino (COSTA; LEITE, 2009, p. 164).

Nesta categoria, perguntou-se sobre como foi definida a forma de depósito da produção científica da universidade e sobre os embargos e concessões, tipos de documentos a geração de patentes. Quanto à modalidade de depósito, todos os entrevistados declararam que as teses e dissertações

são obrigatórias (de ordem mandatória), até porque podem se apoiar na portaria nº 13 da CAPES.

Duas universidades também adotaram a obrigatoriedade para Trabalhos de Conclusão de Curso – TCCs; uma tem um projeto para tornar obrigatório esse tipo de documento. O E3 expôs a problemática de não haver uma regulamentação, por parte do Ministério da Educação, padronizando o projeto final a ser entregue na conclusão de um curso de graduação. Dessa forma, na instituição em que atua, há cursos que têm TCCs, há outros que não, dificultando, assim, estabelecer a obrigatoriedade do depósito desse material no RI. A sugestão do E2 foi que a própria instituição regule a questão dos TCCs e entende que os Pró-reitores (por exemplo) podem estabelecer a obrigatoriedade; é claro que isso deve ser discutido junto ao Comitê Gestor do RI.

Para a produção que não é mandatória, as quatro universidades, em alguma medida, adotam o autoarquivamento (onde o próprio autor faz o depósito), mas, ainda não é suficiente. Xia *et. al.* (2012) traz o exemplo da Universidade de Southampton que, em janeiro de 2013, foi pioneira na adoção de política de mandato de autoarquivamento, possibilitando reunir em apenas um local (RI) toda produção científica gerada pela instituição.

O E2 faz uma observação, no sentido de compartilhar o olhar para além dos estudos que direcionam esforços em estabelecer, de alguma forma, o depósito obrigatório aos documentos que não possuem uma legislação, regulamentando tal obrigação; aponta outro caminho, que pode ser o “incentivo” para o pesquisador depositar seus trabalhos no RI, por meio de políticas estabelecidas pela instituição, sendo como principal, a Política de Acesso Aberto. Nesse ponto, cabe a discussão, junto às instituições, da possibilidade de se criar, em conjunto, as diretrizes de funcionamento e a Política de Acesso Aberto.

*A forma de depósito da produção científica da universidade é mandatória. Deixa eu retificar: os trabalhos que são resultados de nossos cursos de graduação ou de pós-graduação (TCCs, especializações, teses e dissertações), são mandatórios; mas, alguns outros tipos de documentos não são, como, por exemplo, REA; PEA; o pesquisador*

professor deposita no nosso repositório se ele quiser, não é obrigatório, porque é um material que ele utiliza pra dar a aula dele, e é feito por autoarquivamento. **Temos 2 tipos no nosso repositório: para alguns tipos de materiais é mandatório e, para outros, é voluntário.**

**Não existem documentos em que o autor explicita seu consentimento, só para restrição;** para a gente embargar uma tese ou uma dissertação, a gente precisa da solicitação (documento) do autor, que seja assinada pelo orientador e pelo coordenador da pós-graduação, porque **ele tem que dar uma justificativa e vir assinado.**

**Depende, às vezes sim, o discente pode decidir manter o arquivo retido.** Desde que esse pedido do aluno venha assinado pelo seu orientador e pelo coordenador da pós-graduação que podem avaliar se aquela publicação no repositório digital, antes da publicação, pode ter alguma implicação; então, só as restrições é que a gente analisa caso a caso, e sempre tem que vir assinado pelo coordenador da pós-graduação. **O período também depende de cada caso de restrição, ele é analisado individualmente.**

**Durante o período de restrição, não existe a obrigatoriedade da inserção dos metadados** do trabalho; depois do período de restrição sim, o arquivo é disponibilizado.

**Quando o trabalho gera patente, pra mim é um exemplo de restrição.** Quando ele publicou em uma revista que ficou com os direitos autorais e que essa tese ou essa dissertação estava com o mesmo formato daquilo que está em vias de publicação e a editora impede que seja disponibilizado, entra no mesmo caso de restrição, sempre tem que vir assinado, o que eu quero te dizer é, não é o aluno que decide se ele disponibiliza ou não, porque a disponibilização das teses e dissertações são mandatórias e tem que ser devidamente justificado.

**Não tivemos nenhum caso desse (autor de publicações ou patentes, menor de idade), nunca vi.** Eu imagino que tenha aluno, mas, quando ele finaliza, já passou a ser maior de idade. A universidade possui o setor profissional e tecnológico, que tem vários alunos menores de idade e eles fazem o TCC, mas, eu não sei te responder se alguém já terminou o TCC tecnológico ainda menor de idade, mas eu nunca vi. **(E1)**



**Nós não temos uma política mandatória para artigos, capítulos, e eventos, nós só temos para TCCs, teses e dissertações.** Porque isso é fácil de gerenciar e é fácil dizer para os alunos: “você não receberá diploma se não colocar no repositório”. Então, **basta as pró-reitorias definirem isso como diretriz**, aliada às diretrizes do repositório e que funciona, aí ninguém discute.

(...) Nós deveríamos ter a **política de acesso aberto**. Tendo uma política de acesso aberto, a universidade tem que incentivar o depósito no repositório, **não só ter esse mandato, mas, incentivar de alguma forma**. Por exemplo: a publicação em acesso aberto em revistas estrangeiras, como na Plos (Public Library of Science), na Pubmed é feita mediante pagamento. Então, a universidade, por exemplo, tem que incentivar ter publicações em acesso aberto; hoje, quando o pesquisador publica em uma dessas revistas, ele tira a verba do seu próprio projeto para publicar em acesso aberto, ela vai ter que incentivar como: utilizando o repositório para alguns índices de gestão do conhecimento, departamentais, índices de gestão da pesquisa e incentivar em relação ao custo que é publicar em acesso aberto. Porque, ao contrário que a maioria do pessoal fala que o acesso aberto é gratuito, ele não é gratuito; imagina quantas pessoas estão trabalhando para que o repositório possa colocar isso em acesso aberto; tem muito dinheiro e, isso se a universidade investir em acesso aberto, também ela vai ter que desembolsar, vai ter que ter uma rubrica, aonde ela vai ter que desembolsar esse dinheiro como um incentivo claro, não pra todos os pesquisadores, mas, para aqueles que tiverem claro um índice de, sei lá..., aí as instituições têm que criar os seus índices de avaliação para incentivo.

**As restrições, os embargos. Isso é um outro problema bem difícil de gerenciar**, e tem que estar lá na **política de acesso aberto**, a questão dos embargos. Porque, hoje, o que acontece? O pessoal faz uma tese, uma dissertação e até um TCC e quer publicar; então, quer publicar principalmente em revista estrangeira e as revistas querem o ineditismo e, se o trabalho estiver no repositório, algumas revistas não publicam (...). Então, eu te digo que isso tem que estar lá na política, e nós não temos e, por isso, que nós sofremos; hoje, nós temos muita coisa embargada, (...). Então, o que a gente

fez? Criamos uma outra diretriz, como nós não temos a política, nós **criamos uma diretriz de depósito oficial.**

**Existe também o embargo total, porque aí a pessoa não quer ou não pode por exemplo, uma patente: não pode colocar no repositório, então, tem um embargo parcial, mas, eu embargo até a publicação da patente. Nós temos também uma parceria com a secretaria de desenvolvimento tecnológico e, quando uma tese vai gerar uma patente, a tese fica depositada no repositório sem acesso, fica no servidor do repositório, mas, sem acesso e, assim que a patente é concedida, nós disponibilizamos a patente e a tese, então, isso é outra diretriz.**

E, em relação aos embargos, hoje os nossos autores têm total liberdade para embargar os documentos quando é para publicação, também têm as pesquisas que são de “prioridade nacional”; não lembro o termo que se usa, mas, por exemplo, a farmácia que vai gerar medicamentos, então, isso é uma prioridade nacional, gerar medicamentos para melhorar a saúde, as condições de vida da população; então, essas teses são guardadas sob sigilo, nem a defesa é aberta. Mas, por quanto tempo esse embargo? **Nós não definimos em nenhuma diretriz o tempo de embargo, e isso deveria estar lá na política de acesso aberto** que, uma tese que vai gerar artigos, vai ser embargada por até 2 anos, 3 anos, aí depende da área. Tem áreas que publicam muito mais rápido que outras, então, como isso não está definido em lugar nenhum, nós não definimos, nós temos embargos de teses, até o ano de 2060.

Nas nossas diretrizes, foi ratificado pelo comitê gestor que, só terá metadados, se tiver o documento, (...), porque o princípio do repositório, qual é? O acesso aberto, começando lá do início é o acesso aberto, a visibilidade e a gestão da produção em acesso aberto; então, nós não colocamos somente os metadados; se não podemos colocar um documento total ou parcial, os metadados não vão para o repositório (ilegível); vocês vão ter que pensar que tipo de repositório querem, se só de acesso aberto puro, ou seja, vai ter os documentos só em acesso aberto, não vai ter os embargados, então, **uma de nossas diretrizes posteriores foi aceitar o documento parcial;** então, a gente pede para o autor se não pode disponibilizar o documento completo; quando entregar na biblioteca, entregar o documento parcial que vai ser

disponibilizado e o documento completo, que vai ser guardado, porque, o que acontece, tem que guardar esse documento completo, porque esse documento completo concedeu o grau a essa pessoa, então além de ser um documento da produção científica, ele é um documento comprobatório da concessão de um grau pela instituição; muitas pessoas consideram isso um documento de arquivo.

**Temos menores de idade, mas, se formam maior.** Nós temos o pessoal do colégio de aplicação que, aí, é primeiro grau e segundo grau, mas eles não geram documento científico; na verdade, quem gera o documento é o professor, que pode gerar documentos baseados em estudos que foram feitos com a turma. O pessoal da extensão também tem projetos que são feitos com técnicos ou docentes da universidade em escolas municipais e estaduais, **onde geram documentos com aqueles menores, então aí a questão do direito autoral é muito importante**, não publicar, por exemplo, fotografias de menores em documentos; a gente orienta isso nas unidades acadêmicas que fazem pesquisas com pessoas. A questão do direito autoral tem que estar bem definida na tese, tudo que for colocar na tese tem que estar autorizado, entrevistas, áudio etc.; quando menor, pode ter autorização dos pais; é bom que o estudo tenha autorização dos pais, mas, evitar de expor os menores. **Então, as questões de direito autoral é muito complicada e vocês vão ter de estudar área por área. (E2)**

A definição da forma de depósito... Aqui, pensamos principalmente no tamanho da instituição e os critérios definidos; para nós, aqui, é inviável coletar a produção do professor e de outros profissionais e alguém fazendo esse depósito sempre, por quê? Porque a Universidade, só em quantidade de professores, são mais de 3 mil; então, **partimos primeiro daquilo que já estava documentado, que eram as teses e dissertações** e que era mais fácil, porque já tinha todo um tramite burocrático do aluno entregar para o programa, do programa repassar para a biblioteca e a biblioteca catalogar no sistema. Essa parte de dados que já está regulada, nós importamos do sistema da biblioteca, chamado Aleph, para o **Dspace** e aquilo que é, por exemplo, de **artigos, livros, capítulos de livros que a gente não tem como controlar, a gente abriu para autodepósito**. A gente só trabalha com

autodepósito de professores e funcionários, **não trabalhamos com autodepósito de alunos**, por problemas administrativos que podem ser gerados e por solicitação dos próprios professores, a gente não trabalha com autodepósito de alunos.

Para o depósito da produção, é obrigatório, todas as universidades são obrigadas desde a **portaria nº 13 da Capes, que regulamenta o depósito de teses e dissertações**, o que quer dizer que, todo aluno que é financiado, ele é obrigado a disponibilizar a tese dele, porque é um bem público, foi financiado por recursos públicos; então, a pesquisa deve estar de acesso livre público, então, basicamente, foi assim que **a gente começou, por esse documento mandatório que é uma normalização da CAPES. A gente teve que pensar na questão dos TCCs, porque o MEC não detém nenhum documento sobre trabalho de conclusão de curso, não existe nenhuma documentação sobre isso**; na verdade, existia até uma legislação deles, que está na tabela de temporalidade das instituições federais de ensino superior; o TCC você lança a nota e descarta, ele não é um material permanente e o MEC não padroniza os documentos para a conclusão de curso, qual é o problema disso? **Você tem programas que têm TCCs, tem curso que não tem e tem curso que o aluno pode fazer em grupo, então, por conta dessa questão, a gente deixou para as secretarias acadêmicas definirem o responsável por fazer o depósito disso e o pessoal da biblioteca faz a inserção**; então, tudo aquilo que é simples (TCC, teses e dissertações), não é autodepósito... A gente deixou em aberto para os professores todo o resto, vídeos, livros, capítulos de livros, REAs; ai, eles fazem o autodepósito, porque a gente não tem como controlar, pelo tamanho da instituição.

Quanto a essa questão (documento que o autor consente ou restringe o trabalho no RI)... Sim, quando ele está no processo de submissão, tem lá as licenças, e as licenças são arquivos que ficam junto com o depósito dele; quando está fazendo o autodepósito, ele grava que concorda, porque se ele não concorda não dá para prosseguir o depósito. No Dspace, já tem até o modelo padrão no momento da instalação que vem em inglês, mas, aí você pode aperfeiçoar. **Então, quando o autor está fazendo o depósito, ele já marca que concorda, está ciente que vai ser divulgado ou se o autor quiser, como nós trabalhamos com a questão do embargo, ele pode**

**definir automaticamente pelo embargo, é ele que propõe o embargo, fica lá disponível e, se ele definir assim, ele pode ir lá e marcar embargado para sempre e só vai ser liberado de acordo com a solicitação que é feita para ele para cada pessoa individual ou, se ele quiser, por exemplo, tem uma turma de alunos que ele quer que acesse o artigo, então, ele pode enviar uma lista com o nome dos alunos dessa turma, então, vou criar um grupo de pessoas que vão poder acessar; ou, por exemplo, se ele mandar um artigo, **um trabalho que apresentou que vai recorrer em patente, ele pode falar: “eu quero que o artigo fique embargado por X tempo ou pra sempre” e, após esse tempo que ele determinar, a disponibilização do trabalho é automática.** Durante o período de restrição, os metadados ficam disponibilizados, mas, o acesso ao conteúdo não. Esse é um padrão do Dspace.**

**Quando o trabalho gera patente, se for uma tese ou uma dissertação, a gente tem um documento que está disponível no sistema de bibliotecas, onde o autor, antes de entregar a tese, preenche e, se ele disser que quer embargar x, z capítulos ou quer embargar total, ele pode fazer e a gente deposita, mas, fica embargado no período que ele definir.**

Sim, nós temos alguns alunos menores de idade, porque a UFRJ tem um colégio de aplicação, mas, ele é um colégio de aplicação generalista, não tem um foco como um Instituto Federal ou um Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), com viés mais tecnológico onde eles produzem; no nosso caso, até hoje, ainda não chegou nada até a gente. **(E3)**

**Tem as teses e dissertações... que são incluídas no catálogo da Biblioteca Universitária; depois que é incluída no catálogo, passa para o repositório e isso é de forma automática** e, uma vez por semana, as teses e dissertações são incluídas dentro do repositório. Dessa forma, **os TCCs no caso é opcional**, como é que isso acontece? Cada curso opta ou não por atender ao repositório. Como é que ele faz a opção? Ele indica uma direção ao revisor para revisar aqueles TCCs dos alunos, então, conforme a coordenação, inclui os TCCs, ou os alunos inclui um TCC que passa por um revisor antes de entrar; é assim que funciona.

A biblioteca dá orientações gerais, como é que vai preencher o formulário, quem vai ou não, quem pode ou não entrar, se o administrador dos

*TCCs vai ser um professor ou um servidor, eu incluo como permanente; no caso de um estudante, tem que pertencer àquela coordenação e tal, e os outros documentos é que dependem, né. Tem um centro lá, que ele tem a história da educação e matemática; então, nessa coleção, tem em torno de 3 mil documentos, objeto de um professor que pega várias outras faculdades e universidades e eles incluem outros documentos sobre essa temática; então, na verdade, o nosso repositório não é muito fechado, ele é mais aberto que a maioria, que tem apenas as produções de TCCs, teses, dissertações, artigos e eventos; o nosso não, ele tem algumas coleções temáticas, por exemplo, tem um outro professor que tem uma coleção de literatura gótica, então, tendo um vínculo, sendo um projeto de professor, caso tenha algum recurso da universidade, eu não vejo problema de incluir isso no repositório, só que, é claro, você tem um coleção que é mais temática do que intelectual da universidade.*

**Esses documentos são só de comunicação científica ou não? Não,** há coleção de fotos, vídeos, tutoriais, eventos, tem revista, tem jornal da universidade, há vários conteúdos, não tem uma restrição assim; desde que tenha vínculo com a universidade, pode colocar..., é claro que, quem cuida disso, são os administradores de lá, nós fazemos as atualizações, explicamos como deve ser os metadados, até para ser detectados melhor; isso a gente sempre orienta, a questão da orientação e fazemos os tutoriais.

**A única coisa que é de ordem mandatória são as teses e dissertações. A gente está com um projeto até de encaminhar uma portaria pra que comece a ser obrigatório depositar os TCCs, mas, aí tem que ter aprovação no conselho. Atualmente, é opcional, a mandatória não tem.**

*Tem o documento para o autor dar autorização para disponibilizar o trabalho; no momento que ele autoriza o catálogo, também há uma biblioteca online; aí, no caso, **ele já está dando a autorização para que seja publicado nas bibliotecas digitais da universidade.** Uma das bibliotecas, além do catálogo Pergamum, é o repositório; então, ele dá autorização para ser publicado... é uma autorização feita em papel, segue todo um trâmite, o trabalho em CD, é catalogado e, aí, ele dá autorização de reprodução. **Vocês tem um período de embargo? Sim, segue todo o trâmite da legislação que***

*é controlado por um outro setor; no momento que ele entrar no catálogo disponível, ele já tem que por essa condição. Então, na verdade, quem determina o tempo de embargo é outro setor?*

*Sim, é outro setor. Então, no momento que eles disponibilizam, já vem automático.*

*Durante o período de restrição, não são inseridos. Não fica nem no catálogo da Biblioteca Universitária, nem no repositório; **quando termina a restrição, aí é inserido.** Alguma coisa, depois que já está no repositório, eles pedem para tirar, então, aí vai depender se a pessoa tem bolsa, etc. Acontece bastante.*

*Não, não temos nenhum menor de idade, de meu conhecimento não.*

#### **(E4)**

Verifica-se que é necessário haver, nas diretrizes de funcionamento, a questão do embargo, pois, observa-se que todas as instituições possuem, de alguma forma, o processo de embargo, sendo que a E1 se apresenta com um trâmite mais controlado, permite que o autor embargue, desde que o orientador do trabalho e o coordenador de pós-graduação tenham a ciência e a concordância com o pedido. O período de embargo é analisado caso a caso e os metadados são disponibilizados somente após o período de restrição. A E2 relata que os metadados só vão para o RI se o documento for disponibilizado e aponta para a necessidade de se ter uma Política de Acesso Aberto, que regulamentaria a questão dos embargos; a instituição, no momento, possui apenas uma diretriz de depósito oficial e explica que, assim como a E3, os autores têm total liberdade para embargar sua produção científica e, ao contrário da E1 e E2, a instituição disponibiliza os metadados, mesmo com o documento embargado. O E4, provavelmente em virtude de não haver um comitê gestor, não participa das decisões sobre os embargos, essa atividade é desenvolvida por outro setor.

Nota-se, também, que as instituições, de maneira geral, tratam as patentes como casos de embargos. No entanto, a E1 relembra que o embargo deve ser justificado; a E2 possui uma diretriz específica para patente, que inclui uma parceria com outro setor para definir o processo de depósito; a E3 deixa a cargo de o autor embargar ou não a patente e, para a E4, como já dito, o

embargo fica a cargo de outro setor. E, quanto a produção científica por menores de idade, nenhuma instituição teve relato de experiências; isso se justifica pelo público-alvo e pelo modo de produção característico dessas instituições. Corroborando com a E2, pode-se afirmar que, ter um público menor de idade produzindo ciência no interior de algumas instituições, pensando em acesso aberto, traz o desafio da questão do direito autoral, que deve ser estudada.

#### **6.2.4 - Emprego da Análise de Conteúdo da Categoria 1 – Custos de implementação e manutenção**

Segundo Leite (2009), a fase de planejamento do RI é fundamental e deve ser trabalhada em função de algumas questões, dentre elas, os custos iniciais: hardware, software, recursos humanos, etc.; custos de implementação: suporte técnico, convencimento da comunidade, dentre outros; e, por fim, custos futuros: manutenção, preservação digital, etc. Dessa forma, nesta categoria, identificou-se de que forma os entrevistados efetuaram seus respectivos planejamentos referentes aos recursos financeiros, para criação e manutenção do RI.

Nenhum dos entrevistados declarou ter feito o planejamento formalmente e foram unânimes ao declarar que, essa falta de planejamento, não dificultou a implantação de seus respectivos RIs. Três entrevistados informaram que tiveram ajuda do IBICT por meio de um edital. A universidade que não contou com o edital do IBICT usou apenas recursos próprios para a implantação do RI, aproveitou, inteligentemente, de um processo de informatização pelo qual havia passado, onde houve a aquisição de computadores para as bibliotecas e treinamento de pessoal e, segundo o entrevistado, precisou apenas adquirir uma máquina servidora e contratar 2 bolsistas no início da implantação de seu RI; esclareceu que a máquina servidora, na época (2004), custou R\$ 20.000,00, mais o custo dos dois bolsistas. Dessa forma, ajuda a ter uma ideia de qual foi o custo com a estrutura posta. Essa simplicidade na questão da infraestrutura para a criação do RI se estende às respostas dos outros entrevistados, pois apresentam como estrutura mínima necessária e suficiente para início de um RI, um computador,



um servidor (hardware que serve um serviço/recurso) e recursos humanos (bibliotecários e analistas); esses recursos humanos, em suas instituições, não trabalham exclusivamente (em sua maioria) no desenvolvimento das atividades do RI, e entendem que isso não prejudica a qualidade dos serviços entregues. Ressalta-se que o E2 esclarece que o servidor é essencial no armazenamento dos documentos para garantir a sua **preservação**, quesito este que deve **constar nas diretrizes de funcionamento do RI**.

Quanto ao local de trabalho, 3 (75%) dos entrevistados não possuem um local exclusivo para desenvolver atividades do RI. E, para a manutenção dos RIs, um dos entrevistados relata que faz o planejamento para 2 anos futuros (em média), e repassa às instâncias superiores e, quando necessário, desenvolvem projetos que contemplam a infraestrutura e pessoal. Observa-se que nenhum dos entrevistados afirmaram possuir verba anual específica para a manutenção de seus RIs.

*Eu planejava, **precisava de 20 mil para comprar a primeira máquina; fui bater na porta dos pró-reitores para saber quem tinha, foram nossos primeiros recursos, isso lá, em 2004, 20 mil comprava uma máquina servidora boa; e o dinheiro, o recurso necessário para pagar 2 bolsistas de informática para baixar os softwares, customizar os softwares para que nós fôssemos fazendo os testes. Então, era assim, a gente planejou, planejou, mas, ia planejando e ia fazendo, não houve primeiro o planejamento. O nosso processo de informatização sim; primeiro nós planejamos, escrevemos o projeto, nós captamos o recurso; quando o recurso chegou, a gente implantou o projeto. As bibliotecas digitais ou repositórios digitais não. A gente já sabia o que queria, já tínhamos máquinas em todas as bibliotecas, o nosso pessoal já tinha sido treinado, porque, antes da informatização, o pessoal do SIBI, na Universidade, não fazia empréstimo informatizado, fazia empréstimo manual, era na fichinha, então, a criação do RDI da Universidade foi uma decorrência do nosso processo de informatização, ou melhor dizendo, o processo de informatização dos serviços e do acervo do SIBI da Universidade lançou as bases necessárias para a criação do RDI; por isso que a gente precisava só da máquina e do pagamento de 2 bolsistas de informática, então, não dificultou, a gente sabia exatamente o que precisava, porque a gente já tinha todo o***

**recurso informacional e de informática, toda essa infraestrutura já tinha sido montada com o nosso projeto de informatização.**

Na época, nós adquirimos o (sistema) Virtua e já sabíamos que o próximo passo ia ser fazer a integração do RDI com o Virtua; tínhamos muito claro as coisas que faltavam, embora esse planejamento não fosse no papel, mas, a gente sabia, por todo o trabalho que já havíamos desenvolvido no projeto de informatização. Hoje, o RDI é integrado com Sofhia, que substituiu o Virtua. Por tudo isso que foi exposto, posso te dizer que não, não ter o planejamento não dificultou.

**Os recursos para criação e manutenção RDI, foram todos da Universidade.** Foi recurso do orçamento próprio da Universidade. **E a criação do RDI foi pensada quando estávamos no processo de informatização,** a gente, ali, já definiu que o nosso próximo passo seria a criação da biblioteca digital.

**Antes da criação do RDI, o que a gente previu foi a máquina servidora,** que eu te falei. Porque a gente já tinha uma máquina servidora que tínhamos adquirido para o “Virtual”, e era exclusiva do Virtua. E aí queríamos uma máquina específica, só para poder baixar os softwares que, na época, existiam pra poder fazer o gerenciamento de bibliotecas digitais... e, **sim, foram suficientes.** Com essa última máquina, a gente já começou a por as primeiras teses, dissertações, as revistas, baixamos o OJS e customizamos; foi suficiente para o primeiro e segundo ano, depois fomos ampliando.

**Não. Não existe espaço físico determinado para profissionais que trabalham no RI;** eles estão nas 20 bibliotecas do SIBI da Universidade, fazendo seu trabalho lá, mas, fazemos reuniões por meio de um grupo no whatsapp, nos encontramos no google docs e pessoalmente, enfim, só estamos no espaço virtual; no espaço físico é disperso, porque a Universidade é como a tua instituição, multicampi, então, é tudo disperso.

**Isso não prejudica a qualidade dos serviços do RI...** a gente tá sempre bem no ranking no webometrics, a gente ainda não é primeiro? Não, não é. Porque a gente não tem recurso de uma FAPESP, se nós tivéssemos mais vagas e recursos que viessem especificamente para o RDI, talvez a gente pudesse colocar todo mundo em uma sala só, e fazer mais, mas, trabalhamos com o que temos. **Eu acho que não prejudica a qualidade dos serviços,**

**mas, prejudica a quantidade.** Se nós tivéssemos todas as pessoas dedicadas exclusivamente, ia ter mais documentos, porque nós estamos fazendo a conversão retrospectiva. A nossa universidade é de 1912, o nosso repositório é de 2004, então, aos poucos, nós vamos digitalizando todas as teses, as dissertações e as revistas anteriores a 2004. Com a melhora de recurso financeiro e humano, quem sabe a gente pudesse estabelecer um prazo para fazer toda a conversão retrospectiva e disponibilizar tudo online, porque é uma demanda retrospectiva. De 2004 para frente, não há demanda reprimida no nosso material informacional corrente gerado na Universidade, mas, ela existe em relação à coleção retrospectiva. **(E1)**

Um planejamento tem de fazer. Na época, **nós não planejamos muito**, porque a gente aqui é muito movido pela emoção, então, a gente falou: “vamos trabalhar nisso, e aí a gente foi”; então, **nós não fizemos um grande planejamento quando nós mudamos da BDTD para o repositório**; a tendência era criar repositórios, então, decidimos fazer, a partir daí, sim, aí, a gente **começou a ver que precisávamos de uma infraestrutura de servidor, mas, documentos PDFs ocupam muito pouco espaço, então, essa infraestrutura, no começo, foi mínima; a estrutura de pessoal que a gente precisava já estava trabalhando, que era no SIBI, então, essa mão de obra já tínhamos, a mão de obra aqui no CPD já existia, então, a infraestrutura de pessoal nós já tínhamos; a infraestrutura tecnológica nós estávamos estudando.** Mas, o que hoje é mais difícil é na questão da infraestrutura; quando nós começamos a colocar, por exemplo, os programas da rádio, os programas da TV universitária, cujos programas são em vídeos.

Então, temos um funcionário prioritariamente trabalhando nas coisas da TV, fazendo a inclusão de vídeos; tudo isso, quando começou a entrar, nós **tivemos sim que pensar qual é a infraestrutura que nós íamos precisar para preservar os vídeos todos.**

Olha, **não dificultou, a falta de planejamento não dificultou a criação**, porque temos uma ótima relação com o CPD; estamos trabalhando diretamente aqui com o pessoal que fornece a estrutura para toda a universidade, então, ficou fácil juntar o pessoal que cuida da rede, o pessoal que cuida dos servidores, o pessoal dos sistemas e o diretor do CPD. E eles

perguntam: “o que vocês precisam?” E, aí, a gente diz: “precisa disso, daquilo”... Fazemos um cálculo de quanto a gente precisa de servidor e eles dizem: “temos ou, não temos”. **Quando não têm, fazemos projetos (...), a gente fez vários projetos para a infraestrutura; para pagamento de pessoal, que são os bolsistas e, principalmente, os analistas que estejam no mestrado indo para o doutorado, tem que pagar essa gente, né, porque nosso salário o governo paga, mas, esse pessoal, para dar esse apoio, tem que ser pago de alguma forma, então, a gente paga fazendo projetos e, nesses projetos, a gente planeja, por exemplo, o que vai fazer nos próximos 2 anos e passa isso para as instâncias maiores na universidade, para a pró-reitoria, para o reitor, e esses projetos passam pelo conselho universitário para serem aprovados; aí, se pega recursos de algum lugar, de um pessoal ou de outro (das rubricas) e se coloca no projeto. Então, nós não planejamos lá no início, mas, para ter como o repositório se sustentar, nós tivemos que fazer vários projetos durante esses anos, para conseguir comprar, por exemplo, disco e para pessoal de apoio.**

**Não sei precisar o valor gasto na implantação**, esse dado eu não consigo te dar, porque o que calculo é complexo. Eu teria como te dar o que foi gasto com todos os projetos, porque neles tem que provar com o que gastou, mas, esses projetos não prevêem quanto tempo cada bibliotecário trabalha na catalogação da produção intelectual que, depois vai para o RI, e isso é um trabalho que está sendo pago, é um cálculo bem complexo, porque temos uma equipe muito grande; se fosse uma equipe mais específica só para o repositório, por exemplo, **eu hoje trabalho só com o repositório, então, o meu salário é um custo do repositório**, então, hoje, é mais fácil calcular a parte do CPD, mas, o sistema de biblioteca investe muito, mas esse valor, digamos, é incalculável por todos esses serviços dos bibliotecários, e não é só os bibliotecários, **tem o pessoal de apoio das bibliotecas** que fazem, por exemplo, digitalização do acervo retrospectivo, então, tem esse pessoal também, esse **pessoal técnico de nível médio, que também trabalha para o repositório**, não só o bibliotecário, tem docentes, tem, por exemplo o secretário de ensino a distância que disponibilizou uma equipe para trabalhar no núcleo que criam os REA, então, como é que eu vou calcular isso, né. **Tem muito dinheiro envolvido, muita gente envolvida.**

Nós pensamos, inicialmente, só em documentos PDF, **então, como é que calculou o espaço para o repositório?** O que a gente já tinha de teses e dissertações, a gente já sabia o espaço que ocupava e, naquela época, não tinha tantas assim, era bem pouco, e, à medida que o repositório fosse se solidificando na instituição, esse volume aumentaria muito, mas, a gente tinha uma previsão aqui no Sistema de Automação de Bibliotecas de quantos TCCs são defendidos no ano, quantas teses e dissertações, a gente tem uma previsão e, quanto mais ou menos o tamanho de cada documento; então, **pele tamanho dos PDFs, é muito simples de calcular a infraestrutura,** então, **depois a gente tem um servidor (máquina) dedicado, para o repositório, hoje a gente partilha espaço dos servidores, a gente tem servidor virtual, eles fazem aquelas divisões nos discos e nos fornecem espaço** e depois, lá em 2005, 2006 ou 2007, não lembro direito, o IBICT disponibilizou para 70 universidades o servidor com o Dspace, instalado para a criação dos repositórios; aí foi com o projeto FINEP, esses dados são públicos, você até pode ver quanto que o governo federal desembolsou para a criação dos repositórios (...), mas, então, **em relação à infraestrutura, no começo, essa estrutura é mínima (pensando em pdf).** Criar um repositório, colocar ele para funcionar, **você precisa de um micro, dos documentos e o servidor você vai depositar,** para ele garantir que você não vai perder esses documentos, porque essa é uma questão importante, a questão da **preservação dos documentos que também tem que estar nas diretrizes,** porque eles estão guardados no servidor da universidade, que é gerenciado pelo CPD com acessos 7 por 24, com backups diários ou de hora em hora, enfim, que são espalhados e ficam em locais físicos separados; então, **essa questão da preservação é importante também, que deve estar nas diretrizes.** Então, por que a gente precisa pensar um pouco na infraestrutura? Porque essa **infraestrutura tem que dar acesso permanente a esses documentos para (ilegível)...** acho que um documento público que possa ser aberto em qualquer momento, em qualquer lugar, por qualquer software e por qualquer tecnologia que exista na época. Então, além de ter uma infraestrutura que, para um começo, é simples, com os projetos seguintes para o repositório, porque a infraestrutura vai aumentando... Eu não te falei, tem todo o **custo do pessoal de CPD, do pessoal que fica 24 monitorando os servidores que mantém**

*no ar, que, quando rompe uma fibra, tem que correr para restaurar a fibra, para que a universidade volte pra internet, então, tem esse custo de todo esse pessoal que vocês têm que ver.*

***E tem pessoal no CPD no estágio do projeto de vocês, que também é muito importante; eu não sei se vocês estão tentando no repositório tentar gerenciar só por vocês; tem repositório que é gerenciado só por bibliotecário, eu não tenho nada contra, mas, a estrutura de preservação tem que estar no CPD, não pode estar no servidor da biblioteca, porque aí é muito arriscado, então, essa infraestrutura tem que pensar desde o começo, e isso nós não tivemos problema, porque nós estamos dentro do CPD e o projeto está pronto, então, não tivemos problema na implantação do repositório, os problemas que nós tivemos depois foi de espaço em disco. Não, porque esse foi o que a gente teve que rever constantemente no repositório.***

***Espaço físico, sim, temos.*** Na verdade, nós temos a biblioteca; eu estou falando da biblioteca onde fica o pessoal que faz o atendimento e que fazem a inclusão de documentos digitais para o repositório e o ***outro espaço físico é onde trabalham os analistas e 2 bibliotecárias, que é a divisão de sistemas de informação***; hoje, como que é: a DSI, que é uma divisão de sistemas de informação, onde cada sala usa um sistema, por exemplo, a nossa sala usa o sistema de pesquisa, então, está ali o sistema de bibliotecas, o repositório e o sistema de pesquisa da universidade. Também, há o pessoal do ensino, o pessoal da pró-reitoria de extensão e o pessoal da pró-reitoria de pessoas.

***Então, nós temos um espaço físico que é dentro do DSI.***

***Não nos dedicamos exclusivamente ao RI.*** Como nós conhecemos muito bem o SIBI, o sistema de automação SABI, nós conhecemos muito bem o Alephi, (...), então, como a gente tem essa ligação muito estreita com o SIBI, ***não é prejudicial (qualidade dos serviços)***. O que eu acho prejudicial é que, se não tiver uma relação tão estreita assim, é difícil de trabalhar; quando os bibliotecários estão lá nas bibliotecas e os analistas estão lá no CPD, eles cuidam da (ilegível) do Dspace e as bibliotecas fazem só entrada de dados e tentam conversar com o pessoal do CPD e o pessoal do CPD sempre dá prioridade para outro sistema, por quê? Porque o sistema não é

*institucionalizado, porque a reitoria não dá a devida importância; como aqui o RI recebe todo o apoio da universidade, então, aqui no CPD, não se discute o RI nem o que o RI precisa, o que precisa eles fazem, tanto que tem uma analista que só trabalha com o RI; eu acho que o prejudicial é essa falta de diálogo, se você tiver as coisas separadas; agora, se vocês gerenciarem, na biblioteca, todo o repositório e pode ser por bibliotecário, não precisa ter analista, porque o Dspace é bem fácil de trabalhar; se você gerenciar e depois escolher uma biblioteca para gerenciar o repositório e lá vai ser o que vai congrega os dados do repositório e o CPD, vai simplesmente gerenciar o servidor para manter o acesso; eu acho que, aí, não tem problema; agora, se vocês precisarem do CPD para um trabalho mais próximo do repositório e não tendo uma relação mais estreita com esses profissionais (programadores e analistas), eu acho que é bem complicado. Quando vamos nos eventos, todo mundo diz: “vocês são um sonho de toda universidade brasileira, porque vocês têm bibliotecários que trabalham com os analistas e conversam de igual para igual”. Claro que isso é o sonho de todo mundo, mas, a gente conseguiu isso com muita luta. Estamos aqui trabalhando com as analistas há 18 anos. **(E2)***

*Olha, **a gente não fez um planejamento referente aos recursos**, porque entramos por meio daquele edital do IBICT, que eles doaram **alguns servidores**; então, quando eu entrei, a demanda já existia, porque **já tinha a máquina, já tinha os recursos**, era só preparar realmente a estrutura, instalar o software, fazer as possíveis modificações, porque o resto já tinha comprado. Na verdade, recebemos isso e falaram: “façam”. Então, a gente já tinha praticamente pronto. Na época, a gente até utilizou um servidor do IBICT, mas, hoje, o servidor nem é mais o mesmo, porque a gente trabalha com um esquema de virtualização, que a máquina real (física) se tornou a máquina virtual da nossa nuvem corporativa da instituição, então, ele é uma máquina dentro da instituição que tem todas as políticas de segurança e tal, então, **a origem dos recursos vieram do projeto do IBICT**, eles já deram tudo pronto a gente só teve que fazer...*

*Na época, **o que eles disponibilizaram foi suficiente**. Eles disponibilizaram, se eu não me engano, **um computador Dell torre, aquelas***

**torres grandes com alguns programas.** E a estrutura a gente já tinha na instituição.

**Espaço físico específico para o pessoal do RI não temos,** porque tudo aqui é meio por módulos, então, temos **um grupo que fica junto que do repositório,** mas, não temos uma sala e, como eu trabalho com a parte de TI, eu fico lotado dentro do setor de TI, todo o resto da equipe fica junto, eu sou a única pessoa que fica deslocada.

**Dois pessoas se dedicam exclusivamente ao RI.** A funcionária X que é a validadora e **ela também cuida da parte de treinamento dos bibliotecários; não só de RI, mas, de sistema de bibliotecas,** exemplo: o software que faz a gestão de bibliotecas, a parte de treinamento etc; e eu não sou dedicado somente ao RI, porque eu administro vários sistemas que envolve o funcionamento de bibliotecas; mais ou menos 8 sistemas diferentes, mas, no RI, sou eu que coloco a mão, o resto do pessoal da TI só fazem a parte de disco e backup.

Olha, **difficilmente você vai conseguir alguém que se dedique somente a isso,** mas, se você conseguir é muito bom, principalmente se você tiver um volume de dados muito grande; isso é bem fundamental porque determinadas tarefas tomam mais tempo que outras. Por exemplo, eu fazia o processo de curadoria, o pessoal que entra com dados entram muito mais rápido do que eu com a curadoria, porque eu tinha que baixar o software, reverter formato, aí, é o tempo da máquina fazer e hospedar, então, são tempos diferentes da pessoa que está entrando com os dados. A gente fez, até, um projeto, colocamos bolsistas para fazer a catalogação e fazer a hospedagem de alguns TCCs, então, por exemplo: o bolsista fazia, às vezes, 20 depósitos em um dia, mas, eu só conseguia fazer a curadoria, às vezes, de 10. **Se você tiver uma equipe dedicada, será maravilhoso, mas, no meio público, acho meio difícil.**

A única coisa que eu tenho pra falar para você é que você tem que perseverar muito; eu **creio que você tenha um apoio do sistema** e você tem que ter sempre alguém que vá encampar, **se você tiver um professor líder para abraçar a ideia, é bom.** É importante você mostrar que é importante para a instituição, mas, é ainda mais importante para os professores, porque é ele que é citado, é o trabalho dele que aparece e o sistema dá essas estatísticas:



quem baixou, quando baixou e, depois, isso reverte para ele. A moeda do pesquisador é prestígio! **(E3)**

*Não, acho que não foi feito um planejamento relativo aos recursos financeiros, porque, quando implementou o RI, foi junto com o IBICT. Eu sei que eles vieram com a máquina-servidor e vieram aqui os analistas, o chefe aqui foi quem ajudou e conseguiram implantar, mas, o recurso financeiro não tem. Para a implantação, contou com a equipe do IBICT, da biblioteca e do setor de TI. Em 2012, foi feito o script (migração de outro sistema) que, aí, realmente, começou a funcionar o repositório; a partir de 2012, começou a inserir as teses e dissertações.*

*Não, não tem recursos para a manutenção do RI. Na verdade hoje estamos atualizando o repositório para uma versão mais atual; esse é um trabalho do setor da TI e da Biblioteca, mas, não tem, assim, um recurso para a manutenção. O pessoal da TI tem uma questão do backup, mas, aí, é uma coisa geral da universidade, não é só do RI. Um recurso específico não tem, seria bom ter. Para isso, acho que a gente vai ter que aprovar a política e, depois, dentro da política, tentar aprovar um projeto para criar uma equipe e, depois, conseguir uma votação orçamentária.*

*A política é importante, porque vai ter o apoio da universidade e conselhos para você criar uma equipe institucionalizada e, também, com tempo, talvez um orçamento; agora, se você não tem, por exemplo, um conselho consultivo, dificilmente vai ter um orçamento. Acho que tem que seguir esses passos, senão, não vai conseguir.*

***Acho que sim, quanto à infraestrutura, acho que é suficiente.** O que faltaria, na verdade, é mais a questão humana mesmo, gente pra se dedicar exclusivamente ao repositório. Precisaria, no caso de um analista, para melhorar o sistema, melhorar a interface. Por exemplo: agora estamos atualizando; dentro dessa atualização, poderíamos estar criando outros recursos pra melhorar, tipo: dispositivo móvel. Então, teria que ter um pessoal para trabalhar em cima do Dspace; não tem como a gente desenvolver, se não tem recursos humanos; o **mais difícil, aí, são os recursos humanos.***

***Não tem um espaço físico determinado para quem trabalha no RI.** A qualidade dos serviços do RI, no caso, poderia ser melhor, inclusive **estamos***

***bem no ranking, somos o terceiro em repositório, mas, na verdade, se tivesse uma equipe para os projetos, ia melhorar muito o repositório. (E4)***

Observa-se que, apesar do planejamento ser apresentado na literatura como uma fase decisiva na implementação de um RI, a prática contradiz a teoria, pois nenhum dos entrevistados disse ter planejado formalmente a criação de seus RIs e, ainda surpreendem, ao responderem que a falta de planejamento não dificultou a implantação do RI. Identificou-se que, para a categoria estudada, os valores gastos permeiam a estrutura de hardware, onde o maior gasto é com o “servidor” na fase inicial e, para a fase de custos futuros, o maior gasto está na aquisição de unidades de disco rígido para o servidor. O custo com o recurso humano é alto, no entanto, podemos constatar que as instituições iniciaram seus RIs com os profissionais que já possuíam e, apesar de não ser considerada a situação ideal por parte dos gestores, não precisam estar integralmente à disposição do RI; e, quanto aos custos com as instalações físicas, verificou-se que é possível desenvolver/administrar as atividades do RI sem um espaço determinado, mesmo em uma estrutura *multicampi*; mas, para isso, é necessária a constituição de um SIBI e o envolvimento do setor de TI. A questão da manutenção parece ser mais complexa, pois nenhum dos entrevistados apontou possuir uma verba anual para sua manutenção.

#### **6.2.5 - Emprego da Análise de Conteúdo da Categoria 2 – Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI)**

O SIBI<sup>40</sup>, em geral, é o órgão dentro das instituições de ensino que coordena as atividades macro gerenciais de seu conjunto de bibliotecas para que funcione de forma sistêmica. Visa

atender às necessidades de administração, normatização, desenvolvimento de acervos, projeção e previsão de custos e estabelecimento de políticas de desenvolvimento às bibliotecas já existentes e em construção, com o foco na democratização

---

<sup>40</sup> O SIBI pode apresentar variações em sua nomenclatura, a depender da instituição que o nomeia, como por exemplo: Sistema Integrado de Bibliotecas, Sistema de Bibliotecas e Informação entre outros.

da informação e na produção de conhecimento aos usuários. (DINIZ *et.al.*, 2014, p. 4).

Dentro das instituições públicas, o SIBI deve ser formalizado por portarias, resoluções, entre outros documentos que possam lhe dar legitimidade. Diniz *et. al.* (2014, p. 19) diz que é “importante que o SIBI esteja devidamente constituído porque é necessário institucionalizar a política de aquisição e formação e desenvolvimento de coleções e demais atos normativos de funcionamento das bibliotecas”.

Observa-se que todos os entrevistados percebem como necessária a existência do Sistema Integrado de Bibliotecas na implantação e manutenção dos RIs.

*Veja, a coordenação geral do RDI, desde o início, está nas mãos do Sistema de Bibliotecas. A coordenadora geral do RDI é bibliotecária, que sou eu; então, o que eu posso te dizer, é que o papel é fundamental.*

*O nosso Repositório Digital foi construído em parceria entre o sistema de bibliotecas com o centro de computação científica e software livre, como o nome diz: software livre; por isso, nós temos toda essa filosofia de trabalho por trás, mas, como a gestão do repositório implica em muitas atividades técnicas de biblioteconomia, os professores que, desde o início, estão conosco, desde a criação e na manutenção do RDI, julgaram que o mais correto era a coordenação geral do RI ficar com o sistema de bibliotecas e, com o bibliotecário, toda essa parte técnica do dia a dia (o que fazer com esse material? Como nós vamos submeter? Quem vai submeter? Vai ser auto-submissão? Vai ser feito sob responsabilidade dos bibliotecários? Quem vai atribuir esses metadados? Como será atribuído? Se vai ser o usuário que vai atribuir? Nós vamos dar um diferencial para ele?). São todas questões técnicas e, dentro disso, profissionais que são da ciência da computação julgaram que, no dia a dia, eles teriam uma dificuldade muito maior desta gestão na prática, porque nós não temos um comitê gestor decisório e um de execução, é o mesmo. Nós estabelecemos as diretrizes que vamos executar e nós fazemos as tarefas. Eu acho isso muito positivo, porque isso nos deu uma autonomia dentro da instituição para crescer, porque é o*

mesmo grupo que só cresceu, ampliou esse grupo, então, a gente vai aprendendo e vai fazendo.

**A importância do SIBI, após a implantação do RI... a importância é total.** Porque, antes de você ter uma mesma regra para os objetos em meio digital que serão depositados no repositório, você precisa instituir procedimentos únicos dentre todas as bibliotecas que são da tua instituição, senão, não avança. Eu fui diretora do sistema de bibliotecas por 16 anos; foram 4 mandatos e, duas das minhas gestões, foi para a gente conseguir informatizar o sistema de bibliotecas; na minha primeira gestão, o fichário era em papel, precisávamos padronizar os procedimentos e tarefas para você saber, cada biblioteca emprestava quantos livros queria para cada categoria de usuário, isso é um exemplo. Nós levamos alguns anos discutindo todos os nossos procedimentos que não eram únicos, para que todas as bibliotecas entendessem que, **ser um sistema de bibliotecas, é ter o mesmo procedimento, o mesmo comportamento dentro de uma mesma filosofia,** para que o usuário saiba que não importa em qual biblioteca ele está entrando, ele está dentro de um mesmo sistema de bibliotecas de uma mesma instituição; **é a criação da identidade, a nossa identidade profissional.** Junto com tudo isso, a gente criou as bibliotecas digitais; no período de 1998 a 2005, a gente informatizou tudo, regularizamos todos os procedimentos para padronizá-los e criamos as bibliotecas digitais, porque estávamos lançando as bases necessárias para tudo isso. **(E1)**

**O sistema de bibliotecas foi essencial desde o início;** são eles que catalogam e; a partir da catalogação dos materiais, esses materiais vão alimentar o repositório; então, o nosso Sistema de Bibliotecas tem um importante (ilegível), tudo que vem para cá vai ser incluído. O documento digital é incluído pelo CPD, mas, os metadados são incluídos pelas bibliotecas, lá no MARC; então, a gente faz a conversão do formato MARC para o Dublin Core para alimentar o repositório (...). Uma boa descrição bibliográfica é essencial para uma boa alimentação no repositório, com os metadados, no Dublin Core; a organização do material que vem para gente é de responsabilidade das bibliotecas, elas têm que juntar o formulário com o arquivo digital que pode vir em CDs, pendrives ou em um sistema que a gente adotou de transferência de

arquivo pela internet, para diminuir a produção de CDs. (...). Então, esse material vem com os formulários originais, nós recebemos aqui. Todos os formulários e autorizações de disponibilização de documentos são organizados pela biblioteca, organizados por número de sistema, porque esse número de sistema é que vai fazer com que a gente consiga ligar esse documento digital que está chegando para com esse formulário de autorização; e o registro bibliográfico que é feito pela biblioteca, então, é gerado o link para o documento em cima das informações que a biblioteca nos fornece.

Uma outra coisa importante que vocês têm que definir para o repositório **é o identificador persistente**, ou seja, o link persistente que vocês vão criar no repositório. Se vão usar um identificador persistente criado por vocês ou vão utilizar os que existem disponíveis, e eles são pagos. Nós utilizamos o “Handle” que é internacionalmente o mais usado; se paga uma taxa anual, acho que o ano passado foi 50 dólares, então, isso vocês têm que pensar.

Nós utilizamos o “Handle” junto com os dados do arquivo em si e do registro bibliográfico, então, isto é muito importante que o Sistema de Bibliotecas, os bibliotecários, que eles estejam engajados nesse processo; então, hoje, temos todos os bibliotecários do nosso lado, todos trabalham em prol do repositório, nos treinamentos que eles fazem, cada unidade faz na recepção de calouros e já falam sobre isso, porque é bom que os calouros saibam que o que eles estão produzindo, um bom projeto, um bom TCC, uma boa tese, a dissertação, vai estar no repositório, então, eles já têm que pensar nisso, em todas essas questões que eles vão produzir, na qualidade do que vão produzir; então, eles fazem esse trabalho diretamente com o autor, então, esse outro trabalho é muito importante nas bibliotecas, a conscientização do corpo docente e dos discentes, mostrando a importância do repositório, do acesso aberto, mostrando como o repositório alimenta produtores de serviço e como isso é visto pelo mundo todo, de mostrar uma NFLTD, que é o órgão que congrega todas as teses e dissertações do mundo todo, de todas as instituições de ensino; então, você entra em uma página lá dos estados unidos e você abre o repositório deles e pesquisa a sua dissertação e mostrar a eles que, por estar no repositório, você mostra primeiro no seu repositório, depois no provedor de serviço nacional, depois no provedor de serviço internacional; isso estimula o acesso aberto, estimula o depósito, então, esse trabalho feito

pelos bibliotecários da unidade; nós não conseguimos fazer isso com uma comunidade de 40, 50 mil pessoas na universidade, então, essa é outra questão importante da equipe, você tem que trabalhar nisso, claro, tem uma equipe menor, somos nós aqui que tem que fazer o treinamento dos bibliotecários, fornecemos material para que eles possam trabalhar, muitos têm dúvidas, às vezes trazidas pelos docentes em relação a algum tipo de material, algum tipo de acesso, elas vêm direto para nós. Se for o caso, a gente vai até a unidade para sanar as dúvidas e ajuda. Então, com certeza, o objetivo do seu trabalho é de mostrar como o SIBI é importante nesse processo, com certeza **para nós é essencial. Não teria como o repositório funcionar sem um sistema de bibliotecas. (E2)**

O **sistema de bibliotecas participou muito das discussões para as diretrizes de funcionamento** na figura da minha diretora, na época (...); ela participou e a coordenadora foi quem encampou e sempre levava as discussões, porque a equipe aqui era bem compartimentada, mas, todo mundo, mesmo que não tenha participado efetivamente do sistema de biblioteca, comprou a ideia. Por exemplo: se você chegar em alguém, esse alguém vai saber vender o peixe da importância do RI, mesmo que não tenha efetivamente participado de fato.

Eu posso te falar que **a importância do sistema de bibliotecas não só aqui, mas, geral. Porque sempre vai recair sobre o sistema de bibliotecas, principalmente a parte de verificar metadados, a normatização, toda a questão de entrada de dados, a questão de como é que a gente vai fazer para tornar a busca e a recuperação de informações, são os bibliotecários. (E3)**

O papel do SIBI e a importância no RI, na verdade, a questão é essa: **a gente dá aquele suporte para quem quer colocar, criar uma coleção; a gente faz aquela administração geral e dá a orientação de como inserir os metadados, de como colocar um arquivo, a gente dá orientação dos metadados de forma geral. Só que, na verdade, o repositório funciona de uma maneira assim: o dono daquela coleção tenta seguir as orientações que a gente deu, porque não tem como ter controle total do que está sendo inserido,**

*não tem como. Só que cada um que coloca lá e se responsabiliza, porque a pessoa só consegue entrar no repositório através de um tipo de identificação digital que a universidade (ilegível), é uma forma que a gente tem de saber se é um servidor, isso é de fácil de fazer a conferência.*

***Vocês conseguem fazer uma revisão desses metadados? Não, não consegue, porque são muitos documentos; hoje está em torno de 100 mil; eu acredito que uns 10 a 20% tenha algum problema com os metadados, mas, a maioria segue. Quando os documentos são mais administrativos, o pessoal não coloca os metadados não. Mas, as coisas que são mais temáticas, as orientações que eu dou o pessoal segue bastante, porque eles querem divulgar o conteúdo digital que eles produzem e, se eles não incluírem os metadados, certamente não vão ser indexados nas bases; aí incomoda, porque eles sabem que não vai ter visibilidade, porque o repositório tem essa questão de educar o usuário para que ele saiba a importância de os metadados estarem da forma correta; na verdade, você vai educar o usuário para que eles saibam como inserir o material. (E4)***

Esta categoria, como se previa, demonstrou a importância do SIBI na implantação e manutenção dos RIs. Nesse sentido, os entrevistados apontaram que os Sistemas de Bibliotecas participaram e foram importantes nas discussões a para implantação dos RIs e na confecção de suas diretrizes de funcionamento e se mantêm assim após a implantação de seus RIs. Destaca-se a fala do E1, que enfatiza a importância da administração no dia a dia, que é executado pelo SIBI, além do E2, quando afirma que um RI não teria como funcionar sem um SIBI. Os entrevistados ilustram suas falas sobre a importância do SIBI, apontando algumas de suas atividades como: a divulgação e marketing do RI, a catalogação, a normatização, os estudos sobre busca e recuperação da informação entre outros.

### **6.3 Considerações acerca da pesquisa documental**

Conforme destacado anteriormente, no item Metodologia, optou-se pela **coleta documental**, onde pretendeu-se obter as resoluções e portarias referentes às diretrizes de funcionamento dos RIs.

Quanto à **coleta documental**, pretendeu-se obter as resoluções e portarias referentes às diretrizes de funcionamento dos RIs.

A escolha do uso desses documentos ocorreu em virtude de possuírem uma riqueza de informações que, deles, pode-se extrair; possibilitam a ampliação e o entendimento dos objetos e, ainda, poderão ser utilizados como modelos para o propósito deste trabalho, sem desconsiderar todas as mudanças necessárias à realidade da organização estrutural do IFSP e de seu modo de produzir ciência. Esse processo vem de encontro com a percepção de Cellard (2008, p. 295), ao considerar que a coleta documental “[...] favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, etc”.

As Diretrizes de funcionamento dos RIs analisados podem ser verificados nos anexos (A, B e C) deste estudo. Ressalta-se que, embora este pesquisador utilize o termo “diretrizes de funcionamento”, as universidades utilizam termos variados, tais como “Política de Informação do Repositório Institucional”, “Política Institucional de Informação do Repositório Institucional” e “Diretrizes da Biblioteca Digital”.

A coleta de dados documentais foi importante, pois possibilitou identificar os modelos de políticas de funcionamento, obtidas por e-mail e sites dos repositórios das universidades que participariam da entrevista. As diretrizes de funcionamento já existentes podem servir de modelo. Após a observação sistemática dos documentos em questão, os dados das políticas de funcionamento foram tratadas quantitativamente e, depois, registradas por meio de quadros e tabelas apresentados neste trabalho.

Nessa perspectiva, foram analisados os conteúdos das diretrizes de funcionamento sob a perspectiva da Análise de Conteúdo (AC), usada de forma objetiva, sistemática e quantitativa, particularmente para esse instrumento, da seguinte forma:

**Primeira etapa:** foram utilizadas as diretrizes de funcionamento das três universidades (UFPR, UFRJ e UFRGS) para leitura prévia do material, permitindo conhecer a sua estrutura;

**Segunda etapa:** explorou-se o material, de forma a permitir a elaboração das categorias de análise e suas subcategorias, as quais foram associadas ao propósito do trabalho, ou seja, identificar quais diretrizes de



funcionamento podem orientar o desenvolvimento de um RI no IFSP. Destaca-se que a escolha das categorias, que serão apresentadas adiante, foi feita em dois momentos distintos: *a priori*, ou seja, a partir dos conceitos/temas contemplados por esta pesquisa, especialmente com a preparação do questionário e das perguntas realizadas nas entrevistas; e *a posteriori*, isto é, tais temas foram identificados, confirmados e respondidos mediante a coleta de dados realizada no trabalho. A partir de então, criou-se as categorias e subcategorias, definidas segundo o que orienta Bardin (2011), ao considerar que se deve estabelecer unidades de registro e unidades de contexto.

Para esta coleta, foram consideradas unidades de registro as palavras que melhor se adequam para a constituição das categorias e subcategorias de análise. As unidades de contexto são os parágrafos utilizados como unidades de compreensão para identificar as palavras que foram empregadas como unidade de registro. Segundo Bardin (2011, p, 201), “[...] a análise por categorias é a mais antiga; na prática é a mais utilizada. Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamento analógicos”.

**Terceira etapa:** aqui, evidencia-se o conteúdo das diretrizes de funcionamento dos RIs, efetuando o tratamento, a inferência e a interpretação dos resultados obtidos.

O quadro 15 apresenta as categorias de análise e subcategorias das diretrizes de funcionamento dos documentos, retirados dos documentos das universidades já citadas.

**Quadro 15** – Categorias e subcategorias de análise das diretrizes de funcionamento dos RIs

<b>Categorias de Análise</b>	<b>Subcategorias de Análise</b>
<b>Aspectos Institucionais</b>	Objetivos do RI
	Contextualização do RI
<b>Aspectos Gerenciais</b>	Equipe responsável
	Condições de acesso e uso
	Condições para submissão
	Revisão das diretrizes de funcionamento
	Responsabilidades do SIBI
	Regras de inclusão de comunidades
<b>Aspectos do Acesso Aberto</b>	Capacidade de Integração do RI
	Software Livre

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Na coleta de dados documentais, foram estudadas apenas as diretrizes de funcionamento das universidades participantes da entrevista; não foram estudados os documentos das demais universidades federais. Também não foram objetos de estudos os documentos como: manuais, orientações e perguntas frequentes (FAQ), divulgados nos sites dos RIs.

Para análise das diretrizes de funcionamento, foram criadas categorias e subcategorias, com o intuito de verificar a ocorrência das mesmas nos documentos, conforme demonstram os quadros 16, 17 e 18.

**Quadro 16** – Categorias de análise dos Aspectos Institucionais e ocorrências das Subcategorias.

RI	Categorias de Análise	
	Aspectos Institucionais	
	Subcategorias de Análise	
	Objetivos do RI	Contextualização do RI
UFPR	X	X
UFRGS	X	-----
UFRJ	X	-----
<b>Total</b>	3	1

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Como se pode observar no quadro 16, no que se refere às diretrizes de funcionamento, na categoria de análise “Aspectos Institucionais”, identificou-se a ocorrência da subcategoria “**Objetivos do RI**”, presente em todas as diretrizes analisadas. Esta subcategoria, conforme os documentos das universidades, visam registrar a produção acadêmica, promover o acesso aberto à produção acadêmica da instituição, preservar a memória por meio produção científica ou outros; ainda, promover o acesso à produção cultural e artística, assim como aumentar a visibilidade das instituições. Pela característica introdutória e pela forte adesão das universidades, considera-se um item necessário àquelas que, futuramente, constituirão seus RIs.

No que se refere à subcategoria “**Contextualização do RI**”, verificou-se apenas no documento da UFPR, representando 33% da amostra da coleta documental. Em suas diretrizes de funcionamento, relata quando foi criada e de onde partiu a iniciativa de sua criação. Apesar de não estar presente em grande parte dos documentos, faz-se importante o registro da data de criação e as referências de cunho histórico, como é o caso apresentado.

**Quadro 17** – Categorias de análise dos Aspectos Gerenciais e ocorrências das Subcategorias.

		RI	UFPR	UFRGS	UFRJ	Total	
Categorias de Análise	Aspectos Gerenciais	Subcategorias de Análise	Equipe responsável	X	X	X	3
			Condições de acesso e uso	X	X	X	3
			Condições para submissão	X	X	X	3
			Revisão das diretrizes	X	-----	-----	1
			Responsabilidades do SIBI	X	-----	X	2
			Inclusão de comunidades e coleções	X	X	-----	2

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

No que se refere ao quadro 17, quanto às diretrizes de funcionamento, na categoria de análise “**Aspectos Gerenciais**”, identificou-se a ocorrência das Subcategorias “Equipe responsável”, “Condições de acesso”, e “Submissão de objetos ou aspectos do depósito”, presentes em três (100%) dos documentos.

Na subcategoria “**Equipe responsável**”, as diretrizes descrevem quais setores são responsáveis pelos seus RIs e as atribuições de cada setor. A UFRJ considera como responsáveis o SIBI e o setor de Tecnologia da Informação e Comunicação, com a seguinte atribuição para o SIBI: “alimentação para a guarda e preservação da produção científico-acadêmica” e, para o setor de TI, a “implantação, hospedagem e manutenção”. A UFRGS deixa inferir no documento que a responsabilidade é de um Comitê Gestor; já a UFPR, apresenta como responsável pela gestão o SIBI, e detalha a estrutura da Biblioteca Digital de Periódicos<sup>41</sup>. Aqui, vamos tratar como RI, explicando

<sup>41</sup> Segundo a UFPR (2018), seu RI é composto por diversas bibliotecas digitais, como a Biblioteca Digital de Periódicos. O documento analisado para as diretrizes de funcionamento são exclusivos desta biblioteca digital, conforme anexo x. No entanto, para efeitos de coleta de dados, sem discutir o mérito de ser ou não uma biblioteca digital, considerou-se como válidos por este pesquisador por seu caráter funcional, voltado a esta pesquisa.

que há grupos envolvidos na gestão e operacionalização, bem como descrevendo sua composição.

A equipe de trabalho, como se esperava, é descrita em todos os documentos; é um item obrigatório nas diretrizes de funcionamento; no entanto, para esta pesquisa, foi um fator de muita importância o apontamento de 2 dos 3 documentos, indicando o SIBI como responsável pelo RI, uma vez que o IFSP não possui um SIBI constituído.

No que tange à subcategoria “**Condições de Acesso e Uso**”, todos os RIs informam que são de livre acesso, ou seja, esclarece para o usuário que os documentos contidos no RI estão disponíveis gratuitamente, mas, apenas a UFRGS aborda a questão do uso; ela explica aos usuários do seu RI que, ao utilizar documentos que estão no RI, devem-se respeitar os direitos de autor (não comercializar sem a autorização do autor e, quando utilizar a obra, fazer a citação de autoria).

Para a subcategoria “**Condições para Submissão**”, identificou-se por meio das diretrizes de funcionamento, que todas as universidades (100%) esclarecem que, para a produção científica ingressar em seus RIs, os autores devem ter vínculos com as referidas instituições; trazem algumas questões relativas aos direitos do autor, que devem ser atendidas na submissão de um documento para o RI; a UFRJ recomenda, aos seus pesquisadores, publicar trabalhos em periódicos científicos de acesso aberto; dita prazos para disponibilizar artigos no RI; esclarece em quais casos não é obrigatório o depósito no RI e quando não é obrigatório, como por exemplo, em seu Art. 10 que diz: “ficam desobrigados de depósito no RIP os documentos cujos conteúdos integram resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados [...]” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2015).

**A questão sobre patentes é importante para o IFSP**, que possui, como uma das principais características, o desenvolvimento de tecnologias, conforme demonstrado na seção 2 desta pesquisa. A UFRGS esclarece que o material a ser submetido não deve ser efêmero, deve estar em formato digital, estar completo e finalizado, e instrui sobre prazos de embargo. A UFPR disponibiliza um capítulo em suas diretrizes, no qual aborda os critérios para ingresso e permanência na Biblioteca Digital de periódicos. Para os IFs, a avaliação deverá ser feita sob o ponto de um auto-arquivamento mandatório

(obrigatório) ou voluntário, onde se encoraja os pesquisadores a efetuarem o depósito de suas pesquisas no RI voluntariamente. Ambas as situações exigirão estudo jurídico para amparar os pesquisadores e a instituição.

Quanto à subcategoria **“Revisão das diretrizes de Funcionamento”**, está presente em apenas um (33%) documento, que é da UFPR. Para esta subcategoria, o documento que contém as diretrizes de funcionamento estabelece um período anual para revisão, feita pelo SIBI e, se necessário, efetuam-se as atualizações quando necessário. O item de planejamento impresso na diretriz de funcionamento descarta a necessidade de um documento à parte, prevendo revisões e pode ser benéfico para sua sustentabilidade/continuidade. Conforme salienta Shintaku e Meirelles (2010, p. 32), as diretrizes, após definidas, “não são definitivas, podendo ser alteradas conforme a necessidade ou contexto dando um maior dinamismo”.

No que se refere à ocorrência da Subcategoria **“Responsabilidades do SIBI”**, está presente em 66% dos documentos. Para a UFRJ, “é de responsabilidade do SIBI o desenvolvimento e alimentação para a guarda e preservação, os processos de recepção e coleta da produção científico-acadêmica”, a inserção de metadados e a inserção dos documentos em seu repositório, além de promover o registro da produção científica da instituição em órgão internacional competente. Já para a UFPR, o SIBI é o responsável gerencial e operacional do RI (elabora diretrizes de Atribuição de identificador persistente, planeja e desenvolve cursos e oficinas de capacitação, cataloga e indexa, dentre outros).

Já a subcategoria **“Inclusão de comunidades e coleções”**, está presente em 66% dos documentos. O documento da UFPR descreve que a “inclusão de coleção retrospectiva de títulos de periódicos científicos fica sob responsabilidade do editor da revista”, ou seja, o documento não trata de comunidades e sim da coleção retrospectiva, em virtude da característica da instituição; no documento da UFRGS, a subcategoria em questão descreve quais requisitos devem ser preenchidos para a inclusão de comunidades e coleções.

**Quadro 18** – Categorias de análise Acesso Aberto e ocorrências das Subcategorias.

RI	Categorias de Análise	
	Acesso Aberto	
	Subcategorias de Análise	
	Capacidade de integração do RI	Software livre
UFPR	-----	-----
UFRGS	-----	-----
UFRJ	X	X
Total	1	1

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

No que se refere à categoria de análise “**Acesso Aberto**”, identificou-se a ocorrência das Subcategorias “**Capacidade de Integração do RI**” e “**Software livre**”, em 33% do documento. Ambas as subcategorias constam no documento da UFRJ. Na subcategoria “**Capacidade de integração do RI**”, conforme as diretrizes de funcionamento, trata da capacidade de interoperabilidade que o RI deve possuir com outros sistemas nacionais e internacionais, considerando o uso de padrões e protocolos de integração, preferencialmente seguindo aqueles definidos no modelo de Arquivos Abertos. E, para a subcategoria “**Software livre**”, menciona que o RI “funcionará em plataforma desenvolvida em software livre, em consonância com os princípios do acesso aberto”.

As discussões dos questionários, entrevistas e da coleta documental das universidades federais brasileiras permite sugerir diretrizes de funcionamento considerando as especificidades do IFSP, principalmente no tocante ao seu modo de produção do conhecimento, que são:

- Objetivos do RI: item presente em todos os documentos, de caráter introdutório.
- Contextualização do RI: item que também é de caráter introdutório, que deve constituir em descrição de um pequeno histórico.
- Equipe responsável: define os papéis e as responsabilidades. Deve haver uma equipe responsável; o setor mais indicado pelos dados dos

documentos e relatos de entrevista são os SIBIs, cuja maioria dos IFs não possui.

- Condições de acesso e uso: esclarece o caráter do RI, que é de acesso aberto, sem custos para o usuário e, quanto ao uso, deve enfatizar o respeito ao direito autoral.
- Condições para submissão: presente em todos os documentos. Seu conteúdo deverá ser aprofundado pelos IFs, diferente das universidades, visto que, dentre suas características, estão o registro de patentes, tecnologia e inovação.
- Revisão das diretrizes de funcionamento: previsão temporal de retomada para discussões de adequabilidade dos itens constantes nas suas diretrizes.
- Responsabilidade do SIBI: presente em 66% dos documentos. Ressalta-se que a maioria dos IFs não possui SIBI.
- Inclusão de comunidades e coleções: presente em 66% dos documentos e deverá ser pauta de discussão para as instituições e sua definição se dará conforme características específicas institucionais.
- Capacidade de integração do RI: estabelece padrões e protocolos de integração.
- Software: deve funcionar em plataforma desenvolvida em software livre, em consonância com os princípios do acesso aberto, como exemplo, o *DSpace*.

Os itens apresentados foram identificados nos instrumentos de coleta conforme apresentado no quadro 19:



**Quadro 19** – Relação das diretrizes identificadas com os instrumentos de coleta.

<b>DIRETRIZES</b>	<b>PESQUISA DOCUMENTAL</b>	<b>QUESTIONÁRIO</b>	<b>ENTREVISTA</b>
Objetivos do RI	<b>X</b>	-----	<b>X</b>
Contextualização do RI	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
Equipe responsável	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
Condições de acesso e uso	<b>X</b>	-----	<b>X</b>
Condições para submissão	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
Revisão das diretrizes de funcionamento	<b>X</b>	-----	<b>X</b>
Responsabilidade do SIBI	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
Inclusão de comunidades e coleções	<b>X</b>	-----	<b>X</b>
Capacidade de integração do RI	<b>X</b>	-----	<b>X</b>
Software	<b>X</b>	-----	<b>X</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento da presente pesquisa, procurou-se compreender quais caminhos podem ser trilhados para a construção de um repositório em uma instituição federal de ensino, o Instituto Federal de São Paulo. Assim, a pesquisa teve como principal objetivo identificar, com base na realidade dos RIs das universidades federais brasileiras, quais diretrizes de funcionamento podem ser adotadas na criação de um RI para o IFSP.

Para tanto, conclui-se que:

A coleta documental foi útil e necessária, permitiu apresentar algumas diretrizes de funcionamento já existentes e estiveram vinculadas com o segundo objetivo específico, a saber, “relacionar diretrizes e práticas observadas a partir das diretrizes de funcionamento dos RIs das universidades”. Além do que, foi também útil para o desenvolvimento das questões do questionário e entrevista.

O uso do questionário como instrumento complementar de coleta, foi útil e válido para a elaboração das questões da entrevista, além de confirmar alguns elementos, a saber: a formação exata dos gestores a serem entrevistados (a partir dos quais foi coletada a maior parte dos dados utilizados para análise), a participação dos bibliotecários no Comitê Gestor do RI, o tempo de expertise das instituições quanto aos RIs, a média de profissionais utilizada para a criação e manutenção de RIs, a importância e participação dos Sistemas de Bibliotecas, o não uso do estudo de usuários pela maioria das instituições na criação de seus RIs e, por fim, a falta de planejamento relativa aos custos dos RIs.

As entrevistas foram de fundamental importância, pois apresentaram a expertise de gestores das universidades e o contexto em que os repositórios das instituições onde trabalham foram criados. Dessa forma, a entrevista demonstrou como pensam e agem os gestores dos RIs; captou acertos, dificuldades, estratégias que não estão registradas na literatura, o que permitiu identificar itens que possam fazer parte das diretrizes de funcionamento de um RI, no Instituto Federal de São Paulo (IFSP).

Dito isso, além do objetivo geral, o estudo propôs 4 objetivos específicos, onde ressalta-se que:

O primeiro objetivo específico “apresentar como ocorreu o processo de implementação das diretrizes de funcionamento dos RIs nas universidades”, foi alcançado, por meio das entrevistas. Sobre seus resultados, é possível concluir que os processos de criação e aprovação das diretrizes foram longos, com poucos profissionais envolvidos na implementação e que não se dedicam exclusivamente ao repositório, pois deveriam desenvolver outras atividades dentro de suas instituições.

Ainda, as discussões em suas implementações estiveram relacionadas com as atribuições dos metadados para o repositório, o papel que cada profissional deveria desenvolver, ou seja, as atribuições de cada profissional no repositório.

Quanto às dificuldades enfrentadas, foram pontuadas algumas observações, tais como: a quantidade insuficiente de profissionais envolvidos nesse processo; o desafio de motivar os pesquisadores a fazerem o depósito de suas produções; conseguir as autorizações para disponibilizar as produções científicas no repositório e definir as formas de autoarquivamento. Parte das universidades entrevistadas na pesquisa foi pioneira no país em relação ao desenvolvimento de repositórios, o que refletiu diretamente na dificuldade para a escolha de software e para a troca de informações entre as instituições de ensino, visto que era novidade para todos, ou seja, faltava de uma referência.

A avaliação das diretrizes de funcionamento não é feita de maneira formal, pois todos a adotaram de maneira informal, utilizando caminhos como o feedback dos usuários, a expertise de outras instituições, além da própria rotina com o manejo das atividades dos repositórios.

É praxe trabalhar com poucos recursos, aprender com os erros e, assim, evitar o retrabalho; para as diretrizes de funcionamento, recomenda-se não colocar os formatos de arquivos, porque as mudanças ocorrem com muita rapidez; indica-se, isso sim, acrescentar às diretrizes, contudo, de forma genérica. Quanto ao software, todos os entrevistados utilizam o *Dspace*.

Para os repositórios que incluíram produções que não são produções científicas, precisam estar muito bem descritas, para que fiquem separadas das produções de cunho científico. É importante esclarecer que não houve, por parte do pesquisador, o julgamento de certo ou errado quanto aos repositórios que possuem publicações que não sejam científicas; todavia, pautou-se nos

relatos e, dessa forma, entende-se que cada instituição deve discutir quais as suas necessidades. Nessa mesma linha, para os “dados” de pesquisa, deve-se constituir um repositório específico.

As equipes de trabalho para o RI devem ser multidisciplinares. Além dos bibliotecários e analistas de sistemas, outros profissionais também são importantes para o RI. São eles: curador digital, programadores, designers de programação visual. Na condução do RI, há uma diferença entre Comitê Gestor e a Gestão do dia a dia do RI, cuja função está alicerçada em decisões mais abrangentes que se refletirão nas políticas, portarias e outros documentos da instituição e, ainda, a gestão do dia a dia está vinculada ao trabalho operacional.

É necessário ter uma gestão que consiga o apoio da instituição, das bibliotecas setoriais e que consiga estabelecer uma boa relação entre o SIBI e o setor de informática.

As políticas de arquivamento flexíveis predominam entre os entrevistados; as diretrizes relativas à submissão da produção científica deve contemplar aspectos relativos aos embargos e concessões, aos direitos autorais, tipos de documentos que serão aceitos, etc. Quanto ao depósito da produção científica, as teses e dissertações são obrigatórias e se apoiam na legislação para tal, mais especificamente na portaria nº 13 da CAPES; já para os TCCs, em algumas instituições, também são de ordem mandatória e se utilizam de um documento institucional, normalmente chancelado por uma pró-reitoria. Já para os materiais como artigos, capítulos de livros, entre outros, não é obrigatório o depósito.

O autoarquivamento (onde o próprio autor faz o depósito) é um modelo adotado para as produções científicas que não são de ordem mandatória, corroborando com Leite (2009a), que observa a necessidade de envolvimento e comprometimento de todos os atores da instituição, permitindo, assim, que essa diretriz seja definida. Todas as universidades adotaram em suas diretrizes de funcionamento questões sobre o embargo. Para alguns gestores, a questão das patentes é tratada como questão de embargo, mas, para tal, precisa de justificativa registrada.

As universidades não planejaram seus recursos financeiros para a criação e manutenção do RI. No entanto, considera-se que o custo inicial não é

elevado, considerando que a instituição usará os recursos humanos já existentes. A estrutura mínima necessária e suficiente para início de um RI inclui um computador, um servidor (hardware que serve um serviço/recurso) e os recursos humanos (bibliotecários e analistas). Não há previsão de verba anual que garantam a sustentabilidade do RI; os aportes financeiros são requeridos conforme necessidade de cada RI.

É possível desenvolver/administrar as atividades do RI sem um espaço determinado, mesmo em uma estrutura *multicampi*, mas, para isso, é necessária a constituição de um SIBI e um efetivo envolvimento do setor de TI. É condição indispensável à existência do Sistema Integrado de Bibliotecas na implantação e manutenção dos RIs.

Quanto ao segundo objetivo específico, “Relacionar diretrizes e práticas (observadas a partir das diretrizes de funcionamento dos RIs pesquisados) com o modo de produção da literatura científica no IFSP”, foi devidamente alcançado por meio do questionário, das entrevistas e da análise documental, obtendo-se, como resultado, sugestões de diretrizes de funcionamento oferecidas ao final da seção “Apresentação e Discussão dos dados”.

No terceiro objetivo específico, “apresentar as percepções dos gestores de RI sobre a necessidade de participação do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) na fase de planejamento para a criação de RI” e também no quarto, “Identificar e apresentar as percepções dos gestores de RIs nas universidades federais em relação ao papel do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI)”, considera-se que os objetivos também foram alcançados, com base nas respostas dos questionários e das entrevistas. Todos os entrevistados apontaram que os Sistemas de Bibliotecas participaram e foram importantes nas discussões para a implantação e a continuidade dos RIs e, inclusive, na confecção de suas diretrizes de funcionamento. A maioria dos respondentes dos questionários partilha da mesma opinião. Verifica-se que o fato de o IFSP não dispor de um SIBI pode ser um impeditivo para a criação e/ou sustentabilidade de um repositório institucional, afirmação esta que se sustenta também nos resultados dos questionários e entrevistas.

Quanto às limitações encontradas para a realização do estudo, a principal foi o aspecto tecnológico em decorrência das conexões via internet

para a realização das entrevistas feitas com os gestores dos RIs das universidades.

Sob a perspectiva das contribuições do estudo, buscou-se preencher lacunas existentes no conhecimento já produzido, registrado e acumulado na literatura, particularmente em relação ao processo de criação de repositórios em instituições, com foco na educação profissional e tecnológica. Prezamos que o estudo contribua para as instituições que aspiram criar seus repositórios institucionais e, almejamos, que este estudo possa colaborar com o desenvolvimento de outros trabalhos, no sentido de aprofundar o conhecimento sobre os repositórios institucionais relacionados às diretrizes de funcionamento e planejamento. Além de certificar os Institutos Federais e instituições semelhantes sobre a necessidade da criação de um SIBI antes mesmo da implantação de um repositório institucional.

Finalizamos esta pesquisa sugerindo que se elaborem estudos de viabilidade para a implantação de um Sistema de Bibliotecas para o Instituto Federal de São Paulo, pois é um importante aliado na criação e manutenção do RI. Sugerimos, também, o desenvolvimento de um projeto para a implantação de um Repositório Institucional para Instituto Federal de São Paulo, considerando que este estudo não é um projeto de RI mas, sim, uma parte que poderá ser a integrante desse todo a ser desenvolvido e, por fim, que se realizem estudos sobre as diretrizes mandatórias que garantam o depósito, principalmente no tocante a produtos e processos tecnológicos, de inovação e patentes, pois fazem parte do modo de produção do conhecimento dos Institutos Federais.

## REFERÊNCIAS

- ABADAL, E. **Acceso abierto a la ciencia**. Barcelona: Editorial UOC, 2012. Disponível em: < <https://core.ac.uk/download/pdf/11889005.pdf> >. Acesso em: 08 mar. 2017.
- ABADAL, E.; ANGLADA, L. Tecnologia i biblioteques: una mirada al passat per veure els reptes del futur, **Item**, n. 52, p. 24-36, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/GSkmrN>>. Acesso em: 08 mar. 2017.
- ABRIZAH, A; NOORHIDAWATI, A; KIRAN, K. Global visibility of Asian universities' Open Access institutional repositories. **Malaysian Journal of Library & Information Science**, [S.l.], v. 15, n. 3, p. 53-73, may 2017
- ALBAGLI, S. Divulgação científica: informação científica para a cidadania? **Ciência da Informação**. v.25, n.3, p.396-404, 1996.
- ALBAGLI, S. ; MACIEL, M. L. . Informação, poder e política: a partir do Sul, para além do Sul. In: Maciel, M.L.; Albagli, S.. (Org.). **Informação, conhecimento e poder**: mudança tecnológica e inovação social. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, v. 1, p. 9-40.
- ALVES, Cristiano Alvarenga. **Gestão da Comunicação das Universidades Federais**: mapeamento das ações e omissões. 2014. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/126510>>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- ALVES, Virginia Barbara Aguiar. Open Archives: via verde ou via dourada?. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 2, n. 2, p.127-137, ago/set. 2008. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1780>>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. p. 279.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2015. p. 279.
- BAPTISTA, Ana Alice et al. Comunicação Científica: o papel da Open Archives Initiative no contexto do Acesso Livre. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p.1-17, jan. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2007v12nesp1p1>>. Acesso em: 22 abr. 2017.
- BARRETO, A. Uma história da Ciência da Informação. In: TOUTAIN, L. (Org), **Para entender a Ciência da Informação**. Salvador: EDUFABA, 2007. p. 13 – 34.

BECKER, Caroline da Rosa Ferreira; FAQUETI, Marouva Fallgatter. **Panorama das bibliotecas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**: um olhar sobre a gestão. Blumenau: IFC, 2015. 108 p.

BETHESDA Statement on Open Access Publishing. Release June, 2003. Disponível em: <<http://www.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>>. Acesso em: 5 maio 2017.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org). **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003, p. 112-143.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado 387/2011**. Dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências. 2011. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=352237>>. Acesso em: 15 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei 1120/2007**. Dispõe sobre o processo de disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de ensino superior no Brasil e dá outras providências. 2007. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/461698.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Histórico**. 2017. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Portal Brasil. **Surgimento das escolas técnicas**. 2011a. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2011/10/surgimento-das-escolas-tecnicas>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **Portaria nº 013**, de 15 de fevereiro de 2006. Institui a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 26 set. 1909. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017.



\_\_\_\_\_. Decreto de 18 de janeiro de 1999. Dispõe sobre a implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo - CEFET/SP, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 17 fev. 1999. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/1999/decreto-49212-18-janeiro-1999-596925-norma-pe.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.279**, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9279.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm)>. Acesso em: 16 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.973**, de 2 de Dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/2004/lei-10973-2-dezembro-2004-534975-publicacaooriginal-21531-pl.html>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 04 jul. 1978. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6545-30-junho-1978-366492-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.973**, de 2 de Dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/2004/lei-10973-2-dezembro-2004-534975-publicacaooriginal-21531-pl.html>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Lei da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11892-29-dezembro-2008-585085-publicacaooriginal-108020-pl.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BUDAPEST Open Access Initiative - BOAI. Budapest Open Access Initiative. Budapeste. 2002. Disponível em:<<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/>> . Acesso em: 06 fev 2017.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história**: Cinco séculos de um país em construção. São Paulo: Leya, 2010. 480 p.

BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. , p.1-12, 16 dez. 2010. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/6585/6761>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

CAMPELLO, Ana Margarida. Cefetização das Escolas Técnicas Federais: Projetos em disputa, nos anos 1970 e nos anos 1990. **Educ. Technol.**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p.26-35, Jan. 2007.

CAVALCANTE, R.B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M.M.K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta da pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Revista Informação & Sociedade**, v. 24, n. 1, p. 13-18, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/10000/10871>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008 (Coleção Sociologia).

CHRISTOVÃO, Heloisa Tardin; BRAGA, Gilda Maria. Ciência da Informação e sociologia do conhecimento científico: a intertemacidade plural. **Transinformação**, v.9, n.3, p.33-45, set/dez.1997.

COSTA, Michelli Pereira da. **Características e contribuições da via verde para o acesso aberto à informação científica na América Latina**. 2014. 224 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/15687>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

COSTA, Michelli Pereira da; LEITE, Fernando César Lima. **Repositórios institucionais da América Latina e o acesso aberto à informação científica**. Brasília: Ibict, 2017. p. 178.

CROW, R. **The case for institutional repositories**: A SPARC position paper. ARL Bimonthly Report, n. 223, 2002. Disponível em: <  
<http://sparc.arl.org/resources/papers-guides/the-case-for-institutional-repositories>>. Acesso em: 15 mai 2017.

Cybermetrics Lab. **Ranking web of universities**. Madri. Disponível em: <  
<http://www.webometrics.info/en>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

DECLARAÇÃO de Florianópolis. 2006. Disponível em: <  
<http://www.ibict.br/Sala-de-Imprensa/noticias/2006/declaracao-de-florianopolis>>  
 . Acesso em: 25 maio 2008.

DECLARAÇÃO de apoio ao acesso aberto à literatura científica: Carta de São Paulo. 2005. Disponível em:<  
[http://www.acessoaberto.org/carta\\_de\\_sao\\_paulo\\_acesso\\_aberto.htm](http://www.acessoaberto.org/carta_de_sao_paulo_acesso_aberto.htm)>.  
 Acesso em: 25 maio 2017.

DECLARAÇÃO de Berlim sobre Acesso ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades. Conferência sobre Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades, Berlin, Outubro, 2003. Disponível em:<  
<https://repositorium.sdum.uminho.pt/about/DeclaracaoBerlim.htm>>. Acesso em 06 fev. 2017.

DECLARAÇÃO de Santo Domingo. **A ciência para o século XXI**: uma visão nova e uma base de ação Conferência Mundial sobre Ciência. República Dominicana, março de 1999. Disponível em: <  
[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:1yL9nL4aKKQJ:www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do%3Fselect\\_action%3D%26co\\_obra%3D14808%26co\\_midia%3D2+&cd=1&hl=pt-BR&ct=cnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:1yL9nL4aKKQJ:www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do%3Fselect_action%3D%26co_obra%3D14808%26co_midia%3D2+&cd=1&hl=pt-BR&ct=cnk&gl=br)>  
 Acesso em: 10 maio 2017.

DECLARAÇÃO de Salvador sobre o Acesso Aberto: a perspectiva dos países em desenvolvimento. International Seminar on Open Access. Setembro de 2005. Disponível em: <  
<http://www.icml.org/channel.php?lang=pt&channel=86&content=428>>. Acesso em 4 mar. 2017.

DECLARAÇÃO sobre a ciência e o uso do conhecimento científico: Versão adotada pela Conferência Budapeste. UNESCO, 1999. Disponível em:  
 <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=14807](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=14807)>. Acesso em: 12 abr. 2017

DEWATRIPONT, M. et.al. **Study on the economic and technical evolution of the scientific publication markets in Europe**. [S.l.]: European Commission. 2006. Disponível em: <[europa.eu.int/comm/research/science-society/pdf/scientific-publication-study\\_en.pdf](http://europa.eu.int/comm/research/science-society/pdf/scientific-publication-study_en.pdf)>. Acesso em: ago. 2017.

DINIZ, J. P. A. et al. A cooperação técnica nas bibliotecas do IF Goiano: relato da experiência dos bibliotecários para consolidação do sistema integrado de bibliotecas (SIBI). In: SEMINARIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS, 19, 2016, Manaus. **Anais...** Manaus: UFPA, 2016. Disponível em: <<https://anaissnbu.emnuvens.com.br/anais/article/view/370>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

DINIZ, J. P. A. et al. Gestão das bibliotecas do instituto federal goiano: implantação do sistema integrado de bibliotecas – SIBI. In: SEMINARIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS, 18., 2014, Belo Horizonte – MG. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

DIRECTORY OF OPEN ACCESS REPOSITORIE. OpenDoar: The Directory of Open Access Repositories – OpenDOAR. Disponível em: <<http://www.opendoar.org/>>. Acesso em: fevi. 2017.

FERREIRA, Sueli Mara; MODESTO, Fernando; WEITZEL, Simone R. Comunicação científica e o protocolo OAI: uma proposta na área de ciências da comunicação. In: INTERCOM - CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: [s.n.], 2003.

FERREIRA, S.M.S.P. Fontes de informação em tempos de acesso livre/aberto. In: KAIMEN, M.J.G.; CARELLI, A.E. (Org.) **Recursos informacionais: redesenhando acesso, disponibilidade e uso**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007. P.141-173.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. O processo de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 119-138, 1979. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1536/1153>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

FRANÇA, Maira Nani. **Gestão em bibliotecas universitárias públicas: um enfoque tecnológico**. 2015. 202 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

GARVEY, William D. **Communication: the essence of science**. Oxford: Pergamon Press, 1979. 332p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUEDÓN, Jean-claude. The “Green” and “Gold” Roads to Open Access: The Case for Mixing and Matching. **Serials Review**, [s.l.], v. 30, n. 4, p.315-328, jan. 2004.

HARNAD, S. The self-archiving initiative: freeing the refereed research literature online. **Nature**, n. 410, p. 1024-1025. 2001. Disponível em: <<https://eprints.soton.ac.uk/255947/>> .Acesso em: jun. 2017.

HARNAD, S; CARR, Les; GINGRAS, Yves. Maximizing Research Through Open Access Mandates and Metrics. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.4, n.2, set. 2008, p.269-273. Disponível em:< <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3176/2841>>. Acesso em 20 mai.2017.

HARNAD, Stevan et al. The access/impact problem and the green and gold roads to open access. **Serials Review**, v. 30, n. 4, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.serrev.2004.09.013>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

HARNAD, S. Open Access to Research: Changing Researcher Behavior Through University and Funder Mandates. **Journal of Democracy and Open Government**. Reino Unido, v. 3, n. 1, p. 33-41, 2011.

HARNAD, Stevan; POYNDRER, Richard. **Open and Shut?: The Subversive Proposal at 20**. Open and shut?, Jun 28, 2014. Disponível em: <<http://poynder.blogspot.co.uk/2014/06/thesubversive-proposal-at-20.html>>. Acesso em: 19 maio 2015

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R.; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos.; BAPTISTA LUCIO, M.P. **Metodologia de pesquisa**.5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

INSTITUTO Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **BDTD: O que é?**. Brasília, 2017a. Disponível em:< <http://bdttd.ibict.br/vufind/Contents/Home?section=what>>. Acesso em 16 fev. 2017.

INSTITUTO Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Oasisbr: Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto**. Brasília, 2017b. Disponível em:< <http://oasisbr.ibict.br/vufind/>>. Acesso em 16 fev. 2017.

KURAMOTO, Hélio. Prefácio. In: LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto**. Brasília: Ibict, 2009. p. 7-10.

O MANIFESTO brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica, 2005. In: KURAMOTO, Hélio. Blog: **O manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica**. Disponível em: <<http://kuramoto.blog.br/2006/03/12/omanifesto-brasileiro-de-apoio-ao-acesso-livre-a/>> .Acesso em: 10 maio 2017.

KURAMOTO, Hélio. Repositórios Institucionais: políticas e mandatos. In: SAYÃO, Luis et al. **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: Edufba, 2009. p. 203-217.

KURAMOTO, Hélio. Repositórios digitais: abertura, visibilidade, liberdade e muitas certezas. **Observatório da imprensa**, ano 14, n. 444, 2007. Disponível em:  
<<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=444DAC001>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

KURAMOTO, Hélio. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ci. Inf**, Brasília, v. 35, n. 2, p.91-102, ago. 2006. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652006000200010&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652006000200010&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 05 maio 2017.

KURAMOTO, Hélio. **A via verde é a mais viável**. Blog do Kuramoto. Abr. 2011. Disponível em: <<https://kuramoto.wordpress.com/2011/04/12/a-via-verde-e-a-mais-viavel/>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

KURAMOTO, Hélio. **A via dourada ou a via verde quem vem primeiro?** Blog do Kuramoto. Maio. 2010. Disponível em:  
<<https://kuramoto.wordpress.com/2010/05/05/via-dourada-ou-via-verde-quem-vem-primeiro/>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

KURAMOTO, Hélio. **A via dourada**: um longo caminho ainda a percorrer. Blog do Kuramoto. Mar. 2013. Disponível em:  
<<https://kuramoto.wordpress.com/2013/03/14/a-via-dourada-um-longo-caminho-ainda-a-percorrer/>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

KURAMOTO, H. **AO**: tentando esclarecer conceitos I. Blog do Kuramoto, 12 set. 2011. Disponível em: <<https://kuramoto.wordpress.com/2011/09/12/open-access-tentando-esclarecer-conceitos/>>. Acesso em: 25 mai 2017.

KURAMOTO, Hélio. Acesso Livre: uma solução adotada em todo o globo; porém, no brasil parece existir uma indefinição. **RECIIS – Rev. Eletron. de Comun. Inf. Inov. Saúde**. v .8, n. 2, jun., 2014. Disponível em:  
<[www.reciis.iciict.fiocruz.br](http://www.reciis.iciict.fiocruz.br)>. Acesso em: 19 nov. 2017.

LAGOZE, C.; VAN DE SOMPEL, H. The Open Archives Initiative: building a low-barrier interoperability framework. In: JOINT CONFERENCE ON DIGITAL LIBRARIES, 1, 2001. Roanoke. **Proceedings...** Association for Computing Machinery, 2001. P. 54-62. ACM/IEEE-CS. J Goldman et al. Transforming Access to the Spoken Word. Disponível em:  
<[www.openarchives.org/documents/jcdl2001-oai.pdf](http://www.openarchives.org/documents/jcdl2001-oai.pdf)>. Acesso em: jun. 2017

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1996.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto.** Brasília: Ibict, 2009a. 120 p.

LEITE, Fernando César Lima. **Por que, para quem e como criar repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica?** In: I Encontro sobre Gestão de Repositórios Institucionais de acesso aberto à informação científica. Brasília. 05 nov. 2009b. 90 slides. Disponível em: <<https://kuramoto.files.wordpress.com/2009/11/por-que-para-quem-e-como-criar-ri.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

LEITE, Fernando et al. **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica.** Brasília: IBICT, 2012.

LEITE, Fernando; COSTA, Michelli. **Comunicação científica: aspectos introdutórios.** Brasília; [20??]. 67slides. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/MichelliCosta3/comunicacao-cientifica-competncia-informacional-ic>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

LEVY, Pierre. Pela Ciberdemocracia. In: MORAES, Denis. **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder.** 5.ed. Rio de Janeiro: Record. 2010. P. 367-383

LYNCH, C.A. **Institucional repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age.** ARL Bimonthly Report, v.26, 2003. Disponível em: <<http://old.arl.org/resources/pubs/br/br226/br226ir~print.shtml>>. Acesso em: 15 maio 2017.

MANIFESTO de Acesso Aberto a Dados da Pesquisa Brasileira para Ciência Cidadã. 2016. Disponível em: <[http://www.ibict.br/Sala-de-Imprensa/noticias/2016/ibict-lanca-manifesto-de-acesso-aberto-a-dados-da-pesquisa-brasileira-para-ciencia-cidada/#\\_ftn1](http://www.ibict.br/Sala-de-Imprensa/noticias/2016/ibict-lanca-manifesto-de-acesso-aberto-a-dados-da-pesquisa-brasileira-para-ciencia-cidada/#_ftn1)>. Acesso em: 5 abr. 2017

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luís Fernando. À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, Luís Fernando et al. (Org). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação.** Salvador: EDUFBA, 2009. p. 9-2.

MÁRDERO ARELLANO, M. A. Preservação em repositórios digitais. In: Seminário sobre Informação na Internet: conteúdos e infodiversidade e II GeCIC. 2, 2008, Brasília. **Anais**, 2008. p.50. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000008868/b5f7e05b02a9962cbb3b8370453a8055>>. Acesso em: 15 mai 2017.

MARTINS,H. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p.289-300, mai/ago, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica.** Brasília: Brique de Lemos, 1999.

MEADOWS, A. J., BUCKLE, P. Changing communication activities in the British scientific communication. **The Journal of Documentation**, v.48, n.3, p.276-290, sept. 1992.

MEINDERTSMA, Jessica. **Open access and “A Subversive Proposal”** [online]. The Ohio State University. Ohio, Jul. 2014. Disponível em: <<https://library.osu.edu/blogs/copyright/2014/07/17/open-access-and-a-subversive-proposal/>>. Acesso em: 05 maio 2017.

MIRE. The institutional repository in 2010... and beyond. In: ONLINE INFORMATION CONFERENCE. 2009. London. [Anais Online, Londres], 2009. Disponível em: <<https://atmire.com/presentations/OnlineInformation2009/Repositories-in-2010.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

MORENO, F. P.; ARELLANO, M. A. M. Publicação científica em arquivos de acesso aberto. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.76-86 jan./jun. 2005. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/propesq1/sobrelinks/arquivos/Publicacao\\_acesso\\_aberto.pdf](http://www.ufrgs.br/propesq1/sobrelinks/arquivos/Publicacao_acesso_aberto.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2017.

MUCCIOLI, Cristina et al. Pesquisa científica, inovação e desenvolvimento. **Arquivos Brasileiros de Oftalmologia**, [s.l.], v. 70, n. 3, p.383-383, jun. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0004-27492007000300001>. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0004-27492007000300001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27492007000300001)>. Acesso em: 30 jan. 2018.

MUELLER, S. P. M. O periódico científico. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B.V.; KREMER, J. M. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 73-95.

MUELLER, S. P. M. O impacto das tecnologias de informação na geração do artigo científico: tópicos de estudo. **Cienc Inf.**, Brasília, v.23. n.3, p.309-317.

MUELLER, S. P. M. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 35, n. 2, ago. 2006 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652006000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652006000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 27 mar. 2017.

OLIVEIRA, Renan Rodrigues de; CARVALHO, Cedric Luiz de. **Implementação de Interoperabilidade entre Repositórios Digitais por meio do Protocolo OAI-PMH**. Goiás: Ufg, 2009. Disponível em: <[http://www.inf.ufg.br/sites/default/files/uploads/relatorios-tecnicos/RT-INF\\_003-09.pdf](http://www.inf.ufg.br/sites/default/files/uploads/relatorios-tecnicos/RT-INF_003-09.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2017.

OLIVIERI, Laura. A importância histórico-social das Redes. In: **Manual de Redes Sociais e Internet**. Disponível em: <<http://formacaoredefale.pbworks.com/f/A+Import%C3%A2ncia+Hist%C3%B3rico-social+das+Redes.rtf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.



PERUCCHI, Valmira; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Autoria da produção científica e tecnológica dos grupos de pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 40, n. 2, p.244-255, 2011.

PERUCCHI, Valmira; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Estudo com as patentes produzidas e o perfil dos inventores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Rev. Digit.bibliotecon.cienf. Inf.**, Campinas, v. 12, n. 1, p.191-213, 2014.

PERUCCHI, Valmira; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Produção de conhecimento científico e tecnológico nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma investigação sobre a sua natureza e aplicação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 21, n. 1, p.134-151, mar. 2016.

PERUCCHI, Valmira; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Produção dos professores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no currículo da Plataforma Lattes. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 1, p.111-128, 19 jun. 2017.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; GOMES, Sandra Lúcia Rebel. Redes eletrônicas e seus impactos na comunicação científica de pesquisadores brasileiros. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB, 5., 2003, Belo Horizonte. **Paper**. Belo Horizonte: Ancib, 2003. p. 1 - 20. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/venancib/paper/viewFile/1957/1098>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

PROSSER, D. C. Open Access: the future of scholarly communication. **Cadernos Bad**, n.1, p. 6-20, 2005.

ROSA, F. G.; GOMES, M. J. Coordenadores de comunidades de repositórios institucionais: o caso do Repositório. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. esp., p. 100 – 115, 2. sem. 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/16591>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

SANTOS, Maria Aparecida Brito. **Regulamentação e concepção das bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: em busca de sua historicidade e identidade. 2017. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência, Tecnologia e Sociedade, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

SANTOS, Solange Maria dos. **Perfil dos periódicos científicos de Ciências Sociais e de Humanidades**: mapeamento das características extrínsecas. São Paulo: s.n, 2010. 176 f. Dissertação(Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SARMENTO, F; MIRANDA, A; BAPTISTA, A.A; RAMOS, I. **Algumas considerações sobre as principais declarações que suportam o movimento Acesso Livre**. 2005. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4282/1/Sarmento+Miranda+Baptista+Ramos+-+Vers%C3%A3o+Final.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

SAYAO, L. F. (Org.); TOUTAIN, L. B. (Org.); Rosa, F.G. (Org.); MARCONDES, C. H. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais** : políticas, memória, livre acesso e preservação. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2009. 365p. SciELO. Scientific Electronic Library Online. São Paulo, 2017. Disponível em:< <http://www.scielo.br/?lng=pt>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

SCHAUDER, Don. **Electronic publishing of professional articles: attitudes of academics and implications for the scholarly communication industry**. Journal of the American Society for Information Science and Technology, v.46, n.2, p. 73-100.

SCHWEDE, Marcos Aurelio. **A ciência e a tecnologia entre projetos de sociedade em disputa: o caso do IFSC**. 2015. 327 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

SELLTIZ, Claire. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1967.

SHINTAKU, M.; MEIRELLES, R. **Manual do DSPACE**: administração de repositórios. Salvador : EDUFBA, 2010.

SILVA, Caetana Juracy Resende (Org.). **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões**. Natal: IFRN, 2009. Disponível em:< [portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc\\_download&gid=3753-lei-11892-08-if-comentadafinalcategory\\_slug=marco-2010-pdf&Itemid=30192t](http://portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc_download&gid=3753-lei-11892-08-if-comentadafinalcategory_slug=marco-2010-pdf&Itemid=30192t)>. Acesso em: 28 dez. 2017.

SILVEIRA, M. S. M.; ODDONE, N. E. Livre acesso à literatura científica: realidade ou sonho de cientistas e bibliotecários? In Proceedings CINFOM – Encontro Nacional de Ciência da Informação V, Salvador – Bahia, 2004. Disponível em :<[http://dici.ibict.br/archive/00000572/01/Livre\\_acesso\\_%C3%AO\\_literatura\\_cient%C3%ADfica.pdf](http://dici.ibict.br/archive/00000572/01/Livre_acesso_%C3%AO_literatura_cient%C3%ADfica.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2017

SPINAK, E. **O que é este tema dos preprints?** [online]. *SciELO em Perspectiva*, Jul. 2017. Disponível em:< <http://blog.scielo.org/blog/2016/11/22/o-que-e-este-tema-dos-preprints/>>. Acesso em: 08 maio 2017.

SUBER, P. The primacy of authors in achieving open access. Nature, London, 2004. Disponível em: <<http://www.nature.com/nature/focus/accessdebate/24.html>>. Acesso em: mar. 2018.

SUBER, P. **Open Access Overview**: Focusing on open access to peer-reviewed research articles and their preprints. In: Open access. Cambridge: MIT Press, 2012.

SWAN, A. Open-access self-archiving: an introduction. Key Perspectives, Cornwall, 2005. Disponível em: <<https://eprints.soton.ac.uk/261006/>>. Acesso em: mar. 2018.

TARGINO, M. G. A. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 10, n. 2, p. 37-85, 2000. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/1182>>. Acesso em: 16 Abr. 2017.

TARGINO, M. das G. Divulgação científica e discurso. Revista Comunicação e Inovação, São Caetano do Sul, v. 8, n. 15, p. 19-28, jul-dez. 2007.

TOMAÉL, Maria Inês; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: [s.n], 2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--142.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

VEIGA, Viviane; MACENA, Luis Guilherme. O autoarquivamento nos repositórios institucionais brasileiros: um estudo exploratório. **Pontodeacesso**, Salvador, v. 9, n. 3, p.35-47, dez. 2015. Disponível em: <[www.pontodeacesso.ici.ufba.br](http://www.pontodeacesso.ici.ufba.br)>. Acesso em: 03 jan. 2018.

VIANA, C. L. M.; MÁRDERO ARELLANO, M. A.. Repositórios institucionais baseados em DSpace e EPrints e sua viabilidade nas instituições acadêmicas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., Salvador, 2006. **Anais...** Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/8834/>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

VIANA, C. L. M; MÁRDERO ARELLANO, M. A.; SHINTAKU, M. Repositórios institucionais em ciência e tecnologia: uma experiência de customização do DSpace. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS. 3, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: IBICT, 2005. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/7168/>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

KNELLER, G.F. A ciência como atividade humana. Tradução de Antonio José de Souza. Rio de Janeiro: Zahar; São Paulo: EDUSP, 1980.

KUHN, T. S. A estrutura das revoluções científicas. 2ª ed. Perspectiva, 1978.

XIA, J. et al. A review of open access self-archiving mandate policies. *Libraries and the Academy*, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 85-102, jan. 2012.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Os repositórios de e-prints como nova forma de organização da produção científica: o caso da área das Ciências da Comunicação no Brasil.** 2006. 360 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-14052009-133509/pt-br.php>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

# APÊNDICES

## APÊNDICE A

20/04/2018

Planejamento das Diretrizes de Criação e Manutenção de Repositórios Institucionais

### Planejamento das Diretrizes de Criação e Manutenção de Repositórios Institucionais

Este questionário é parte da pesquisa intitulada "Planejamento das Diretrizes de Criação e Manutenção de Repositórios Institucionais", realizada pelo Mestrando em Ciência da Informação Alex Silva Rodrigues, sob a orientação do Prof. Dr. Cláudio Marcondes de Castro Filho, ambos vinculados à UNESP – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCI. Esta pesquisa tem como objetivo verificar junto às universidades federais brasileiras, que constituíram seus repositórios institucionais, quais as diretrizes adotadas para sua criação e manutenção, de modo a garantir seu funcionamento.

\*Obrigatório

1. Data: \*

---

---

---

---

---

2. Nome: \*

---

3. E-mail: \*

---

4. Sigla da instituição de vínculo: UFPR \*

---

5. 1. Sexo:

Marque todas que se aplicam.

- Feminino  
 Masculino  
 Outros

6. 2. Qual sua formação? \*

---

---

---

---

---

20/04/2018

Planejamento das Diretrizes de Criação e Manutenção de Repositórios Institucionais

**7. 3. Você é membro do comitê gestor do RI? \****Marque todas que se aplicam.*

- Sim  
 Não

**8. 4. Quando o RI, de sua instituição, foi criado?**

---

---

---

---

---

**9. 5. Quantos profissionais foram envolvidos na criação do RI?**

---

---

---

---

---

**10. 6. Atualmente, quantos profissionais trabalham na gestão do RI? Você considera suficiente?**

---

---

---

---

---

**11. 7. O Sistema de Bibliotecas foi importante nas discussões e criação do RI?***Marque todas que se aplicam.*

- Sim  
 Não

**12. 8. A criação e continuidade do RI seria possível sem que a universidade possuisse um Sistema de Bibliotecas?***Marque todas que se aplicam.*

- Sim  
 Não

**13. 9. Existiu algum estudo de usuário para a definição do RI?***Marque todas que se aplicam.*

- Sim  
 Não

20/04/2018

Planejamento das Diretrizes de Criação e Manutenção de Repositórios Institucionais

14. 9.1 Se sim, gerou algum documento? Qual?

---

---

---

---

---

15. 10. A política de arquivamento da universidade tem abordagem rígida? (Aceita somente documentos revisados pelos pares. Ex.: Artigos científicos, teses, Dissertações, etc)  
Marque todas que se aplicam.

- Sim  
 Não  
 Não sabe

16. 11. A política de arquivamento da universidade tem abordagem flexível? (Aceita tipos de documentos variados. Ex.: Artigos científicos, imagens, apostilas etc.)  
Marque todas que se aplicam.

- Sim  
 Não  
 Não sabe

17. 12. O investimento para a implantação do RI foi calculado?

Marque todas que se aplicam.

- Sim  
 Não  
 Não sabe

18. 13. Se sim, como foram calculados os custos iniciais para implantação do RI?

---

---

---

---

---

19. 14. No planejamento, quanto à criação do RI, foram previstos recursos financeiros para a sua continuidade do RI?

Marque todas que se aplicam.

- Sim  
 Não  
 Não sabe



20/04/2018

Planejamento das Diretrizes de Criação e Manutenção de Repositórios Institucionais

**20. 14.1 Se sim, de que forma foi estabelecido?**

---

---

---

---

---

**Desde já, agradeço sua atenção e contribuição! Muito obrigado!**

---

Declaro para os devidos fins que as informações aqui apresentadas serão utilizadas apenas para fins de pesquisa, bem como estou ciente de que as mesmas informações permanecerão em sigilo absoluto.

Atenciosamente,

Alex Silva Rodrigues  
Pesquisador responsável

---

Powered by  
 Google Forms

**APÊNCICE B**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
– UNESP  
FCULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – CÂMPUS MARÍLIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO –  
PPGCI**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar da pesquisa “*Diretrizes de funcionamento para repositórios: caminhos para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*”, sob a responsabilidade do pesquisador **Alex Silva Rodrigues**, a qual pretende verificar junto às universidades federais brasileiras, que constituíram seus repositórios institucionais, quais as diretrizes adotadas para sua criação e manutenção, de modo a garantir seu funcionamento.

Sua participação é voluntária e se dará mediante a concessão de uma **entrevista** que contemplará suas experiências e considerações acerca das diretrizes de funcionamento a ser realizada por meio do *software Skype* em horário que lhe seja conveniente, ainda a ser combinado, com a duração entre uma e uma hora e meia.

Não há riscos previsíveis decorrentes de sua participação, por se tratar de uma pesquisa cuja finalidade única é coletar dados, informações, experiências e/ou práticas relativas à construção das diretrizes de funcionamento do repositório institucional no qual atua. Portanto, a intenção não é classificar e/ou rotular o documento (diretrizes de funcionamento do RI) desenvolvido pela instituição, mas apenas a de angariar informações que descrevam como ocorreu o processo.

Se você aceitar participar, estará contribuindo para o fomento à pesquisa na Ciência da Informação a partir do contexto em que atua, bem como para expansão da literatura sobre o assunto cujos benefícios se configurarão em um estudo à luz da literatura relativa ao tema da pesquisa, de modo a possibilitar ações de planejamento para a confecção de diretrizes de funcionamento para RIs às instituições que possuam parte de suas características distintas das universidades.

Além disso, o pesquisador se compromete a manter o sigilo dos dados confidenciais e/ou dados que possam provocar constrangimentos ou prejuízos quaisquer ao voluntário desta pesquisa.

Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa ou compensação financeira em qualquer fase do estudo. Ainda assim, caso haja algum gasto eventual, você terá direito a ressarcimento

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador pelo e-mail [alex\\_silvar@yahoo.com.br](mailto:alex_silvar@yahoo.com.br) ou pelo telefone 11 96660-3645.

Consentimento Pós-Informação

Eu, \_\_\_\_\_,  
fui informado sobre o objeto da pesquisa e o por quê da minha colaboração, e entendi a

explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não serei remunerado e que posso deixar de participar a qualquer momento. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Assinatura do participante

---

Assinatura do Pesquisador Responsável  
Alex Silva Rodrigues

---

Assinatura do Orientador da Pesquisa  
Prof. Dr. Cláudio Marcondes de Castro Filho

## APÊNDICE C

### ROTEIRO DA ENTREVISTA

Esta entrevista é a de nº 04. Hoje é dia 15 de fevereiro de 2018. Estamos online por meio do software Skype.

A você, entrevistado (a), peço que ouça com atenção as seguintes **observações prévias** e se houver alguma dúvida, basta me interromper e perguntar.

1) O **título (provisório) da pesquisa** é “Diretrizes de funcionamento para repositório institucional: uma avaliação para o Instituto Federal de São Paulo”, cuja preocupação é refletir acerca das diretrizes de funcionamentos dos repositórios institucionais das Universidades Federais para orientar o desenvolvimento de um repositório institucional no Instituto Federal de São Paulo, realizada por mim, Alex Silva Rodrigues, mestrando em Ciência da Informação e orientado pelo Prof. Dr. Cláudio Marcondes de Castro Filho, ambos vinculados à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP.

2) O objetivo geral da pesquisa é: propor diretrizes de funcionamento a serem adotadas na criação de um repositório institucional para o Instituto Federal de São Paulo, a partir das experiências e registros das universidades federais brasileiras.

3) Esta entrevista contemplará suas experiências e considerações acerca do processo de implementação das diretrizes de funcionamento do RI de sua instituição, bem como verificar sob sua ótica a importância do Sistema de Biblioteca nesse processo.

4) A questão central desta pesquisa é saber: quais diretrizes de funcionamento devem orientar o desenvolvimento de um RI no IFSP?

5) O objetivo desta entrevista é: identificar novos elementos (além do estudo bibliográfico e documental) que possam ser incluídos em diretrizes de funcionamento para RIs; entender quais processos/discussões ocorreram antes da confecção de suas diretrizes de funcionamento, para servir como subsídio para a proposição das diretrizes de funcionamento para o IFSP, assim como em outras instituições que ainda não implantaram seu RI e que possuem características semelhantes.

6) A sua participação é voluntária;

7) A duração desta entrevista é de 30 a 60 minutos;

8) Não há riscos previsíveis decorrentes de sua participação: a intenção não é classificar e/ou rotular a forma como foi constituída ou discutida as diretrizes de funcionamento, mas apenas a de angariar informações que possam ajudar outras instituições que irão passar por esse processo;

9) Você estará contribuindo para o fomento à pesquisa científica;

10) Esta entrevista será gravada em áudio e por meio do software MP3 Skype recorder, o pesquisador se compromete a manter o sigilo dos dados confidenciais e/ou dados que possam provocar constrangimentos ou prejuízos quaisquer ao voluntário;

11) Mesmo depois de você consentir em sua participação, caso venha a desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa;

12) Você não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Caso haja algum gasto eventual, você terá direito a ressarcimento;

13) Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo;

14) Para qualquer outra informação, você poderá entrar em contato com os responsáveis, cujos dados estão descritos no termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) assinado em 02 vias.

## QUESTÕES DA ENTREVISTA

Após serem lidas e compreendidas as observações prévias, passamos, agora, às questões propriamente ditas da entrevista.

Peço que responda livre e espontaneamente às questões a seguir. Procure justificar e, se possível, exemplificar seu posicionamento. Sinta-se à vontade para tecer comentários que julgar pertinentes, bem como solicitar esclarecimentos acerca de alguma questão que você não a compreenda.

### Questões:

1 - Há quanto tempo você faz parte da gestão do RI?

2- Como se deu o processo de criação e aprovação das diretrizes de funcionamento do RI?

- Houve alguma dificuldade?
- Se sua resposta foi sim, quais foram?
- O que foi mais importante?
- Foram adotados critérios para avaliar os resultados das diretrizes?
- Quais pontos foram fundamentais na confecção das diretrizes?
- O que acha que faltou ou mudaria?
- Quais lições aprendidas com a implantação do RI?
- O que evitar?

3 – Além das diretrizes de funcionamento, outros documentos (políticas) foram criados antes da implantação do RI?

- Quais descenderam das diretrizes de funcionamento?

4 - Como foi constituída a equipe responsável pela implantação e formulação das diretrizes de funcionamento do RI?

- Foi constituída de forma multidisciplinar?
- Destaque a composição da equipe técnica e o papel de cada um deles.
- A configuração da equipe de implantação para a atual gestão mudou?
- Quais atores considera pertinente que façam parte da gestão (comitê gestor) do RI?

5 - Como foi definida a forma de depósito da produção científica da universidade?

- Qual tipo de conteúdo (documentos)?
- O depósito da produção científica é obrigatório (mandatória)?

- Se sua resposta foi não, no momento da formulação das diretrizes de funcionamento, foi sugerido que ela fosse de depósito obrigatório?
- E porque não foi adotado?

6 - Existe algum documento em que o autor explicita seu consentimento ou sua restrição quanto a liberação de seu trabalho para disponibilizar no RI?

- Em caso de pendência à publicação em periódicos de artigos pagos, gerados pela pesquisa devolvida no mestrado ou na graduação, o discente pode decidir manter o arquivo retido?
- Se sim, por qual período?
- Durante o período de restrição, existe a obrigatoriedade da inserção dos metadados do trabalho (título, resumo, palavras-chaves, etc.) no RI?
- E após o término do período de restrição, o arquivo é disponibilizado?
- Quando o trabalho gera patente, qual é o procedimento?
- Foi pensado em como proceder quando o autor de publicações ou patentes for menor de idade?

7 - Qual foi o papel do Sistema de Bibliotecas (SIBI) nas discussões das diretrizes de funcionamento do RI da universidade em que trabalha?

- Qual a importância do SIBI, após a implantação do RI?

8 - Para a implantação foi feito um planejamento relativo aos recursos financeiros a serem utilizados?

- Como foi feito esse planejamento?
- Se não, essa falta de planejamento dificultou a implantação do RI?
- Você sabe precisar o valor total gasto na implantação?
- Para a manutenção do RI, qual a origem dos recursos?
- Foi pensado/definido antes da criação do RI?

9 - Em relação a infraestrutura, quais equipamentos se previu antes da criação do RI?

- Foram suficientes?

10 – Existe um espaço físico determinado para os profissionais que trabalham no RI?

- Se Dedicam exclusivamente ao RI? Caso não, isso prejudica a qualidade dos serviços do RI?

**Considerações finais:**

a) Há mais alguma consideração e/ou acréscimo a ser feito sobre tudo o que você partilhou e argumentou?

*Atenciosamente, agradeço a sua atenção, o seu apoio e a sua  
disposição.*

*Muito obrigado! Fim desta entrevista!*



## **ANEXOS**

**ANEXO A****RESOLUÇÃO Nº 01/2015 Regulamenta a Política de Informação do Repositório Institucional Pantheon da Universidade Federal do Rio de Janeiro.**

Considerando:

- A promoção nacional e internacional da produção acadêmica da Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- As iniciativas dos Arquivos Abertos;
- A velocidade na difusão das ideias;
- A preservação da produção científica, cultural e artística da UFRJ;
- A importância da implementação de ações que garantam o registro e a disseminação da produção científica, cultural, artística, técnica e tecnológica desta instituição.

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais e ouvido o Conselho Superior de Coordenação Executiva em sessão de 02 de junho de 2015, Resolve:

Art. 1º Regulamentar a Política de Informação do REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL PANTHEON da Universidade Federal do Rio de Janeiro, doravante, neste documento, denominado de “RIP”.

Art. 2º O RIP é uma responsabilidade compartilhada, cabendo ao Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) desta Universidade o desenvolvimento e alimentação para a guarda e preservação da produção científico-acadêmica de toda a UFRJ em suporte digital e à Superintendência de Tecnologia de Informação e Comunicação (SuperTIC) sua implantação, hospedagem e manutenção.

Art. 3º O RIP, desenvolvido e alimentado pela comunidade acadêmica institucional desta Universidade será de livre acesso, tanto no contexto nacional, quanto internacional.

Art. 4º O RIP deverá ter a capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo Arquivos Abertos (Open Archives).

Art. 5º O RIP funcionará em plataforma desenvolvida em software livre, em consonância com os princípios do acesso aberto.

Art. 6º A comunidade acadêmica institucional deverá publicar os artigos de sua autoria ou co-autoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso livre ou fazer constar, em seus contratos de publicação, autorização para depósito de seus artigos publicados (pos-prints) em repositórios de acesso livre.

Art. 7º O depósito citado no Artigo anterior deverá ser realizado no prazo máximo de 6 (seis) meses após a comunicação de aceitação para publicação do texto pela editora científica, salvo quando o contrato com a editora exigir tempo maior. Nesse caso, o trabalho deve ser enviado para depósito no mês subsequente ao do fim do prazo estipulado em contrato.

Parágrafo único. Na impossibilidade de realização do depósito devido a cláusulas contratuais mantidas pelo autor com a(s) revista(s) onde o seu trabalho foi publicado, recomenda-se que se deposite uma cópia da versão original do trabalho, ou seja, a versão que foi submetida à revista científica (pré-prints) assim como as alterações propostas pela revista que o publicou.

Art. 8º Ficam desobrigados de depósito no RIP as obras que são publicadas com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direito de reprodução. Somente serão distribuídos eletronicamente pelo RIP documentos cujas autorizações tenham sido concedidas pelo(s) detentor(es) de seus direitos patrimoniais.

Art. 9º Ficam desobrigados de depósito no RIP, artigos e outros produtos das atividades científica, cultural e artística publicados em revistas científicas que estabeleçam em seus contratos com os autores cláusulas que impeçam o depósito de artigos publicados em suas revistas, em repositórios de acesso livre.

Art. 10º Ficam desobrigados de depósito no RIP os documentos cujos conteúdos integram resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados como livro(s) ou capítulo(s) de livro(s) editado(s) com fins comerciais.

Art. 11º Deverão ser depositados no RIP todos os documentos que não se enquadrarem nas hipóteses dos artigos 7º, 8º e 9º e que forem publicados em veículos de comunicação científica ou artística, com revisão por pares ou que estejam sujeitos, a exemplo das teses e dissertações, à avaliação por uma banca de especialistas.

Art. 12º Com o intuito de facilitar o povoamento do RIP, o SiBI poderá promover o registro da produção científica da UFRJ em órgão internacional competente – Corporation for National Research Initiative (CNRI), mediante autorização dos autores e/ou das editoras científicas que detiverem seus direitos patrimoniais. Cabem ao SiBI os processos de recepção ou coleta da produção científica, geração de metadados e inserção dos documentos no RIP.

Art. 13º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Boletim da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Fonte: Boletim nº 24 de 11 de junho de 2015

## ANEXO B



Serviço Público Federal  
GABINETE DO REITOR

**PORTARIA Nº 5068 de 13 OUT 2010**

Estabelece Política Institucional  
de Informação para o LUME.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, considerando a proposta do Comitê Gestor do Lume, designado pela Portaria 1036 de 11 de março de 2010,

## **R E S O L V E**

Art. 1º Instituir a Política Institucional de Informação para o Lume – Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aprovada pelo Comitê Gestor.

### **Título I INTRODUÇÃO**

Art. 2º Lume é o Portal de acesso às coleções de objetos digitais produzidos no âmbito da Universidade. Excepcionalmente poderá também abrigar documentos que, embora não produzidos por ela, tenham caráter ou importância singular para a Instituição.

Art. 3º O Repositório está organizado em Comunidades, Subcomunidades e Coleções. As comunidades e suas subdivisões são grupos que fornecem conteúdos para o portal. As coleções são conjuntos de itens, aos quais estão associados metadados e objetos digitais. Os objetos digitais podem conter texto, imagem, vídeo e áudio.

### **Título II OBJETIVOS**

Art. 4º O Lume tem como objetivos principais :

I - Promover o acesso livre às informações produzidas no âmbito da Universidade e voltadas, prioritariamente, às atividades de ensino, pesquisa e extensão;



Serviço Público Federal  
GABINETE DO REITOR

II - Maximizar a visibilidade, uso e impacto da produção intelectual desenvolvida na Universidade;

III -Facilitar a gestão da informação disponível em meio digital, reunindo num único local a produção intelectual da Universidade;

IV -Preservar a memória Institucional, por meio do armazenamento de longo prazo de objetos digitais completos;

V - Promover o acesso a outros documentos de relevância para a Instituição, que fazem parte de seus acervos, embora não produzidos por ela, maximizando o seu uso;

Título III  
INCLUSÃO DE COMUNIDADES E COLEÇÕES

Art. 5º Comunidades e Coleções, para serem incluídas no Lume, devem estar em consonância com os objetivos do Repositório.

Art. 6º A inclusão de nova comunidade está sujeita a parecer favorável do Comitê Gestor do Lume.

Art. 7º Os procedimentos de avaliação compreendem, prioritariamente, três aspectos relacionados a seguir:

I - de conteúdo, para assegurar a qualidade e a sua adequação aos objetivos do repositório;

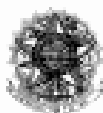
II - de formato para garantir o acesso ao conteúdo dos arquivos;

III- de participação do proponente, para garantir a qualidade na definição e registro dos metadados e manutenção de fluxo contínuo de inclusão de novos objetos digitais.

Art. 8º Cada comunidade estará sujeita a critérios e procedimentos próprios, de acordo com as características e especificidades dos objetos digitais que inclui.

Título IV  
SUBMISSÃO DE OBJETOS DIGITAIS

Art. 9º Para ser incluído em Comunidades e Coleções do LUME, o objeto digital deve atender aos requisitos gerais relacionados a seguir:



Serviço Público Federal  
GABINETE DO REITOR

- I - ser produzido ou orientado por membro(s) da UFRGS;
- II- não ser efêmero;
- III - ser de acesso livre;
- IV - estar em formato digital, conforme definido pela equipe técnica do Lume;
- V - estar completo e finalizado;
- VI- conter metadados e objeto(s) digital(is);
- VII- o autor deve poder e estar disposto a conceder à UFRGS o direito não exclusivo de dar acesso ao público pela Internet e de preservar seu trabalho integral no Lume;
- VIII - o autor deve ter obtido o direito de reprodução de conteúdos criados por outros, mas que façam parte de seu trabalho;

Art. 10º Para cada comunidade ou coleção será concedido prazo de embargo, estipulado nos critérios e procedimentos próprios da mesma.

Título V  
METADADOS

Art. 11º Os metadados devem seguir padrões internacionalmente aceitos e serão definidos conjuntamente pela equipe técnica do Lume e pelos responsáveis pela Comunidade, conforme as particularidades dos objetos digitais.

Art. 12º Os metadados são coletados do Sistema de Automação de Bibliotecas da UFRGS (SAB) e de outros sistemas da Universidade. No caso de auto-arquivamento, o registro dos metadados é realizado pelo autor ou responsável pela comunidade, sob a orientação da equipe técnica do Lume.

Título VI  
ACESSO E USO

Art. 13º Os trabalhos depositados no Lume estão disponíveis gratuitamente para fins de pesquisa e estudo de acordo com a licença pública Creative Commons adotada no Lume;



Serviço Público Federal  
GABINETE DO REITOR

Art. 14º - O autor é titular dos direitos autorais dos documentos disponíveis no repositório, é vedado, nos termos da lei, a comercialização de qualquer espécie sem sua autorização prévia;

Art. 15º - Os usuários que utilizarem qualquer trabalho, no todo ou em partes, em novas publicações ficam obrigados a citá-lo, indicando o nome do autor e os dados completos da obra.

  
CARLOS ALEXANDRE NETTO,  
Reitor.



**ANEXO C**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS  
BIBLIOTECA DIGITAL DE PERIÓDICOS DA UFPR**

**DIRETRIZES DA BIBLIOTECA DIGITAL DE PERIÓDICOS DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)**

**Curitiba  
2013**

**Conselho de Editores Científicos da UFPR**

Graciela Inez Bolzon de Muniz - Representante da PRPPG

Gilberto de Castro - Diretor da Editora

Maria Josefina Klock - Representante do SiBi

**Titulares**

Carlos Henrique Sopchaki - Geografar

Elaine Drehmer de Almeida - Cogitare Enfermagem

Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt - Educar em Revista

Marilis Dallarmi Miguel - Visão Acadêmica

**Suplentes**

Ângela Duarte Damasceno Ferreira - Desenvolvimento e Meio Ambiente

Antônio Waldir Cunha da Silva - Archives of Veterinary Science

**Biblioteca Digital de Periódicos da UFPR**

Ligia Eliana Setenareski

(Diretora do SiBi e Coordenadora da Comissão de Bibliotecas Digitais)

Fabiane Führ

Karolayne Costa Rodrigues de Lima

Lucas Henrique Gonçalves

Maria Josefina Klock

Paula Carina de Araújo

Suzana Zulpo Pereira

## 1 INTRODUÇÃO

A Biblioteca Digital de Periódicos da Universidade Federal do Paraná (UFPR) é um repositório digital que tem como objetivo reunir, organizar e disseminar a produção científica periódica editada pela instituição. Estabelece como premissa a divulgação científica, a prezar pelo acesso aberto à produção, buscando aumentar a visibilidade da UFPR como instituição científica.

A partir de uma iniciativa do Sistema de Bibliotecas (SiBi) em parceria com o Centro de Computação Científica e Software Livre (C3SL), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) e a Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (PROPLAN) foi criada, em 2004, a Biblioteca Digital de Periódicos Científicos editados pela UFPR. Na época, o repositório foi denominado Sistema Eletrônico de Revistas (SER).

Naquele momento, o SER ficou sob a responsabilidade da PRPPG e estava ligado ao Programa Institucional de Apoio à Publicação de Periódicos Científicos, estabelecido por meio da Resolução 32/04-CEPE. Em 2012, o SiBi assumiu a gestão do SER que passou a denominar-se Biblioteca Digital de

Periódicos da UFPR.

## 2 ESTRUTURA DA BIBLIOTECA DIGITAL DE PERIÓDICOS

A atuação dos grupos envolvidos na gestão e operacionalização da Biblioteca Digital de Periódicos da UFPR:

a) **Assembleia:** é composta por: 1) todos os editores de periódicos científicos

ligados institucionalmente à UFPR; 2) o diretor da Editora UFPR; 3) um representante da PRPPG; e 4) um representante do Sistema de Bibliotecas (SiBi).

Tem como responsabilidade deliberar sobre as Diretrizes para Admissão e

Permanência dos periódicos na Biblioteca Digital de Periódicos da UFPR e a homologação das questões relativas a Biblioteca Digital de Periódicos da UFPR;

b) **Conselho:** é composto por: 1) quatro representantes titulares e dois suplentes

dos editores dos periódicos científicos ligados institucionalmente à UFPR indicados

pela Assembleia; 2) o diretor da Editora UFPR; 3) um representante indicado pela

PRPPG; 4) um representante do SiBi. Cabe ao Conselho: i) estabelecer anualmente

os critérios de credenciamento, encaminhando-os à Assembleia para

deliberação e aprovação; ii) divulgar, após aprovação pela Assembleia, os critérios de credenciamento; iii) aplicar os critérios estabelecendo anualmente a lista de periódicos credenciados, encaminhando-a à Assembleia para deliberação e aprovação; iv) divulgar, após aprovação pela Assembleia, a lista de periódicos credenciados; v) estabelecer, a partir de proposta elaborada pelo SiBi, as Diretrizes para Admissão e Permanência dos periódicos na Biblioteca Digital de Periódicos da UFPR, encaminhando-as à Assembleia para deliberação e aprovação; vi) aprovar as Diretrizes de Atribuição de Identificador Persistente para os artigos dos periódicos, formuladas pelo SiBi;

c) **Sistema de Bibliotecas:** é o responsável gerencial e operacional da Biblioteca Digital de Periódicos da UFPR. São atribuições do SiBi: i) elaborar Diretrizes para Admissão e Permanência dos periódicos na Biblioteca Digital de Periódicos da UFPR e submetê-las ao Conselho do Programa; ii) criar e manter lei e identidade visual para a Biblioteca Digital de Periódicos da UFPR, de acordo com o manual de marcas da UFPR; iii) elaborar Diretrizes de Atribuição de

## Identificador

Persistente para os artigos dos periódicos e submetê-las ao Conselho do Programa;

iv) gerenciar a atribuição do Identificador Persistente para os artigos dos periódicos;

v) assistir os Editores quanto: ao uso da ferramenta OJS; a mediação com o suporte

de tecnologia da informação; à normalização dos periódicos; à atribuição de ISSN; à

orientação dos procedimentos no OJS; à configuração, inclusão e alteração dos

periódicos; à indexação em bases nacionais e/ou internacionais; à padronização de

identidade visual; vi) planejar e desenvolver cursos e oficinas de capacitação para os

editores e equipes técnicas; e vii) catalogar e indexar os títulos de periódicos e

artigos disponíveis na Biblioteca Digital de Periódicos da UFPR, possibilitando sua

recuperação por meio do catálogo eletrônico da biblioteca, com o objetivo de garantir

a disseminação, fidedignidade, acessibilidade, normalização, indexação e

visibilidade dos periódicos científicos institucionais da UFPR;

d) **C3SL:** é o responsável pela gestão das tecnologias de informação e comunicação, com ênfase nas questões de segurança, preservação dos arquivos

digitais, atualizações de software e migrações da plataforma de editoração (Sistema

OJS).

### **3 CRITÉRIOS PARA INGRESSO E PERMANÊNCIA NA BIBLIOTECA DIGITAL**

As diretrizes visam proporcionar qualidade e crescimento da visibilidade dos periódicos da Biblioteca Digital de Periódicos da UFPR. Para tanto, são propostos critérios para ingresso e permanência dos periódicos institucionais, baseados nos critérios do Qualis, SciELO, CAPES e demais indicadores. Foram observadas as diretrizes dos portais de periódicos estabelecidas pelas demais Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

#### **3.1 CRITÉRIOS PARA INGRESSO NA BIBLIOTECA DIGITAL DE PERIÓDICOS**

São critérios para ingresso na Biblioteca Digital de Periódicos:

- caracterizar-se como produção científica periódica de acesso livre ligada institucionalmente à UFPR, ou seja, periódicos vinculados aos programas de pós-graduação, graduação, núcleos de pesquisas e setores da UFPR;
- apresentar projeto detalhado do periódico ao Conselho, por meio do formulário eletrônico disponível na página da Biblioteca Digital de Periódicos

<<http://docs.google.com/spreadsheet/viewform?formkey=dE5ueHhEUFhlaVVqYWJJS1NEazA3ZkE6MQ#gid=0>>, contemplando os aspectos necessários à inclusão do periódico na Plataforma OJS;

- possuir título e/ou subtítulo do periódico;
- solicitar o ISSN para periódico eletrônico;
- manter a periodicidade declarada pelo periódico e, como recomendação, procurar seguir o Quadro 1:

<b>Área temática</b>	<b>Periodicidade</b>
Agrárias e Exatas	Trimestral
Biológicas	Trimestral
Humanas	Semestral
Linguística, Letras e Artes	Anual

QUADRO 1 – PERIODICIDADE MÍNIMA

FONTE: SciELO (2012)

- receber o parecer favorável, por parte do Conselho, para inserção na Biblioteca Digital de Periódicos da UFPR;
- Informar no formulário:
  - política editorial: foco e escopo; processo de avaliação por pares;
  - política de acesso livre; periodicidade; declaração de direito autoral;
  - política de seção: tipos de trabalhos aceitos para publicação;
  - idioma(s) aceitos para submissão;
  - nomes e vínculo institucional dos membros do Comitê Editorial (universidade, departamento ou instituto, cidade, estado e país);
  - composição e função da equipe técnica do periódico;
  - diretrizes de submissão para os autores;
  - norma de publicação utilizada pela revista (ABNT, ISO, Vancouver e outras);
  - revista existente em outro suporte;
  - histórico do título (alterações do título e subtítulo, séries, junções,



separações e/ou desdobramentos, incluir respectivos ISSNs anteriores);

- o contatos da revista (editor e suporte) ;

- o declarar recebimento de apoio (impressão, financeiro, revisão, etc.) por

parte de instituições externas à UFPR;

- o apresentar dados internacionais de catalogação-na-publicação (ficha catalográfica);

- o manter visível em todas as páginas ou telas do artigo legenda bibliográfica da revista (legenda bibliográfica conforme a NBR 6032);

- o descrever detalhadamente a política de ética seguida pela revista;

- o manter nos artigos informação completa sobre a afiliação dos autores, incluindo instituição de origem, cidade e país;

- o apresentar nos artigos resumo, descritores e título em português e inglês;

- o informar em cada artigo a data de recebimento do artigo e data de aceite para publicação.

### 3.2 CRITÉRIOS PARA PERMANÊNCIA NO PORTAL

São critérios para permanência na Biblioteca Digital de Periódicos da UFPR:

- o atingir e manter os critérios elencados no item 3.1 desta Diretriz;

- o pontualidade na publicação dos volumes e fascículos;

- o atender aos padrões de normatização para publicação adotados pela revista (ABNT, ISO, Vancouver e outras);

- o manter atualizados os dados da revista na Biblioteca Digital de

Periódicos;

- o divulgação anual da nominata dos revisores;
- o manter a periodicidade declarada pelo periódico e, como recomendação, procurar seguir o Quadro 1;
- o os artigos devem conter informação completa sobre a afiliação dos autores, incluindo o nome da instituição, cidade, estado e país;
- o seguir política de direitos autorais utilizando licenças do tipo *Creative Commons*.

Os periódicos hospedados na Biblioteca Digital até a data de aprovação das Diretrizes terão um período de 2 (dois) anos para se adequar às normas e permanecerem hospedados e acessíveis na Biblioteca Digital de Periódicos da UFPR. Durante esse período, os editores receberão apoio da equipe de gestão para as adequações necessárias. Após o período de dois anos, os periódicos hospedados na Biblioteca Digital serão avaliados pelo SiBi, anualmente, de acordo com o cronograma deste e o relatório será apresentado na próxima reunião do Conselho de editores realizada no ano subsequente. Os periódicos que não atingirem os critérios estabelecidos no item 3.1 desta diretriz, no período determinado, não permanecerão hospedados na Biblioteca Digital.

#### **4 COLEÇÃO RETROSPECTIVA**

A inclusão de coleção retrospectiva de títulos de periódicos científicos fica sob responsabilidade do editor da revista.

## **5 REVISÃO DAS DIRETRIZES PARA INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DOS PERIÓDICOS DA BIBLIOTECA DIGITAL DE PERIÓDICOS DA UFPR**

A política das diretrizes para inclusão e permanência dos periódicos deverá ser revisada anualmente pelo SiBi e, se necessário, atualizada com a finalidade de garantir sua adequação à Biblioteca Digital de Periódicos da UFPR, aos objetivos dos editores e aos da própria instituição; contudo, o processo é orgânico e sempre que se fizer necessário, admite adendos e adequações.

### **REFERÊNCIAS**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6032**: Informação e documentação: legenda bibliográfica. Rio de Janeiro, 1989.

CAPES. **WebQualis**. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam>>. Acesso em: 08 out. 2012.

SciELO - Scientific Electronic Library Online. **Critérios SciELO Brasil**: critérios, política e procedimentos para admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil. Disponível em: <[http://www.scielo.br/avaliacao/avaliacao\\_pt.htm](http://www.scielo.br/avaliacao/avaliacao_pt.htm)>. Acesso em: 10/10/2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA.

SERVIÇO DE PERIÓDICOS. **Diretrizes do Portal de Periódicos da UFSC.**  
2012. Disponível em:  
<[http://www.bu.ufsc.br/Diretrizes\\_PortalPeriodicosUFSC.pdf](http://www.bu.ufsc.br/Diretrizes_PortalPeriodicosUFSC.pdf)>.  
Acesso em: 14 set. 2012.

**Curitiba, janeiro de 2013.**

**Aprovado em reunião do Conselho no dia 01 de março de 2013.**